



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
EM HUMANIDADES
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

A GEOGRAFIA ESCOLAR NOS LIVROS DIDÁTICOS CEARENSES (1942-2023)

AILTON GEORGE DE ALMEIDA E SILVA

REDENÇÃO

2024

AILTON GEORGE DE ALMEIDA E SILVA

**A GEOGRAFIA ESCOLAR NOS LIVROS DIDÁTICOS CEARENSES
(1942-2023)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades (PPGL) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre interdisciplinar em Humanidades.

Linha de Pesquisa: Educação, Política e Linguagens.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. GEÓRGIA MARIA FEITOSA E PAIVA

REDENÇÃO - CE
2024

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Silva, Ailton George de Almeida e.

S586g

A geografia escolar nos livros didáticos cearenses 1942-2023 /
Ailton George de Almeida e Silva. - Redenção, 2024.
169f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Interdisciplinar Em Humanidades,
Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Humanidades,
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira, Redenção, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Geórgia Maria Feitosa e Paiva.

1. Geografia - Ceará. 2. Livro didático. 3. Ensino. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 910.7


AILTON GEORGE DE ALMEIDA E SILVA

A GEOGRAFIA ESCOLAR NOS LIVROS DIDÁTICOS CEARENSES (1942-2023)


Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH) do Programa de Pós-graduação em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Linha de Pesquisa: Educação, Políticas e Linguagens.

Aprovado em: 24/07/2024


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **GEORGIA MARIA FEITOSA E PAIVA**
Data: 29/10/2024 15:31:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. GEORGIA MARIA FEITOSA E PAIVA (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Documento assinado digitalmente
 **ARILSON DOS SANTOS GOMES**
Data: 29/10/2024 18:05:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. ARILSON DOS SANTOS GOMES (Avaliador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Documento assinado digitalmente
 **BRUNA DAYANE XAVIER DE ARAÚJO**
Data: 30/10/2024 17:47:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. BRUNA DAYANE XAVIER DE ARAÚJO (Avaliadora)
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Dedico este trabalho à minha mãe, que sempre me apoiou, e aos meus amigos que, direta ou indiretamente, me auxiliaram na construção dessa dissertação.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Joana, por sempre apoiar minha vontade de aprender;

À professora Doutora Geórgia Maria Feitosa e Paiva, por confiar em meu projeto, por ter paciência comigo e por ser sempre tão gentil;

Ao meu companheiro de vida e caminho, Francisco Roque Magalhães Neto, por segurar na minha mão nos momentos mais difíceis dessa e de outras jornadas trilhadas.

RESUMO

A trajetória da ciência geográfica, desde os estudos informais até sua sistematização no século XIX, passou por transformações impulsionadas pelo desenvolvimento científico e mudanças curriculares. Esta dissertação visou analisar como as diferentes correntes do pensamento geográfico influenciaram os conteúdos dos livros didáticos, focando especialmente nos materiais voltados para a geografia do Ceará. A metodologia inclui um estudo bibliográfico abrangente, analisando documentos oficiais, artigos científicos e livros, destacando autores como Alain Choppin (2004), Carlos Eduardo Ströher (2012), José Silvério Baía Horta (2012), Marco Antônio Silva (2012), Maria Lúcia de Arruda Aranha (2008), Milton Santos (2001 e 2006). A pesquisa avaliará como os livros didáticos *Pequena Corografia do Ceará* (1942), *Estudo sobre o Ceará* (1955), *Coleção Manual de Apoio 3, 4 e 5 - 8ª série* (1997-1998) *Construindo o Ceará: ensino fundamental* (2017) e *Educação e Semiárido: Novos olhares, Novos Caminhos* (2023) abordam a temática regional e local. O objetivo é compreender como os conteúdos geográficos são estruturados, ensinados e avaliados em diferentes momentos históricos e como refletem as visões das escolas geográficas. Observamos que o livro didático desempenha uma função importante na educação escolar. Ele orienta os currículos e temas ministrados em sala de aula, destacando a necessidade de discutir as políticas públicas que regem sua formatação, escolha, aquisição e distribuição. No entanto, a uniformidade de conteúdo muitas vezes ignora a diversidade regional, dificultando o engajamento e a identificação de alunos e professores. A produção de livros didáticos focados na geografia local é uma estratégia importante para desafiar a hierarquia do conhecimento estabelecida pelas epistemologias do Norte, promovendo uma compreensão mais inclusiva e diversa do mundo.

Palavras-chave: Geografia do Ceará. Livro didático. Ensino.

ABSTRACT

The trajectory of geographic science, from informal studies to its systematization in the 19th century, underwent transformations driven by scientific development and curricular changes. This text aims to analyze how different currents of geographic thought influence the contents of textbooks, focusing especially on materials focused on the geography of Ceará. The methodology includes a comprehensive bibliographic study, analyzing official documents, scientific articles and books, highlighting authors such as Alain Choppin (2004), Carlos Eduardo Ströher (2012), José Silvério Baía Horta (2012), Marco Antônio Silva (2012), Maria Lúcia by Arruda Aranha (2008), Milton Santos (2001 and 2006). The research will evaluate how the textbooks *Pequena Corografia do Ceará* (1942), *Estudo sobre o Ceará* (1955), *Support Manual Collection 3, 4 and 5 - 8th grade (1997-1998)*, *Constructing Ceará : elementary education* (2017) and *Education and Semi-Arid: New looks, New Paths* (2023) address regional and local themes. The objective is to understand how geographic content is structured, taught and assessed at different historical moments and how it reflects the views of geographic schools. We observed that the textbook plays an important role in school education. It guides the curricula and topics taught in the classroom, highlighting the need to discuss public policies that govern their formatting, choice, acquisition and distribution. However, content uniformity often ignores regional diversity, making it difficult for students and teachers to engage and identify. The different currents of geographic thought significantly influenced the construction of geography textbooks, shaping the understanding of Ceará's geographic space. These changes reflect a transformation in the approach of textbooks on the Ceará space, from a descriptive and analytical vision to a more inclusive one that values human and cultural experience. The production of textbooks focused on local geography is an important strategy to challenge the hierarchy of knowledge established by Northern epistemologies, promoting a more inclusive and diverse understanding of the world.

Keywords: Geography of Ceará. Textbook. Teaching.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Capa e índice do livro Corografia Brazílica	37
Figura 02 - Capa do livro Curso Dinâmico de Geografia	43
Figura 03 - Capa do livro Viver e Aprender, 3	46
Figura 04 - Capa do livro Pequena Corografia do Ceará	82
Figura 5 - Mapa do Ceará no livro Pequena Corografia do Ceará	92
Figura 6 - Nomes tupis na Geografia do Ceará no livro Pequena Corografia do Ceará	94
Figura 7 - Capa do livro Estudos sobre o Ceará	96
Figura 8 - Índice do livro Estudos sobre o Ceará	97
Figura 9 - Sumário do livro Estudos sobre o Ceará	98
Figura 10 - Página 53 do livro Estudos sobre o Ceará	104
Figura 11 - Página 57 do livro Estudos sobre o Ceará	105
Figura 12 - Capa do Manual de Apoio, unidade 3, para a 8ª série	109
Figura 13 - Sumário do Manual de Apoio, unidade 3, para a 8ª série	110
Figura 14 - Sumário do Manual de Apoio, unidade 4, para a 8ª série	110
Figura 15 - Sumário do Manual de Apoio, unidade 5, para a 8ª série	110
Figura 16 - Página 89 do Manual de Apoio, unidade 3, para a 8ª série	114
Figura 17 - Página do Manual de Apoio, unidade 5, para a 8ª série	115
Figura 18 - Página do Manual de Apoio, unidade 4, para a 8ª série	116
Figura 19 - Página do Manual de Apoio, unidade 5, para a 8ª série	117
Figura 20 - Página do Manual de Apoio, unidade 4, para a 8ª série	118
Figura 21 - Sumário do livro Construindo o Ceará - Geografia	120
Figura 22 - Capa do livro Construindo o Ceará - Geografia.	120
Figura 23 - Páginas 91 e 92 do livro Construindo o Ceará - Geografia	122
Figura 24 - Página 73 do livro Construindo o Ceará - Geografia	125

Figura 25 - Página 124 do livro <i>Construindo o Ceará - Geografia</i>	127
Figura 26 - Capa do livro <i>Educação e Semiárido: novos olhares, novos caminhos</i>	128
Figura 26 - Apresentação do livro <i>Educação e Semiárido: novos olhares, novos caminhos</i>	129
Figura 27 - Sumário do livro <i>Educação e Semiárido: novos olhares, novos caminhos</i>	131
Figura 28 - Página 118 do livro <i>Educação e Semiárido: novos olhares, novos caminhos</i>	139
Figura 29 - Página 119 do livro <i>Educação e Semiárido: novos olhares, novos caminhos</i>	140
Figura 30 - Exame de Admissão Geografia e História, 1951 - Editora do Brasil	167
Figura 31 - Índice do livro <i>Exame de Admissão Geografia e História, 1951</i> - Editora do Brasil	168

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Orçamento do MEC para o ano de 2020.....54

Tabela 02 - Valores gastos pelas editoras para o PNLD 202055

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 01 - AS DIFERENTES ESCOLAS GEOGRÁFICAS E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE LIVROS DIDÁTICOS	22
1.1. AS ESCOLAS GEOGRÁFICAS	22
1.2. A RUGOSIDADE NO CURRÍCULO E NO LIVRO DIDÁTICO	25
CAPÍTULO 02 - PERCURSO HISTÓRICO DO LIVRO DIDÁTICO	31
2.1. ORIGEM DO LIVRO DIDÁTICO	31
2.2. O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA E AS DIRETRIZES CURRICULARES.	36
2.3. HISTÓRICO DO PNLD E O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA	47
2.3.1. OS OBJETIVOS DO PNLD	52
2.3.2. O LIVRO DIDÁTICO VALE ALGUMA COISA ECONOMICAMENTE? TALVEZ ALGUNS MILHÕES OU BILHÕES!	53
2.4. O NOVO ENSINO MÉDIO E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	56
CAPÍTULO 3. O CEARÁ NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA	63
3.1. PERCURSO DA ANÁLISE	63
3.2. SIARÁ GRANDE E O LIVRO DIDÁTICO: ALGUMAS INICIATIVAS EM MEIO A INVISIBILIDADE	80
3.1.1. PEQUENA COROGRAFIA DO CEARÁ	81
3.1.2. ESTUDO SÔBRE O CEARÁ	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163
APÊNDICE	170
- Exame de Admissão Geografia e História, 1951 - Editora do Brasil	170

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o desenvolvimento da educação tem sido intrinsecamente relacionado às transformações sociais, políticas e econômicas. Cada geração absorve uma carga cultural e busca projetar-se no futuro, adaptando-se aos novos contextos. Transformações que se refletem nos paradigmas do pensamento geográfico, que têm se transformado ao longo dos anos, influenciado diretamente o ensino da disciplina nas escolas.

O estudo das correntes de pensamento geográfico é fundamental para compreender como as concepções sobre o espaço, lugar e território são construídas e impactado o ensino da Geografia. Desde os primórdios da disciplina, com as abordagens descritivas e regionalistas, até as correntes mais contemporâneas, como a Geografia Crítica e a Geografia Humanista, as mudanças no pensamento geográfico têm influenciado diretamente os conteúdos e abordagens pedagógicas nas salas de aula.

Além disso, é crucial compreender como essas mudanças se refletem nos materiais didáticos, como os livros escolares. Os livros didáticos são uma ferramenta essencial no processo de ensino e aprendizagem, e sua elaboração e produção ao longo do tempo reflete não apenas as mudanças no pensamento geográfico, mas também as transformações sociais, políticas e culturais da sociedade. Portanto, é necessário avaliar criticamente os livros didáticos, considerando diversos aspectos como conteúdo, abordagem pedagógica, qualidade gráfica e representatividade, a fim de fornecer uma análise aprofundada desses materiais educacionais.

Os livros didáticos são ferramentas importantes tanto para os e as docentes, na condução de suas práticas pedagógicas, quanto para os e as estudantes, no processo de construção do saber, oferecendo suporte para diversas disciplinas.

A minha trajetória de pesquisa iniciou a partir da experiência acumulada como professor de Geografia na rede pública estadual do Ceará, atuando especialmente em Fortaleza. Ao longo dos anos, o cotidiano em sala de aula e, mais especificamente, o processo de planejamento sempre esteve ancorado no livro didático adotado pelas unidades de ensino em que atuei. Esse material, mais do que uma simples ferramenta pedagógica, tornou-se um ponto de reflexão constante, dado o seu papel central na organização das atividades e no direcionamento dos conteúdos.

Essa relação estreita com o livro didático, forjada no contexto do ensino público, suscitou questionamentos sobre sua eficácia, suas limitações e, principalmente, seu impacto na aprendizagem dos alunos. A cada planejamento, era inevitável perceber como a estrutura e

o conteúdo do material didático moldavam as estratégias pedagógicas e influenciavam a dinâmica em sala de aula. Foi nesse espaço de interação constante com o livro que surgiram as primeiras inquietações que guiariam minha investigação acadêmica.

Entretanto, o interesse pelo tema do livro didático não se limita à minha atuação docente. Ele remonta também à minha própria trajetória como estudante do ensino fundamental e médio, quando tive acesso a livros de Geografia mais antigos. Esse contato, que na época parecia casual, revelou-se, com o tempo, fundamental para a construção do meu olhar crítico. Através daqueles livros, percebi as mudanças nos conteúdos, nas abordagens e até nas ilustrações ao longo dos anos, o que despertou em mim um interesse pelo papel histórico e cultural que o livro didático exerce na formação de gerações de estudantes.

Portanto, ao unir essas duas dimensões — a de professor, profundamente imerso no uso do livro didático como ferramenta de ensino, e a de estudante, que desde cedo manteve uma curiosidade sobre o material —, encontrei a base para minha pesquisa. Meu trabalho busca não apenas analisar o livro didático como objeto pedagógico, mas também explorar suas implicações históricas, culturais e educacionais, com o intuito de compreender melhor como ele molda a experiência de ensino-aprendizagem.

Segundo o que se encontra registrado no Portal do MEC, o PNLD (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018) tem o objetivo de:

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

Para garantir que os Livros Didáticos atendam às necessidades específicas de cada escola, é essencial submetê-los a uma avaliação criteriosa. Geralmente, essa avaliação é realizada pelos próprios professores que utilizarão o material em suas aulas. Eles devem analisar as obras aprovadas pelo Plano Nacional do Livro Didático - PNLD, seguindo um conjunto de critérios estabelecidos.

Esses critérios incluem conformidade com a legislação educacional, diretrizes do Ensino Médio, princípios éticos e democráticos, coerência na abordagem teórico-metodológica, interdisciplinaridade, correção e atualização dos conceitos, entre outros aspectos. Livros que não atendam a esses critérios são excluídos do PNLD.

Assim, fica evidente como os Livros Didáticos são recursos essenciais no processo de ensino e aprendizagem, proporcionando suporte valioso aos professores em suas práticas

pedagógicas. Portanto, é crucial que os futuros professores compreendam e estejam familiarizados com essas análises dos livros didáticos, pois o conhecimento desses materiais e de suas metodologias é fundamental para cumprirem efetivamente sua função educativa.

Dessa forma, consideramos que o processo de desenvolvimento da educação caminhou com as transformações sociais, políticas e econômicas ao longo da história, com cada grupo geracional absorvendo uma carga cultural e tentando projetar-se no futuro, para adaptação ao novo, conforme informa Aranha (2008).

Considerando que o currículo escolar é um dos elementos sociais que conectam esse fluxo entre a base cultural previamente definida e as expectativas do porvir, acreditamos que ele seja construído para formar indivíduos aptos para atender às necessidades de uma sociedade, a partir de produto cultural, histórico, político, econômico e tecnológico. O currículo atua como instrumento de formação, admitindo atualizações em sua forma, objetivos e conteúdos, permitindo dessa forma materializar sua relevância.

Conforme às mudanças, cada disciplina passa por uma atualização que não deixa de espelhar a importância dela para a formação social e humana dos estudantes. Nesse sentido, a disciplina de Geografia inserida no currículo escolar de nível básico sai de um papel meramente descritivo e classificatório dos elementos naturais e culturais que compõem a paisagem para fornecer aos indivíduos os elementos, técnicas e informações que servirão para análise das transformações sociais ao longo da história e do espaço.

Nesse ponto, o ensino de Geografia regional, cearense e a Teoria do Currículo são temas de grande relevância acadêmica e pedagógica ao estarem diretamente relacionados à formação do cidadão consciente e crítico. A Geografia regional e cearense permite ao aluno compreender as particularidades da região onde vive, tais como as características naturais, sociais, econômicas e culturais, bem como as suas relações com outras regiões e com o mundo. A partir desse conhecimento, é possível formar cidadãos mais conscientes e críticos, capazes de compreender e transformar a realidade local e global.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como as correntes de pensamento geográfico influenciaram a construção dos livros didáticos de geografia cearense, moldando a maneira como o espaço geográfico cearense é compreendido e representado.

Assim, visamos compreender e analisar as diversas formas pelas quais as escolas geográficas influenciam os conteúdos dos livros didáticos, com foco especial nas produções voltadas para a geografia do Ceará. Primeiramente, a pesquisa compreenderá como as diferentes correntes do pensamento geográfico imprimem múltiplas visões aos conteúdos abordados nos livros didáticos. Este objetivo visa explorar a influência das escolas

Tradicional/Clássica, Quantitativa, Crítica e Cultural na estruturação e apresentação dos conteúdos, identificando as perspectivas teóricas e metodológicas predominantes em cada obra e como essas visões afetam a compreensão e a representação do espaço geográfico.

Em segundo lugar, o estudo se propõe a analisar a abordagem do ensino de geografia nos livros didáticos produzidos no Ceará, com o propósito de compreender como os conteúdos geográficos são estruturados, ensinados e avaliados em diferentes momentos históricos. Este objetivo envolve a investigação das abordagens pedagógicas adotadas ao longo do tempo, considerando as mudanças nas políticas educacionais e a influência das diretrizes curriculares, como o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A análise permitirá identificar continuidades e rupturas nas abordagens pedagógicas e na organização dos conteúdos geográficos ao longo das décadas.

Por fim, a pesquisa visa avaliar especificamente como os livros didáticos *Pequena Corografia do Ceará* (1942), *Estudo sobre o Ceará* (1955), *Coleção Manual de Apoio 3, 4 e 5 - 8ª série* (1997-1998), *Construindo o Ceará: ensino fundamental* (2017) e *Educação e Semiárido: Novos olhares, Novos Caminhos* (2023) abordam a temática regional e local em suas produções. Este objetivo tem como foco a análise detalhada de como cada um desses livros representa o espaço geográfico cearense, considerando aspectos como a descrição dos elementos físicos e naturais, a integração de dados quantitativos, a incorporação de narrativas culturais e a reflexão crítica sobre as dinâmicas sociais e políticas. Ao avaliar essas obras, a pesquisa oferece uma visão abrangente da evolução das abordagens didáticas e dos conteúdos geográficos, contribuindo para uma melhor compreensão de como a geografia do Ceará é ensinada e compreendida nas escolas ao longo do tempo.

Realizar uma avaliação crítica minuciosa dos referidos livros didáticos, considerando uma série de aspectos que englobam desde o conteúdo propriamente dito até a qualidade gráfica e a representatividade das informações apresentadas. Esta análise visa fornecer uma visão aprofundada desses materiais educacionais, identificando suas potencialidades e limitações, bem como possíveis lacunas que possam comprometer sua eficácia enquanto instrumentos de ensino e aprendizagem.

No estudo em tela, optou-se pela adoção da abordagem qualitativa como estrutura conceitual para compreender os contextos históricos, políticos e sociais que deram forma aos diferentes currículos escolares em especial ao que compete a disciplina de geografia, possibilitando a caracterização e diferenciação de cada etapa de desenvolvimento.

De acordo com Haguette (2005), a abordagem qualitativa se fundamenta na análise de textos e visa estabelecer relações entre as variáveis encontradas em um contexto social, histórico, político e econômico.

Nessa perspectiva, utilizaremos uma abordagem metodológica, que inclui análise documental e revisão bibliográfica, com base em documentos oficiais da educação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº9.394/1996) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como textos relacionados à história do pensamento geográfico e teorias curriculares.

Os estágios iniciais deste estudo foram embasados em uma pesquisa bibliográfica, conforme tal termo foi definido por Lima e Miotto (2007). Essa abordagem envolveu a orientação do processo de pesquisa em direção ao problema, buscando contextualizá-lo e resolver questões que se relacionam a ele. Portanto, vale destacar que não se tratou de uma mera seleção aleatória de procedimentos, mas sim de uma escolha deliberada por parte do pesquisador em relação aos métodos que iriam nortear todas as fases e etapas da investigação.

Segundo Fontelles et al. (2009), a pesquisa bibliográfica é conhecida como revisão de literatura, na qual o pesquisador realiza uma minuciosa busca em artigos, periódicos, livros e outras fontes impressas, com o propósito de encontrar recursos confiáveis para embasar o estudo planejado. Nesse contexto, inferimos que tanto a revisão de literatura quanto a pesquisa bibliográfica são fundamentais para qualquer pesquisa que se pretenda realizar. Sendo que a pesquisa bibliográfica é estabelecida com um agrupamento orientado de procedimentos, que na busca por uma elucidação do objeto não se processa de maneira acidental.

É possível argumentar que, embora a pesquisa bibliográfica e a revisão de literatura compartilhem algumas características semelhantes, elas se desdobram em procedimentos metodológicos distintos, empregando métodos e critérios científicos diferenciados. Sousa et al. (2021) enfatizam que a pesquisa bibliográfica possui critérios e procedimentos específicos que a diferenciam claramente da revisão de literatura.

A pesquisa bibliográfica é iniciada com a definição do método, estabelecendo a abordagem que será adotada no estudo e contextualizando a temática em seu contexto histórico, geográfico e temporal. Na sequência, são selecionados os procedimentos, nos quais o pesquisador identifica o método mais apropriado para abordar o problema de pesquisa. Por fim, a coleta de dados é realizada seguindo os métodos específicos do procedimento escolhido, considerando, aspectos como tema, idioma, fontes e período.

No que se refere à pesquisa documental, Piana (2009) ressalta uma semelhança fundamental com a pesquisa bibliográfica, pois ambas concentram-se em registros escritos que podem ser considerados documentos passíveis de análise. No entanto, distinguindo a pesquisa documental é sua definição mais abrangente do que constitui um documento, indo além das fontes escritas. Portanto, mesmo compartilhando algumas semelhanças, a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica mantêm diferenças substanciais.

Outra distinção é a fonte de dados utilizada: enquanto a pesquisa bibliográfica se baseia em produções científicas com tratamento acadêmico, a pesquisa documental admite materiais que não foram previamente selecionados pela academia, como notícias de jornais, vídeos, fotografias, entre outros.

Em consonância com os objetivos desta pesquisa acadêmica, a investigação dos livros didáticos adotará uma abordagem metodológica de pesquisa documental. Esta abordagem documental, amplamente reconhecida como um instrumento eficaz na análise de materiais textuais e gráficos, se mostrará de fundamental importância para o desenvolvimento desta pesquisa. Através da análise detalhada de livros didáticos, visaremos explorar as representações e concepções veiculadas nesses materiais, bem como compreender as abordagens pedagógicas adotadas. Além disso, nossa pesquisa documental permitirá a investigação de como os livros didáticos se alinham com as políticas educacionais vigentes e influenciam a construção de conhecimento nas áreas de estudo específicas. Desta forma, a pesquisa documental constituirá um componente central e instrumental para o avanço do conhecimento nesta área, proporcionando percepções valiosas para a compreensão dos processos educacionais e da influência dos materiais didáticos no contexto educacional contemporâneo.

Apesar das divergências, ambas metodologias de pesquisa compartilham alguns procedimentos metodológicos em comum. A principal divergência reside na abordagem científica aplicada às fontes utilizadas, embora haja convergência em outros aspectos metodológicos.

Além disso, como observado por Grazziotin et al (2021), a pesquisa documental é um método de investigação flexível, adequado a estudos de diferentes abordagens, tanto qualitativos quanto quantitativos, dependendo da base teórica que fundamenta a pesquisa. Portanto, a escolha de um método específico não restringe as possibilidades de pesquisa, mas pode sugerir diferentes enfoques analíticos.

O termo *corpus* se refere ao conjunto de dados ou textos, sendo coletados e analisados em uma pesquisa. Em outras palavras, é o conjunto de documentos, livros, artigos,

entrevistas, entre outros materiais, utilizados para responder às perguntas de pesquisa e sustentar os argumentos do estudo.

O *corpus* é definido no início da pesquisa e pode ser delimitado por critérios como período, autor, tema, entre outros, dependendo dos objetivos e questões da pesquisa.

Considerando o objetivo da pesquisa em questão o nosso *corpus* será baseado mediante uma relação de documentos oficiais (LDB/1996, Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio - PCNs, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica - DCNs, Documento Curricular Referencial do Ceará - DCRC, Matriz de Conhecimentos Básicos - MCB 2021 SEDUC-CE, Base Nacional Comum Curricular - BNCC), que orientam e organizam a educação básica brasileira e seus respectivos instrumentos estaduais, além de livros e materiais didáticos com o enfoque da geografia cearense.

Empreenderemos uma investigação minuciosa sobre o contexto histórico que cercou a introdução do livro didático no cenário educacional brasileiro, tendo como objetivo principal a compreensão dos diferentes períodos da história que imprimiram mudanças na estruturação dos materiais instrucionais da disciplina geográfica.

A análise será concentrada na abordagem dos conteúdos de Geografia, com destaque para a identificação explícita ou implícita das características de uma ou mais escolas geográficas presentes nesses materiais didáticos.

Para análise dos materiais didáticos os seguintes critérios serão considerados:

- Estrutura da obra: avaliação da organização geral do material, incluindo o índice, capítulos, seções e apêndices.
- Avaliação de conteúdo: análise do conteúdo dos livros em relação aos objetivos de ensino e aprendizagem.
- Avaliação Pedagógica: verificação da abordagem pedagógica adotada, como a sequência de tópicos, atividades propostas e recursos complementares.
- Análise de Qualidade Gráfica: exame da qualidade da diagramação, ilustrações e design geral.
- Avaliação da Diversidade e Inclusão: verificação de representatividade de diferentes grupos étnicos, sociais e culturais.

Sob esse olhar, a análise do contexto histórico do livro didático foi arquitetada em dois períodos distintos: desde o período imperial até a República, e do Estado Novo até os dias atuais.

No contexto deste estudo em particular, foram examinados livros didáticos de Geografia, que servem ou serviram como material de apoio ao ensino médio cearense. A

escolha dos materiais se deve pelo arco temporal: os materiais ultrapassam os períodos dos anos 1942 até 2023. Considerou-se também a disponibilidade de livros cearenses que tratassem sobre a geografia do estado do Ceará. Em conjunto, tais objetos criam um panorama dos livros didáticos traçados pelas atualizações da Lei de Diretrizes e Bases, do Programa Nacional do Livro Didático, vislumbrando os deslocamentos de foco, métodos e objetivos das escolas geográficas.

Os livros escolhidos para investigação são inicialmente para compor um perfil histórico do livro didático em diferentes momentos, entre eles estão:

Pequena Corografia¹ do Ceará (1942) de Filgueiras Sampaio, obra que oferece uma detalhada descrição geográfica do estado do Ceará. Sampaio, com sua escrita precisa e informativa, aborda aspectos como a topografia, hidrografia, clima, economia e cultura cearenses.

Estudo sobre o Ceará (1955), publicação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, focado especificamente no estado do Ceará, é relevante para entender como a geografia local foi abordada em materiais didáticos e como a educação cearense abordou sua própria realidade geográfica em meados do século XX.

Coleção Manual de Apoio 3, 4 e 5 - 8ª série (1997-1998) publicada pela Secretaria de Educação do Ceará (Seduc CE) em parceria com a TV Ceará, representa um esforço significativo para integrar o telensino com o ensino regular, que objetivava uma experiência de aprendizado mais dinâmica e acessível para os estudantes da oitava série. Este material didático abrange uma ampla gama de temas em geografia, incluindo a preservação ambiental, a estrutura econômica global e os impactos da globalização na cidadania.

Os Manuais de Apoio - 8ª série também foram selecionados para esta análise devido à sua produção posterior à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, marco fundamental na reestruturação da educação brasileira. A LDB/1996 trouxe profundas mudanças no sistema educacional, enfatizando a importância de uma educação mais democrática e inclusiva.

Construindo o Ceará-Geografia (2017) publicado pela Editora Dummar, elaborado por professores locais, é relevante por apresentar uma visão atualizada da Geografia do Ceará e

¹ Corografia é um ramo da geografia que descreve e analisa as características de uma região ou lugar específico, como a paisagem, a localização, a população e os aspectos culturais e econômicos. Ela se concentra em descrever áreas menores, em contraste com a geografia geral, que abrange estudos em escala global ou continental. A corografia pode ser vista como uma análise detalhada de aspectos físicos e humanos de uma localidade, sendo frequentemente usada em cartografia e estudos regionais.

por ser uma ferramenta educacional desenvolvida por especialistas que conhecem as necessidades e desafios da educação geográfica no estado.

Educação e Semiárido: novos olhares, novos caminhos, organizado pela Secretaria de Educação do Ceará em 2023, em relação ao último título mencionado, o material é de particular relevância para o estudo, pois se concentra no contexto educacional do Semiárido, uma região geograficamente distinta com características, desafios e oportunidades únicas. Compreender como a geografia e a educação são abordadas nesse contexto é fundamental. O livro reflete as políticas educacionais específicas adotadas pela Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC) em 2023, fornecendo visões sobre como o estado aborda a educação no Semiárido, o que pode ser crucial para entender as abordagens pedagógicas e de conteúdo da geografia local.

Em conjunto, a análise desses materiais fornecerá uma visão abrangente e atualizada do ensino de Ciências Humanas e da Geografia, tanto ao nível nacional quanto em um contexto regional específico, como o Semiárido. Isso permitirá uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas educacionais contemporâneas e das políticas que moldam o ensino dessas disciplinas, além de contribuir para a compreensão das diferentes perspectivas geográficas no contexto brasileiro.

A seleção dos livros didáticos mencionados é fundamental para o estudo em questão por razões que abrangem diferentes momentos da história da educação e da geografia no Brasil e, mais especificamente, no estado do Ceará. Cada um desses livros desempenha um papel significativo na composição do perfil histórico do livro didático, fornecendo percepções valiosas sobre o ensino de Geografia e suas adaptações ao contexto geográfico cearense.

A condução de uma pesquisa bibliográfica e documental é um processo fundamental na produção do conhecimento acadêmico, exigindo uma abordagem metódica e criteriosa. Neste sentido, a coleta de dados compreende uma série de etapas bem definidas, cada uma contribuindo para a construção de um quadro teórico sólido e embasado. Descreveremos detalhadamente as cinco etapas desse processo de coleta de dados, destacando a importância de cada uma delas:

1. Construção do Quadro Teórico: a primeira etapa da pesquisa envolve a construção do quadro teórico, que serve como alicerce conceitual da investigação. Esse quadro é composto por conceitos, teorias e ideias que embasam o estudo e fornecem direção para a pesquisa. Para a construção do quadro teórico, foram consultados livros, artigos, teses e outros documentos relacionados à educação em âmbito nacional e local. Essa revisão da

literatura permite ao pesquisador adquirir uma compreensão sólida do tema em questão e identificar lacunas ou áreas de interesse para a pesquisa.

2. Definição de Critérios de Seleção: uma vez estabelecido o quadro teórico, é essencial definir critérios claros para a seleção dos documentos que serão utilizados na pesquisa. Esses critérios servem como diretrizes para garantir a qualidade e relevância dos materiais coletados. No caso desta pesquisa, os critérios incluíram a pertinência do documento para o tema, sua qualidade acadêmica e a data de publicação. A relevância do documento garante que ele contribua efetivamente para os objetivos da pesquisa, enquanto a qualidade acadêmica assegura que os materiais selecionados sejam confiáveis e embasados.

3. Realização da Busca Bibliográfica: a terceira etapa do processo de coleta de dados consiste na busca bibliográfica, que envolve a localização dos documentos que atendem aos critérios de seleção estabelecidos. Para esta etapa, foram utilizados recursos diversos, incluindo sites do Governo Federal e Estadual do Ceará, o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, a Fundação Waldemar Alcântara e também a busca física de materiais em bibliotecas de referência. A utilização de recursos *online* e físicos amplia as possibilidades de acesso a uma variedade de fontes, garantindo a abrangência e a profundidade da pesquisa.

4. Análise dos Documentos: a etapa de análise dos documentos é central para a pesquisa bibliográfica e documental. Nesse momento, o pesquisador realiza a identificação e interpretação das informações contidas nos documentos coletados. Essa análise é conduzida de forma crítica e reflexiva, considerando os objetivos da pesquisa e o quadro teórico estabelecido. É fundamental extrair informações relevantes dos materiais analisados e relacioná-los ao contexto da pesquisa. A análise crítica permite ao pesquisador avaliar a consistência das informações, identificar tendências, contradições ou lacunas e construir argumentos embasados.

Nos critérios estabelecidos consideramos a relevância para os objetivos da pesquisa. Os documentos que farão parte do escopo são aqueles que dialogam sobre a construção da base legal da educação brasileira, bem como o desenvolvimento dos livros didáticos, em especial da disciplina de Geografia voltados para o Ensino Médio.

Em relação à credibilidade das fontes, além da revisão bibliográfica a captação de documentos e informações será através dos órgãos normatizadores da educação brasileira em diferentes níveis, como o Ministério da Educação em suas ramificações como o Programa Nacional do Livro Didático e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. E ao nível estadual a Secretaria de Educação do Estado do Ceará.

5. Organização e Sistematização dos Dados: Por fim, a organização e sistematização dos dados são etapas cruciais para garantir a clareza e a coesão da pesquisa. Os resultados da análise dos documentos são estruturados de forma lógica e coerente, conforme os temas e questões de pesquisa. A criação de categorias e a elaboração de sínteses contribuem para a compreensão global dos achados e facilitam a apresentação dos resultados de maneira ordenada.

Dessa forma, esta pesquisa visa contribuir para o debate acadêmico sobre a produção e utilização de livros didáticos no contexto educacional brasileiro, destacando a importância de uma abordagem crítica e reflexiva na seleção e utilização desses materiais nas práticas pedagógicas. Assim, visamos oferecer subsídios para o ensino de Geografia, especialmente no que diz respeito ao estudo específico do estado do Ceará. Acreditamos que esta pesquisa contribuirá não apenas ao conhecimento no campo da Geografia Escolar, mas também para o aprimoramento das práticas pedagógicas, fornecendo subsídios para a reflexão sobre o ensino da disciplina e sua relevância na formação dos estudantes cearenses.

CAPÍTULO 01 - AS DIFERENTES ESCOLAS GEOGRÁFICAS E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE LIVROS DIDÁTICOS

A geografia é um campo científico que tem se transformado ao longo dos séculos, influenciada por diferentes correntes de pensamento e escolas geográficas. Cada escola geográfica trouxe consigo abordagens, métodos e perspectivas únicas para a compreensão do espaço terrestre. Como veremos adiante, essas escolas têm um impacto profundo no desenvolvimento dos livros didáticos de geografia, moldando a maneira como o conhecimento geográfico é transmitido aos estudantes. Neste tópico, apresentaremos as principais escolas geográficas, seus métodos, abordagens, autores proeminentes e como cada uma delas influenciou a produção de livros didáticos de geografia a partir da perspectiva da rugosidade.

1.1. AS ESCOLAS GEOGRÁFICAS

A ciência geográfica possui várias correntes de pensamento, cada uma contribuindo distintamente para a compreensão do espaço e das dinâmicas sociais. A progressão da geografia está registrada em muitas obras, mostrando tanto a natureza quanto as dinâmicas sociais e sua trajetória histórica.

Mesmo na geografia, as narrativas históricas não seguem um padrão uniforme. A análise histórica do pensamento científico deve considerar a interação de diversos elementos, revelando uma coexistência de tempos sociais que moldam a essência do sujeito e do objeto. No entanto, essa historicidade é limitada pela singularidade contingente que caracteriza o conhecimento científico.

A história da geografia como ciência moderna não está restrita apenas a si mesma ou aos seus precursores. Desde sua sistematização no século XIX, a geografia se fragmentou em várias correntes, impulsionada pelo reconhecimento crescente de sua importância para a sociedade. O método de trabalho da geografia abrange diferentes caminhos teórico-metodológicos.

O Quadro 1 oferece uma síntese das principais escolas do pensamento geográfico, destacando suas características distintivas, principais representantes e contribuições para o campo da geografia. Ao examinar essas escolas, é possível compreender as diferentes abordagens teóricas e metodológicas que moldam a disciplina ao longo do tempo. O quadro a seguir proporciona uma visão panorâmica das correntes de pensamento geográfico, permitindo uma compreensão mais abrangente da transformação e diversidade da disciplina.

Quadro 1 - Escolas do Pensamento Geográfico

Escola de Pensamento Geográfica	Definição
Escola Clássica ou Determinista	A Escola Clássica da Geografia, também conhecida como determinista, dominou o campo no século XIX. Ela enfatizava a relação entre o ambiente físico e as sociedades humanas, argumentando que o clima, o solo e a topografia influenciavam o desenvolvimento humano.
Escola Possibilista	A Escola Possibilista, liderada por geógrafos como Paul Vidal de La Blache, emergiu como uma reação à abordagem determinista. Ela argumentava que os seres humanos tinham a capacidade de modificar seu ambiente e superar as limitações impostas pela natureza. Os livros didáticos produzidos sob essa influência enfatizavam a importância das ações humanas na moldagem do espaço, promovendo uma visão mais dinâmica das interações entre sociedade e ambiente.
Escola Regional	A Escola Regional, também conhecida como Escola Francesa de Geografia, enfatizava a análise detalhada de regiões específicas. Ela se desenvolveu no início do século XX e teve um impacto significativo na produção de livros didáticos de geografia. Os materiais didáticos agora incluíam estudos de caso regionais, que exploravam a geografia, cultura e economia de áreas específicas.
Escola Quantitativa	Na década de 1950, a Escola Quantitativa introduziu métodos estatísticos e análises quantitativas na geografia. Isso teve um impacto tangível nos livros didáticos, que começaram a incorporar dados estatísticos, mapas temáticos e análises quantitativas em seus conteúdos.
Escola Crítica e Humanística	A Escola Crítica e Humanística, que surgiu nas décadas de 1960 e 1970, concentrou-se em questões sociais, políticas e culturais. Os livros didáticos influenciados por essa abordagem começaram a abordar questões como desigualdade, globalização, meio ambiente e direitos humanos. Incentivando os estudantes a questionar as estruturas de poder e a refletir criticamente sobre questões globais. Essa perspectiva mais ampla e engajada transformou os livros didáticos de geografia em ferramentas de conscientização social.

<p>Escola Pós-Moderna e Crítica</p>	<p>Nas últimas décadas, a geografia pós-moderna e crítica desafia as narrativas tradicionais e questionado a objetividade na produção de conhecimento geográfico. Livros didáticos influenciados por essa abordagem enfatizam a multiplicidade de perspectivas, a construção social do espaço e a importância do pensamento crítico. Encorajando os estudantes a explorar a diversidade de vozes e interpretações que moldam a geografia contemporânea.</p>
<p>Geografia Cultural</p>	<p>A corrente cultural na Geografia refere-se ao estudo das interações entre sociedade e espaço, explorando como as características culturais influenciam e são influenciadas pelo ambiente geográfico. Essa abordagem analisa como as práticas culturais moldam a paisagem, identidade e modos de vida em diferentes regiões. Ao integrar elementos como linguagem, religião, costumes e arte, a corrente cultural busca compreender a complexidade das relações entre as pessoas e o meio ambiente, enriquecendo a compreensão da Geografia além dos aspectos físicos e econômicos. Essa perspectiva destaca a importância das narrativas culturais na construção e interpretação do espaço geográfico.</p> <p>A corrente cultural na Geografia exerce uma influência significativa na produção de livros didáticos ao destacar a importância de incorporar aspectos culturais na compreensão do espaço geográfico. Os livros didáticos influenciados por essa abordagem buscam apresentar não apenas informações geográficas tradicionais, como mapas e dados demográficos, mas também incorporam narrativas culturais, costumes locais e a diversidade cultural de diferentes regiões. Essa perspectiva visa proporcionar aos estudantes uma compreensão mais holística e contextualizada do mundo ao seu redor, incentivando a apreciação da riqueza cultural presente nas diferentes paisagens geográficas.</p>

Fonte: elaborado pelo autor a partir de GODOY (2010), CLAVAL (2006), MORAES (1994).

As diferentes escolas geográficas ao longo da história moldaram profundamente o desenvolvimento de livros didáticos de geografia. Cada escola trouxe sua própria perspectiva, enfoque e abordagem, influenciando a maneira como os estudantes aprendem sobre o mundo ao seu redor. Essas correntes refletem não apenas as mudanças na disciplina geográfica, mas também a necessidade de adaptar a educação geográfica às demandas e desafios de cada época. Portanto, os livros didáticos de geografia são testemunhos da constante transformação da disciplina e do papel que desempenha na formação da sociedade.

Ao investigarmos as diferentes escolas geográficas e suas perspectivas teóricas, podemos compreender como essas abordagens informam a seleção e a organização do

conteúdo presente nos livros didáticos. As escolas geográficas, como a Geografia Humanística, a Geografia Crítica, a Geografia Quantitativa e outras correntes de pensamento, oferecem distintas interpretações sobre a relação entre sociedade e espaço, natureza e cultura, globalização e localidade, entre outros temas fundamentais da disciplina.

Essa diversidade de abordagens teóricas reflete-se nos livros didáticos, que muitas vezes são influenciados pelas preferências e inclinações dos autores e editores, bem como pelas diretrizes curriculares adotadas em diferentes contextos educacionais. Dessa forma, os livros didáticos acabam por representar não apenas um conjunto de informações geográficas, mas também uma visão particular sobre a disciplina e suas principais questões.

É nesse contexto que emerge a importância de compreendermos a geografia como saber escolar. Enquanto disciplina ensinada nas escolas, a geografia não se limita apenas à transmissão de fatos e conceitos geográficos, mas promoverá uma compreensão mais ampla e crítica do mundo. Os livros didáticos desempenham um papel central nesse processo, ao oferecerem um ponto de partida para a exploração e a reflexão sobre os temas geográficos, orientando os alunos na construção do seu conhecimento.

Assim, ao trilharmos o caminho que vai das diferentes escolas geográficas até a geografia como saber escolar, podemos perceber como as teorias e os debates acadêmicos se refletem na prática pedagógica, influenciando a maneira como o conhecimento geográfico é construído, transmitido e apropriado pelos alunos. Essa reflexão nos convida a repensar constantemente a função dos livros didáticos e da educação geográfica como um todo, buscando promover uma abordagem crítica e reflexiva que permita aos alunos compreender e participar ativamente do mundo ao seu redor.

1.2. A RUGOSIDADE NO CURRÍCULO E NO LIVRO DIDÁTICO

Como disciplina escolar em constante mutação, a Geografia está continuamente refinando seus objetos e objetivos, adaptando-se às transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. Ao longo desse percurso, diversos pensadores contribuíram significativamente para sua construção, sendo o geógrafo brasileiro Milton Santos um dos mais destacados. Santos é reconhecido por sua abordagem das questões fundamentais da Geografia, incluindo a definição precisa do objeto de estudo, sua epistemologia e a conceituação do espaço geográfico.

Para Santos (2006), a Geografia deve concentrar-se na análise dos sistemas de objetos e sistemas de ações, os quais estão intrinsecamente ligados ao tempo e formam o espaço geográfico, o cerne da ciência geográfica. Sua principal ferramenta metodológica é o estudo

da técnica, que, embora diversa em suas manifestações, é unificada enquanto fenômeno que registra no espaço os diferentes momentos do trabalho humano, permitindo a reconstrução de seu processo de formação.

Nesse contexto, a noção de rugosidade desempenha um papel crucial, auxiliando na identificação das técnicas e conjunturas sociais de épocas passadas. Posicionado analiticamente por Milton Santos como interno ao espaço geográfico, o conceito de rugosidade reflete a coexistência, no tempo presente, de elementos de diferentes períodos históricos. As rugosidades representam as características moldadas em tempos anteriores, ainda exercendo influência sobre as ações atuais e suas possibilidades enquanto construções espaciais. Ao aplicar essa perspectiva à análise dos currículos, é possível identificar padrões, valores e concepções que resistem às transformações sociais, políticas e culturais, evidenciando a persistência de estruturas profundas que moldam a educação.

Um dos elementos que se mantêm nos currículos escolares, conforme a teoria das estruturas rígidas, é a reprodução de valores culturais e ideológicos dominantes. Os currículos muitas vezes refletem as ideias, crenças e perspectivas predominantes na sociedade, perpetuando concepções sobre identidade, história, ciência e moralidade que refletem a hegemonia cultural.

Outro elemento permanente nos currículos é a transmissão de conhecimentos considerados essenciais para a formação cidadã e profissional. Independente das mudanças nos paradigmas educacionais, certos conteúdos e disciplinas são considerados fundamentais para a compreensão do mundo e para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a vida em sociedade.

Além disso, a organização hierárquica do conhecimento é um elemento mantido nos currículos escolares, refletindo a estruturação social e intelectual da sociedade. Disciplinas como matemática, língua portuguesa e ciências naturais frequentemente recebem maior ênfase e tempo de ensino, enquanto áreas como artes, educação física e ciências sociais são muitas vezes subestimadas em termos de importância e espaço curricular.

A homogeneização e padronização dos currículos também são aspectos que persistem, refletindo a busca por uniformidade e eficiência no processo educativo. A padronização dos currículos pode limitar a diversidade de experiências e perspectivas, bem como reforçar desigualdades socioeconômicas e culturais entre diferentes grupos de alunos.

No entanto, é importante reconhecer que, apesar da presença desses elementos permanentes, os currículos escolares também estão sujeitos a mudanças e transformações. A dinâmica das estruturas rígidas e flexíveis, conforme proposto por Milton Santos, sugere que

as estruturas dominantes podem ser contestadas, reinterpretadas e transformadas ao longo do tempo, à medida que novas ideias, valores e necessidades emergem na sociedade.

Nesse sentido, a análise dos currículos escolares à luz da teoria das estruturas rígidas não apenas permite identificar elementos persistentes, mas também oferece percepções sobre as contradições, tensões e possibilidades de mudança no sistema educacional. Ao reconhecer a complexidade e a dinâmica das estruturas educacionais, os educadores podem desempenhar um papel ativo na promoção de currículos mais inclusivos, críticos e contextualizados, capazes de responder às demandas e desafios do mundo contemporâneo.

A rugosidade geográfica, como concebida por Milton Santos, refere-se à complexidade intrínseca do espaço geográfico, caracterizada por sua diversidade, heterogeneidade e multiplicidade de fenômenos. Santos argumentava que o espaço não é homogêneo, mas sim uma tessitura de elementos variados, interconectados e mutuamente influentes. Segundo ele,

Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço -fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho. (Santos, 2006, p.140).

Essa abordagem rompe com a visão simplista de um espaço geográfico uniforme, reconhecendo que ele é moldado por processos sociais, culturais, econômicos e políticos que o tornam "rugoso". A rugosidade, nesse contexto, é uma metáfora para a complexidade intrínseca do espaço e a multiplicidade de formas e significados que ele assume.

Ao aplicar o conceito de rugosidade ao estudo do currículo escolar, podemos desvendar uma série de implicações significativas. Em primeiro lugar, reconhecemos que o currículo não é uma entidade estática e uniforme, mas sim um espaço educacional complexo, caracterizado por uma multiplicidade de elementos e influências. Assim como o espaço geográfico, o currículo é "rugoso" em sua composição, refletindo diferentes perspectivas pedagógicas, valores sociais, políticos e culturais.

A perspectiva da rugosidade nos ajuda a compreender que o currículo escolar não pode ser reduzido a um conjunto fixo de conteúdos ou objetivos de ensino. Em vez disso, é um campo dinâmico de práticas educacionais, negociações políticas e interações entre professores, alunos, famílias e comunidades. A diversidade de atores e influências que

moldam o currículo contribui para sua complexidade intrínseca, tornando-o "rugoso" de várias maneiras.

O conceito de rugosidade nos permite explorar as desigualdades e disparidades que existem no currículo escolar. Assim como o espaço geográfico é caracterizado por contrastes regionais, o currículo também apresenta variações significativas entre escolas, regiões e países. A abordagem de Santos nos incentiva a analisar as razões subjacentes a essas disparidades, incluindo fatores socioeconômicos, culturais e políticos que moldam a "rugosidade" do currículo.

A rugosidade também nos convida a refletir sobre a importância da diversidade e da inclusão no currículo escolar. Da mesma forma que a diversidade geográfica enriquece o espaço, a pluralidade cultural, étnica e de gênero enriquece o currículo. A perspectiva da rugosidade nos desafia a repensar os currículos para refletir a complexidade e a multiplicidade social em que vivemos, promovendo uma educação mais inclusiva e equitativa.

Além disso, a rugosidade geográfica nos ajuda a compreender as interconexões entre diferentes aspectos do currículo, destacando a importância de uma abordagem interdisciplinar. Assim como os elementos geográficos estão interligados e interdependentes, os conteúdos curriculares também estão interconectados. Isso nos encoraja a promover uma abordagem holística para o ensino, incentivando a colaboração entre diferentes disciplinas e a promoção de habilidades de pensamento crítico e resolução de problemas.

Dessa forma, o conceito de rugosidade geográfica de Milton Santos oferece uma lente poderosa para analisar o currículo escolar. Ao reconhecer a complexidade intrínseca do espaço geográfico e do currículo, somos incentivados a adotar uma abordagem mais flexível, inclusiva e interdisciplinar na educação. A perspectiva da rugosidade nos lembra que a diversidade é uma força enriquecedora e que devemos abraçar essa diversidade em nossas práticas educacionais. Dessa forma, podemos criar currículos mais relevantes e significativos, que preparem os alunos para enfrentar os desafios complexos do mundo contemporâneo.

Podemos aprofundar ainda mais essa compreensão e abordar questões críticas relacionadas à implementação do currículo em contextos específicos, é fundamental integrar o conceito de escala geográfica. A escala geográfica, em geografia, refere-se ao nível de análise espacial, permitindo-nos observar fenômenos do mundo em diferentes contextos, desde o local até o global. Neste texto, exploraremos como a aplicação da escala geográfica na pesquisa do currículo escolar pode enriquecer nossa compreensão e promover práticas educacionais mais informadas e contextuais.

Para Santos (2001), o espaço geográfico é multifacetado e dinâmico, refletindo a complexidade inerente às relações sociais, culturais e econômicas. No entanto, essa complexidade não é uniformemente distribuída em todas as escalas geográficas. Em diferentes escalas, a rugosidade do espaço se manifesta de maneira distinta, com fenômenos e atores específicos desempenhando papéis variados. A aplicação da escala geográfica ao estudo do currículo escolar nos permite analisar como a rugosidade se manifesta em diferentes níveis de abordagem e como as políticas educacionais são implementadas e vivenciadas localmente.

Em uma escala global, por exemplo, a pesquisa do currículo pode abordar tendências globais em educação, como a internacionalização do currículo e a difusão de práticas pedagógicas inovadoras. A análise global do currículo nos ajuda a entender como as ideias e influências internacionais afetam os sistemas de ensino em todo o mundo, moldando as expectativas e os objetivos globais da educação.

Na escala nacional, a pesquisa do currículo pode examinar as políticas educacionais nacionais, os padrões curriculares e os sistemas de avaliação. Cada país tem seu próprio contexto político, cultural e econômico, que influencia diretamente a estrutura e o conteúdo do currículo. A análise da rugosidade do currículo ao nível nacional revela como as decisões políticas e as demandas sociais se traduzem em diretrizes curriculares específicas e como as escolas locais interpretam e adaptam essas diretrizes.

No entanto, é na escala local que a pesquisa do currículo adquire uma dimensão particularmente rica e significativa. Aqui, a rugosidade se manifesta de maneira mais concreta, à medida que as escolas, os professores e os alunos interagem com o currículo no ambiente imediato. A análise ao nível local permite investigar como as escolas individuais traduzem o currículo em práticas pedagógicas, como os professores adaptam os conteúdos às necessidades e características dos alunos e como as comunidades locais influenciam o currículo por meio de suas expectativas e valores.

A pesquisa da escala local também destaca a importância da participação das partes interessadas, incluindo pais, alunos e comunidades, na tomada de decisões curriculares. A abordagem de Santos, juntamente com a análise de escala geográfica, enfatiza a necessidade de reconhecer a diversidade de vozes e perspectivas que moldam o currículo. O currículo não deve ser uma imposição uniforme, mas sim um diálogo contínuo entre diferentes atores em contextos específicos.

Além disso, a escala local nos permite investigar desigualdades educacionais e identificar desafios específicos que podem ser enfrentados em comunidades marginalizadas.

Por meio da pesquisa local, podemos compreender como as políticas curriculares afetam de maneira diferenciada grupos socioeconômicos, étnicos e culturais, possibilitando a criação de estratégias de intervenção mais eficazes.

A integração do conceito de escala geográfica na pesquisa do currículo escolar enriquece a compreensão da complexidade e da rugosidade do espaço educacional. Permite-nos analisar como as políticas e práticas curriculares se manifestam em diferentes níveis, desde o global até o local, e como as comunidades e atores individuais moldam e respondem ao currículo. Essa abordagem interdisciplinar e contextual promove uma educação mais informada, inclusiva e equitativa, alinhada com os princípios fundamentais da geografia.

Outro conceito norteador desta pesquisa, advém dos textos de Pierre Lévy (2011), filósofo e teórico da informação, ele delimitou o conceito de virtualidade, não se referindo apenas ao mundo digital, mas a um espaço potencial de ideias, interações e possibilidades.

O virtual apresenta-se como potencialidade, aproximando da classificação de Deleuze (2000) sobre potência e poder. O primeiro é a capacidade de afetar e ser afetado, de se relacionar com outros seres e expressar a singularidade de cada um. Já o segundo, por sua vez, é como essa potência é organizada e regulada por estruturas sociais, políticas e culturais, que limitam muitas vezes e reprimem as possibilidades de existência.

O conceito de currículo escolar, por outro lado, é uma forma de organizar os conhecimentos, as habilidades e as atitudes que se espera que os estudantes desenvolvam ao longo da sua trajetória educativa. O currículo escolar reflete as escolhas pedagógicas, os valores e as finalidades da educação em uma determinada sociedade e época. Ele também é um instrumento de poder, pois define o que é considerado legítimo, relevante e necessário aprender.

Uma possível leitura entre o conceito de virtual de Lévy (2011) e os estudos sobre o currículo escolar é pensar como o currículo pode ser um espaço de resistência e transformação, que permita aos estudantes exercerem a sua potência criativa e crítica, questionando as normas e as hierarquias impostas pelo poder. Um currículo que valorize a diversidade, a experimentação, a expressão e a colaboração, podendo contribuir para a formação de sujeitos autônomos.

CAPÍTULO 02 - PERCURSO HISTÓRICO DO LIVRO DIDÁTICO

Neste capítulo, será demonstrado o percurso histórico do livro didático, com ênfase particular na geografia. O capítulo está organizado em tópicos que abordam a origem e as atualizações do livro didático, explorando como esses materiais se desenvolveram ao longo do tempo. No tópico *Origem do livro didático*, o foco será na gênese e no papel inicial dos livros didáticos na educação. Em seguida, *O Livro Didático de Geografia* examinará especificamente a trajetória desses materiais na disciplina de geografia, destacando suas particularidades. Depois, o histórico do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) será analisado, fornecendo uma visão detalhada de como o programa influenciou a produção e distribuição de livros didáticos no Brasil. A seção *Os objetivos do PNLD* discutirá as metas e diretrizes do programa, enquanto o tópico seguinte apresentará uma análise dos investimentos financeiros envolvidos. Ao final do capítulo, no tópico *O novo Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular* discutirá as recentes reformas educacionais e suas implicações para o livro didático de geografia, explorando como as mudanças na legislação e nas diretrizes curriculares estão moldando o futuro desses materiais.

2.1. ORIGEM DO LIVRO DIDÁTICO

O livro didático, ao longo da história da educação, desempenhou um papel fundamental na transmissão de conhecimento e na estruturação dos sistemas educacionais em todo o mundo. Seu desenvolvimento está intrinsecamente relacionado às transformações da própria educação formal.

De acordo com Aranha (2006), os primeiros vestígios de materiais educacionais organizados remontam a civilizações antigas, como a Grécia e Roma, onde manuscritos e pergaminhos eram utilizados para registrar conhecimentos e transmiti-los às gerações seguintes. No entanto, foi a partir da invenção da imprensa por Johannes Gutenberg, no século XV, que o livro didático ganhou força e acessibilidade, permitindo uma disseminação mais ampla do conhecimento.

Durante os séculos seguintes, o livro didático passou por diversas transformações, refletindo os avanços sociais, culturais e pedagógicos de cada época. No século XVIII, com a expansão da educação pública, surgiram os primeiros compêndios voltados para o ensino em massa, abordando uma variedade de disciplinas.

No século XIX, com o desenvolvimento dos sistemas educacionais modernos, os livros didáticos se tornaram ferramentas essenciais para padronizar e sistematizar os currículos escolares. A partir desse período, governos e instituições educacionais começaram a selecionar e aprovar materiais didáticos, influenciando diretamente no conteúdo e na abordagem pedagógica.

Já no século XX, com os avanços tecnológicos e a globalização, os livros didáticos passaram a incorporar recursos multimídia, adaptações curriculares e uma variedade de abordagens pedagógicas, visando atender às demandas de uma sociedade em constante transformação.

O livro didático continua sendo uma das peças centrais no cenário educacional, embora enfrentando desafios como a digitalização, a diversificação de recursos educacionais e a necessidade de adaptação a novas metodologias de ensino. Sua história reflete não apenas as mudanças na educação, mas também as mudanças sociais, políticas e culturais ao longo dos séculos.

A análise de Choppin (2004) nos convida a repensar o livro didático como algo mais do que um simples manual escolar. Dessa forma, podemos observar tal objeto como um artefato multifacetado que carrega consigo as marcas da história, da cultura e dos valores de uma sociedade.

Sobre as múltiplas funções do livro didático, Choppin (2004) realiza uma investigação que abrange diversas culturas e contextos, revelando quatro funções essenciais do livro didático no sistema educacional. A função referencial estabelece o livro didático como um recurso central na transmissão do conhecimento, guiando os alunos através dos conteúdos curriculares selecionados como essenciais para sua formação. Mediante uma criteriosa seleção de informações e conceitos, o livro didático delinea o que é considerado fundamental para a educação das novas gerações.

Nos livros didáticos de geografia, a função referencial é evidente na maneira como os conteúdos curriculares são apresentados. Estes livros servem como mapas do conhecimento geográfico, organizando informações sobre cartografia, geomorfologia, climatologia, demografia, e outras áreas fundamentais. A seleção e organização dos tópicos refletem as prioridades educativas e os conhecimentos considerados essenciais para a formação dos alunos. Contudo, a seleção de conteúdos pode ser influenciada por perspectivas culturais e políticas, levantando questões sobre a abrangência e a imparcialidade das informações fornecidas.

Na função instrumental, o livro didático transcende seu papel de mero repositório de informações, tornando-se uma ferramenta que facilita o aprendizado. Através de exercícios, atividades e propostas didáticas, ele auxilia na memorização de conteúdos, na aquisição de habilidades e no desenvolvimento de competências essenciais. Assim, o livro didático se configura como um recurso prático que apoia o processo de ensino e aprendizagem de maneira eficaz.

A função instrumental nos livros didáticos de geografia se manifesta mediante diversas atividades e exercícios que facilitam a assimilação do conhecimento. Estes materiais incluem mapas para análise, gráficos de dados demográficos, estudos de caso sobre fenômenos naturais, e exercícios de interpretação de dados. Tais ferramentas são desenhadas para desenvolver habilidades críticas nos alunos, como a leitura e interpretação de mapas e dados geográficos, e a aplicação do conhecimento em contextos práticos. No entanto, a eficácia dessas ferramentas depende da qualidade das atividades propostas e da capacidade dos professores em utilizá-las.

A função ideológica e cultural do livro didático é destacada por seu papel na transmissão da cultura, língua e valores de uma sociedade. Historicamente, ele tem sido um veículo crucial na construção de identidades, influenciando a visão de mundo das novas gerações e perpetuando valores e crenças coletivas (Choppin, 2004).

A função ideológica e cultural dos livros didáticos de geografia é perceptível na forma como representam diferentes regiões e culturas. Esses livros não apenas transmitem conhecimento factual, mas também promovem determinadas visões de mundo e valores culturais. Por exemplo, a representação de países e regiões pode refletir estereótipos ou perpetuar desigualdades, ao destacar certos aspectos culturais e econômicos em detrimento de outros. Esta função ideológica requer uma análise crítica para garantir que as representações sejam justas e inclusivas, evitando a reprodução de preconceitos e desigualdades (Choppin, 2004).

Além disso, na função documental, o livro didático oferece um conjunto de documentos históricos que alimentam o pensamento crítico dos alunos. Ao analisar textos e fontes primárias, os estudantes são incentivados a questionar, refletir e desenvolver sua própria visão de mundo (Choppin, 2004).

Nos livros didáticos de geografia se revela na inclusão de fontes primárias, como documentos históricos, mapas antigos e dados estatísticos. Estes materiais fornecem aos alunos a oportunidade de desenvolver um pensamento crítico ao analisar e interpretar informações diretamente das fontes. A presença de tais documentos nos livros didáticos

enriquece a aprendizagem, permitindo que os alunos questionem e debatam as interpretações históricas e geográficas apresentadas. Entretanto, a escolha das fontes e a maneira como são contextualizadas pode influenciar a interpretação dos alunos, sendo necessário um uso cuidadoso e crítico desses materiais.

As quatro funções do livro didático se entrelaçam, criando um complexo mosaico que molda a experiência educacional dos alunos. Ao compreender as nuances de cada função, é possível perceber o papel fundamental do livro didático na sociedade, tanto como ferramenta de ensino quanto como instrumento de construção social. A análise de Choppin (2004) nos convida a reavaliar o livro didático, reconhecendo-o como um artefato multifacetado que reflete a história, cultura e valores de uma sociedade.

Bittencourt (1993) indica que a história do livro didático está profundamente entrelaçada com as estruturas de poder institucionais. A interseção entre a criação de materiais didáticos e o estabelecimento do sistema educacional legitimado pelo Estado distingue essa forma de produção cultural de outros gêneros textuais, nos quais a intervenção de agentes externos em sua concepção é menos notável.

Por um longo período, o livro didático foi subestimado como uma forma de produção cultural inferior, sendo frequentemente ignorado por bibliógrafos, educadores e intelectuais de diversas áreas. No entanto, nas últimas décadas, houve uma ampliação na análise dos livros didáticos, destacando-se os seus aspectos educacionais e o papel crucial que desempenham na escola contemporânea.

Apesar disso, tal objeto pedagógico, muitas vezes, é menosprezado, e essa desvalorização está geralmente ligada ao seu consumo imediato. Por um lado, ele desempenha uma função específica no contexto escolar, integrando-se de forma intrínseca à vida dos indivíduos; por outro lado, é considerado descartável e sem valor quando fora desse contexto original.

Existem várias investigações que instigam discussões sobre o papel do livro didático na comunidade escolar.

Conforme Santos e Martins (2011), uma ampla revisão bibliográfica destaca a importância dos livros didáticos como agentes de transformação social, tanto no contexto escolar quanto no âmbito das políticas públicas. O estudo em questão realizou um levantamento detalhado de 53 artigos publicados, identificando os autores e as respectivas obras, discutindo a relevância atribuída aos livros didáticos e fornecendo comentários gerais sobre as publicações analisadas.

Essa análise evidencia que a relevância dos livros didáticos, vão além de simples instrumentos de ensino. Eles são vistos como componentes cruciais na mediação do conhecimento e na construção de valores sociais e culturais. A revisão bibliográfica de Santos e Martins (2011) oferece uma perspectiva sobre como os livros didáticos podem influenciar significativamente as práticas educacionais e as políticas educacionais.

Ao detalhar as contribuições de cada artigo, os autores mostram a diversidade de abordagens e concepções presentes na literatura sobre livros didáticos. Essa riqueza de informações ressalta a complexidade envolvida no uso e na análise desses materiais educativos, sublinhando sua importância estratégica no contexto educacional

O livro didático, além de suas funções educacionais essenciais, pode ser entendido como um produto cultural em uma lógica de mercado que envolve diversos atores: professores, governo, editoras e alunos, conforme Freisleben e Kaercher (2022. p. 392) que exploram essa dinâmica na investigação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e seu impacto na educação brasileira.

Para entendermos este gigantesco negócio de cifras generosas, que é o mercado de LD's no Brasil, é importante antes compreendermos como esta mercadoria foi pensada ao longo da história educacional brasileira e através de que tipos de políticas governamentais, ele chega aos seus destinatários finais. A princípio o LD é mais um produto destinado ao mercado escolar, mas contrariando o senso comum, ele deve ser visto como um produto cultural.

A análise do mercado de LDs no Brasil requer uma abordagem que reconheça sua dimensão econômica sem negligenciar seu papel cultural. Esta perspectiva crítica é essencial para entender as complexas interações entre mercado, política e educação, e para promover um sistema educacional que verdadeiramente atenda às necessidades de todos os seus participantes.

No entanto, além disso, há pesquisas que se concentram na relação do livro didático com a comercialização desse recurso, explorando a influência de grupos específicos no mercado editorial devido aos interesses envolvidos na produção e distribuição dos materiais didáticos. Indiscutivelmente, esse objeto didático, apesar de ser interpretado como um artefato cultural que gera debates e críticas de diversos setores da sociedade, ainda é reconhecido como um instrumento fundamental no processo de ensino e aprendizagem escolar.

2.2. O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA E AS DIRETRIZES CURRICULARES.

Recorrente nas salas de aula do ensino básico, como já vimos e indicamos, o livro didático é um objeto de estudo, de prática, podendo reproduzir ideologias e conteúdos, um objeto passível de crítica e novas abordagens e atualizações.

O livro didático de geografia desempenha um papel central na educação, refletindo as influências das diferentes escolas geográficas ao longo da história, moldando sua abordagem e conteúdo, merecendo uma análise mais aprofundada das contribuições de cada uma dessas vertentes do pensamento geográfico na formatação desses materiais educacionais.

Conforme Silva (2012, p.807), o uso do livro didático se dá no Brasil desde o período imperial. O Colégio Pedro II, por exemplo, durante o século XIX, tinha materiais utilizados em francês ou em português importados, considerando a escassa produção gráfica no país. Vale ressaltar, como indica também Silva (2012, p.807), que o teor não só pedagógico dos livros didáticos, mas como da figura da escola na sociedade se dava sob o liberalismo, com a escola sendo um elemento de segregação e um instrumento para a manutenção da classe dominante.

O período do Império do Brasil (1822-1889) foi marcado pela construção e consolidação de um Estado monárquico independente, após a proclamação da independência em 1822. Sob o comando do imperador Dom Pedro I e, posteriormente, de Dom Pedro II, o Brasil enfrentou desafios políticos, sociais e econômicos que moldaram sua história e desenvolvimento.

Dessa forma, utilizaremos como marco histórico inicial de nossa investigação a Constituição Imperial de 1824, que, em seu título oitavo, *Das Disposições Geraes, e Garantias dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros*, indica que a instrução primária será gratuita a todos os cidadãos.

Contudo, considerando a organização social da época, em que os negros escravizados não eram considerados cidadãos, o acesso à educação pública gratuita era limitado a uma parcela pequena da população.

Para elucidarmos algumas questões sobre o acesso e o mínimo a ser ensinado, devemos observar um recorte da Lei de 15 de outubro de 1827, no artigo 6º, que define o que deveria ser ensinado nas escolas da época

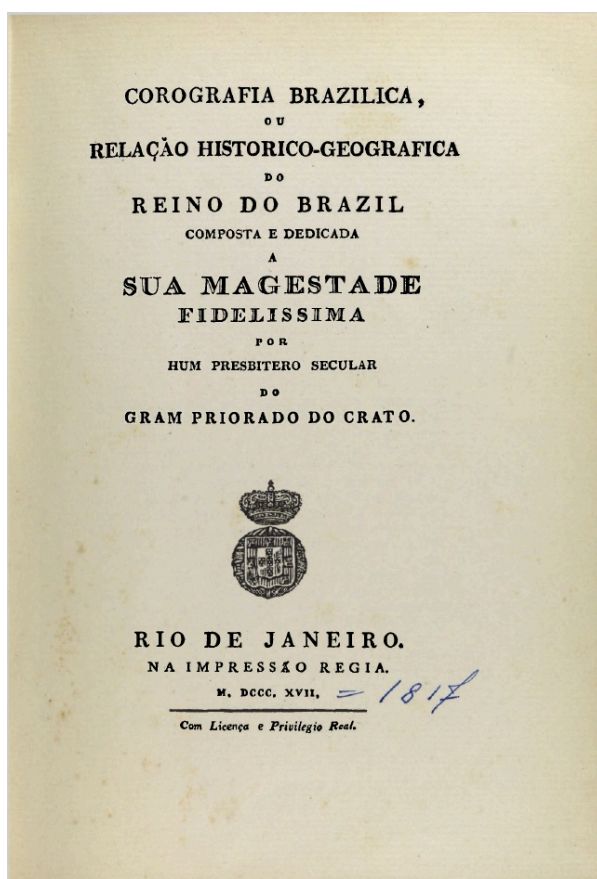
Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos;

preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil. (Brasil, 1827).

Pelo trecho indicado, percebemos a ausência de qualquer indicativo da disciplina de Geografia, sendo a estrutura curricular nacional pautada no ensino básico de matemática, língua portuguesa, história nacional e temas extraídos do cristianismo católico, além da orientação de leitura da constituição imperial, por mais que alguns elementos da disciplina geográfica possam estar dispersos em outros tópicos ministrados no período.

Um pouco antes, em 1817, o livro a *Corografia Brasílica*, do padre Manuel Aires de Casal, um compêndio enciclopédico, já listava os elementos físicos do território nacional. Na obra não havia a preocupação de análise mais aprofundada dos eventos e/ou a compreensão das estruturas elencadas, apenas uma descrição fria e estéril da estrutura geográfica física brasileira, reproduzida nos livros didáticos até o século XIX.

Figura 1 - Capa e índice do livro *Corografia Brasílica*



I N D I C E.

Do Conteudo neste Tomo.

	Paginas.
○ Descobrimto d' America.	2
A sua Grandeza.	7
○ Descobrimto do Brazil.	12
A sua Grandeza.	10
Os Ouadrupes Indigenas.	61
As Aves mais notaveis.	77
Os Vegetaes mais uteis.	94
A Provincia de S. Pedro, ou do Rio grande do Sul.	117
A Provincia do Paraná.	155
A Provincia do Uruguay.	171
A Provincia de S. Catharina.	180
A Provincia de S. Paulo.	200
A Provincia de Marogrosso.	247
A Provincia de Goyaz.	314
A Provincia de Minas Geraes.	350

Advertencia.

No Tom. I. pag. 52. lin. 23. lêa-se: quinhentos trinta e dois.

Fonte: Biblioteca Digital Luso Brasileira.

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg27882/drg27882.pdf

Em relação às transformações jurídicas na esfera educacional, outro marco importante é o Decreto nº1331-A de 17 de fevereiro de 1854, que aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário na corte e dessa forma estabelece em seu artigo 47º o currículo mínimo do ensino primário

Art. 47. O ensino primario nas escolas publicas comprehende:
 A instrucção moral e religiosa,
 A leitura e escripta,
 As noções essenciaes da grammatica,
 Os principios elementares da arithmetica,
 O systema de pesos e medidas do municipio.
 Póde comprehender tambem:
 O desenvolvimento da arithmetica em suas applicações praticas,
 A leitura explicada dos Evangelhos e noticia da historia sagrada,
 Os elementos de historia e geographia, principalmente do Brasil,
 Os principios das sciencias physicas e da historia natural applicaveis aos usos da vida,
 A geometria elementar, agrimensura, desenho linear, noções de musica e exercicios de canto, gymnastica, e hum estudo mais desenvolvido do systema de pesos e medidas, não só do municipio da Côrte, como das provincias do Imperio, e das Nações com que o Brasil tem mais relações commerciaes. (Brasil, 1854).

É interessante salientar que nos estabelecimentos de ensino voltados para o sexo feminino além do currículo preestabelecido no artigo 47, o artigo 50º indicava o ensino de bordado e demais trabalhos com agulhas.

E entre os artigos 77 e 80 indicava-se o currículo a ser seguido no ensino secundário. Chamamos atenção em especial ao artigo 79, que estabelece a quantidade de cadeiras/disciplinas desse nível

Art. 79. Haverá no Collegio as seguintes cadeiras:
 2 de latim,
 1 de grego,
 1 de inglez,
 1 de francez,
 1 de allemão,
 1 de philosophia racional e moral,
 1 de rhetorica e poetica, que comprehenderá tambem o ensino da lingua e litteratura nacional,
 2 de historia e geographia, ensinando o professor de huma a parte antiga e media das referidas materias, e o da outra a parte moderna, com especialidade a historia e geographia nacional,
 1 de mathematicas elementares, comprehendendo arithmetica, algebra até equações do 2º grão, geometria e trigonometria rectilinea,
 2 de sciencias naturaes, sendo huma de historia natural com as primeiras noções de zoologia, botanica, mineralogia e geologia, e outra de elementos de physica e chimica, comprehendendo somente os principios geraes e os mais applicaveis aos usos da vida. (Brasil, 1854).

Vale ressaltar que no artigo 79, quando sobre a cadeira de história e geografia, há uma orientação para que se trabalhe aspectos/elementos nacionais.

Em resumo, com o Ato Adicional, o governo imperial assumia o financiamento da educação primária e secundária na Corte, além de ser responsável por organizar, fiscalizar e autorizar o ensino superior ao nível nacional. Em contrapartida, cabia às províncias, subdivisões administrativas do território brasileiro, a responsabilidade pela educação de primeiras letras e o ensino secundário.

No mesmo contexto, temos a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, instituição que norteava a pesquisa, ensino e divulgação científica. Observa-se que além da produção científica, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro² (IHGB) assume um papel de irradiação de uma cultura, de uma imagem brasileira, alinhando-se ao projeto de construção de nação (ou do imaginário de nação e dos seus elementos nacionais) que surge no período imperial. Essa atuação do IHGB (1838) é evidente já na ata de sua fundação de 1838, quando fala sobre os objetivos sociais, indicando que

O Art. 1º estabelece os objetivos da instituição, que são:

1º Coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e Geografia do Brasil e assim também promover os conhecimentos destes dois ramos científicos, por meio do ensino público, logo que os cofres sociais o permitissem.

2º Corresponder-se com as associações congêneres do Velho e Novo Mundo.

3º Ramificar-se nas províncias do Império, para mais fácil desempenho dos fins a que se propunha.

4º Publicar a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

5º Promover os conhecimentos destes dois ramos filológicos por meio do ensino público, logo que seu cofre proporcionasse esta despesa.³

O Instituto, nesse período, coaduna da mesma pretensão imperial de modernidade, uma modernidade que também refletisse os ideais e símbolos da recém-independente nação. Toda essa simbologia repleta de um nacionalismo sentimental utilizou a educação através das disciplinas de história e geografia como veículo de propagação de símbolos, centralizando ainda mais o poder do império, ao passo que o pensamento de ser nação ramificou-se pelas províncias.

Antes de se estabelecer como campo acadêmico, a Geografia, no Brasil, se firma como saber escolar, difuso entre outros temas, focando na descrição da paisagem e enumeração de estruturas do território. Temos a experiência do Colégio Pedro II, que durante o século XIX, tinha materiais utilizados em francês ou em português importados. Entendemos que a estruturação da disciplina de Geografia, naquele momento, era uma transposição da escola

² O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi fundado em 1838, no contexto da consolidação do Estado brasileiro após a independência. Com o objetivo de promover estudos históricos, geográficos e culturais do Brasil, o IHGB desempenhou um papel crucial na formação da identidade nacional do país ao longo dos séculos XIX e XX.

³ Disponível em: <https://ihgb.org.br/ihgb/historico/socios-fundadores.html>

geográfica francesa, baseada no possibilismo. Sobre essa corrente de pensamento geográfico, podemos nos orientar por Moraes (1990), quando nos informa que

Vidal de La Blache definiu o objeto da Geografia como a relação homem-natureza, na perspectiva de paisagem. Colocou o homem como um ser ativo, que sofre a influência do meio, porém que atua sobre este, transformando-o. Observou que as necessidades humanas são condicionadas pela natureza, e que o homem busca as soluções para satisfazê-las nos materiais e nas condições oferecidos pelo meio. Neste processo, de trocas mútuas com a natureza, o homem transforma a matéria natural, cria formas sobre a superfície terrestre: para Vidal, é aí que começa a “obra geográfica do homem”. Assim, na perspectiva vidalina, a natureza passou a ser vista como possibilidades para a ação humana; daí o nome de Possibilismo [...] (Moraes, 1990, p.24).

Até esse ponto, podemos estipular que a memorização de elementos da natureza física e de determinados momentos históricos era objetivo suficiente para Geografia, atendendo as necessidades dos poderes monárquicos ou republicanos. Corroboramos com isso a indicação de Guedes, Silva e Souza (2016)

Primeiramente, a Geografia escolar era tratada de uma forma em que esta, estava apenas encarregada de trazer os conhecimentos do que eram produzidos em outras partes do planeta, fazendo com que os alunos brasileiros fossem “desligados” de sua vivência diárias onde residiam, se distanciando do cenário político e social de onde habitavam, predominava-se uma Geografia meramente descritiva, claro, em conjunto com o que alicerçou o início da sua construção científica, temos o exemplo do significado e a etimologia da sua palavra: Geo=Terra + Graphia = Descrição, ou seja, a descrição da Terra. (Guedes, Silva e Souza, 2016, p. 03).

Assim, podemos indicar que esse viés interpretativo da disciplina Geografia como um saber meramente descritivo manteve-se aos longos dos anos, tornando-o em muitos casos uma disciplina alienada da realidade social do aluno.

Estabelecemos aqui um ponto no qual a nossa educação se fundamenta e sistematiza como uma ferramenta de contenção social e de distanciamento da própria realidade nacional/regional. Posteriormente, em nossa história, outras ações do governo federal, ao longo dos anos, tentaram difundir o livro didático, não apenas como elemento pedagógico, mas como cartilha difusora político-ideológica. Podemos citar as transformações trazidas pelo Período Vargas e realizadas no âmbito educacional por Gustavo Capanema que chefiou o Ministério da Educação de 1934 a 1945.

Nesse período que compreende o Estado Novo (1937-1945), o pano de fundo político brasileiro era de um governo caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo. Tais elementos refletiram na estruturação da educação e, por conseguinte, na formatação do livro didático daquele período.

As reformas do referido período tinham como objetivo modernizar o sistema educacional brasileiro e torná-lo mais acessível à população. As principais mudanças

introduzidas pela reforma foram a criação de um sistema de ensino público gratuito e obrigatório para crianças de 7 a 14 anos e a criação de um sistema de ensino técnico profissional.

Houve uma reforma do ensino secundário, que passou a ser dividido em dois ciclos: o ginásial (com duração de quatro anos) e o colegial (com duração de três anos). A criação de um sistema de ensino superior, que passou a ser dividido em três ciclos: o bacharelado (com duração de quatro anos), o mestrado (com duração de dois anos) e o doutorado (com duração de três anos). A criação de um sistema de educação de adultos, que passou a oferecer cursos de alfabetização, educação básica e educação profissional. Esses eventos indicam que a história da educação no Brasil é marcada por uma série de reformas e iniciativas que moldaram o sistema educacional ao longo dos anos.

Uma das políticas governamentais na promoção do acesso à educação através do livro didático, concretizou-se de acordo com Silva (2012) e com os dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em diferentes governos brasileiros que impulsionaram o mercado do livro didático desde o financiamento através do Banco do Brasil nos anos 1960, passando pela criação da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) já no período da ditadura militar, que funcionava como uma intermediária entre as editoras de livros e o MEC. Esse movimento foi orientado por um convênio entre o MEC e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid). Tal convênio evidenciava a interferência estadunidense no modelo educacional brasileiro, que almejava entre outras coisas, a privatização do ensino superior e conseqüentemente o maior distanciamento da população dos níveis educacionais.

Em consonância, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, vigente na época, Lei nº4.024, de 20 de dezembro de 1961, nos traz

Art. 43. Cada estabelecimento de ensino médio disporá em regimento ou estatutos sobre a sua organização, a constituição dos seus cursos, e o seu regime administrativo, disciplinar e didático.

Art. 44. O ensino secundário admite variedade de currículos, segundo as matérias optativas que forem preferidas pelos estabelecimentos. (Brasil, 1961).

Observamos que na lei havia uma proposição de liberdade em relação à organização dos currículos. Podemos extrair desses trechos que a nossa pluralidade regional, social, econômica, ambiental poderia estar inscrita na variação dos currículos. Todavia, mantém-se o questionamento de como inserir essa regionalidade, essa realidade próxima, esse lugar vivenciado, vivido, utilizando o livro didático um pré-moldado fixo e imobilizado que traz

uma visão de um eixo do país, e considerando que essa ferramenta ultrapassa sua função de apoio para assumir o papel de norteador dos currículos escolares.

Sobre a importância do conceito de lugar para o processo de ensino e aprendizagem de Geografia, sobretudo na identificação dos indivíduos no mundo, e na concepção de participantes dos movimentos históricos-geográficos, nos baseamos em Carney (2007, p.127-128) ao afirmar que

[...] lugar não é apenas onde algo está situado; o próprio lugar incorpora significado, que depende da história pessoal que uma pessoa traz para ele. É através dessas interações pessoas-lugar que desenvolvemos uma profunda associação psicológica com um lugar específico, seja ele lar, rua, cidade, zona rural, estado, região ou nação. (Carney, 2007).

E essa equação de múltiplos graus e com algumas incógnitas - educação, currículo, livro didático, contextualização - que tentaremos decompor durante esse texto.

No decorrer do século XX até a década de 1960, observamos uma predominância no uso de livros didáticos escritos, inicialmente por Delgado de Carvalho e, em seguida, por Aroldo de Azevedo. Esses materiais atendiam às exigências dos programas educacionais, abrangendo o curso primário, com duração de cinco anos, o curso ginásial, com quatro anos, e os demais cursos secundários, com três anos ou mais.

Nos anos 70, há uma ação do MEC para a produção desses materiais em parceria com a iniciativa privada. Tal ação era coordenada pelo Instituto Nacional do Livro e, posteriormente, pela Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME).

A promulgação da Lei nº 5692/1971 marcou uma nova fase educacional, introduzindo um ensino fundamental de oito anos e um ensino médio de três anos adicionais, o que resultou em uma diversificação de manuais didáticos de Geografia, mais especificamente no ensino fundamental, a introdução dos Estudos Sociais. Embora tenha sido mantido o paradigma geográfico da relação entre a Terra e o Homem, nesse período surgiram materiais didáticos complementares, como cadernos de exercícios com técnicas de estudo direcionadas aos alunos. Além disso, algumas coleções didáticas incorporaram as mudanças teóricas e metodológicas advindas do movimento da Geografia Crítica e da renovação na didática escolar.

Uma das principais críticas ao método Terra - Homem - Economia é a sua simplificação da complexidade das relações geográficas. Ao reduzir a Geografia a apenas três elementos, arrisca-se negligenciar uma série de outros fatores e processos importantes que moldam e influenciam os espaços geográficos. Aspectos como cultura, política, tecnologia,

meio ambiente, e muitos outros, são frequentemente deixados de lado ou subestimados nessa abordagem.

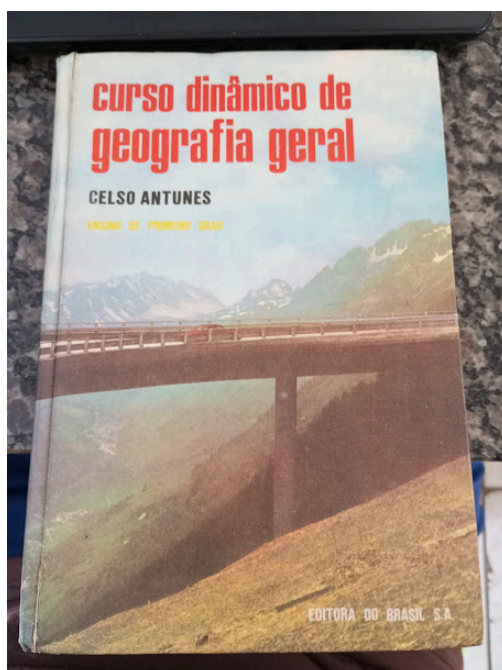
Além disso, o método Terra - Homem - Economia tende a perpetuar uma visão determinista e simplista da Geografia, em que o ambiente natural (Terra) determinaria as características e o desenvolvimento humano (Homem) e econômico (Economia). Essa perspectiva desconsidera a complexidade das interações entre sociedade e ambiente, bem como as diferentes formas de organização social e econômica que podem influenciar a relação entre os elementos geográficos.

Outra crítica importante é a falta de dinamismo e atualização que esse método proporciona à disciplina e as abordagens estáticas como Terra - Homem - Economia podem impedir a compreensão de fenômenos geográficos contemporâneos e emergentes, como globalização, migração, mudanças climáticas, entre outros.

Ao adotar uma abordagem estritamente dicotômica entre Terra, Homem e Economia, o método reforça estereótipos geográficos e culturais, ignorando a diversidade e a complexidade dos espaços geográficos e das sociedades que os habitam.

Essa fragmentação dos elementos de análise da Geografia é evidenciada no livro didático de 1974, *Curso Dinâmico de Geografia Geral* de Celso Antunes, destinado ao ensino de primeiro grau.

Figura 2 - *Curso Dinâmico de Geografia Geral* de Celso Antunes (1974)



Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

O livro estrutura os conteúdos conforme as áreas da Geografia, abrangendo tópicos como Geografia Econômica, Geografia Humana e Geografia Física. Dessa forma, há uma segmentação do mundo por continentes, e cada região é examinada numa perspectiva geográfica específica. Assim, o livro está organizado de maneira sistêmica, seguindo essa abordagem. Os capítulos estão dispostos dessa forma: Unidade I - A divisão do mundo atual; Unidade II - Geografia Física: A natureza nos continentes; Unidade III - Geografia Humana: O homem em toda Terra; Unidade IV- Geografia Econômica: O continente americano; Unidade V - Geografia Econômica: A Europa e URSS; Unidade VI- A África e seus dramas; Unidade VII - Geografia Econômica: Ásia, a Terra dos Homens; e por fim a Unidade VIII- Geografia Econômica: Oceania Regiões Polares.

O autor ressalta a primazia da Geografia Econômica, relegando os aspectos naturais a uma posição secundária na segunda parte da obra, em que brevemente são tratados o relevo, clima e vegetação em todos os continentes. A essência da obra é dedicada à análise geopolítica e econômica dos países, explorando minuciosamente sua produção, potencialidades, dinâmica comercial, assim como o papel desempenhado pela indústria e agricultura no contexto econômico.

O capítulo inicial desempenha o papel de introdução aos estudos geográficos, apresentando dois critérios fundamentais para a compreensão do mundo. O primeiro critério regionaliza o globo com base em suas características físicas, enquanto o segundo classifica os países em primeiro, segundo e terceiro mundo. Enfatiza o autor a relevância dos aspectos sociais para uma compreensão abrangente do mundo contemporâneo.

Ao analisarmos a evolução editorial dos livros de Geografia na década de 1970 no Brasil, nota-se uma clara tendência em tornar a leitura de mapas mais acessível aos leitores, facilitando a implementação das novas diretrizes pedagógicas dos Guias Curriculares Nacionais por meio dessas inovações.

A análise dos livros didáticos de Geografia das décadas de 1960 e 1970 revela mudanças significativas no tamanho, na quantidade e no formato de mapas, fotografias, tabelas e diagramas, refletindo uma adaptação aos novos padrões educacionais e às demandas do público leitor.

No ano de 1985, através do Decreto nº 91.542, de 19/8/85, o PNLD fortalece a indicação do livro didático pelos professores, reutilização do livro e centralização financeira da esfera federal com o fim da participação financeira dos estados. Considerando o período da redemocratização e dos fundamentos da constituição de 1988, a educação é considerada um

direito de todos e deve ser assegurada ao longo da vida e um dever compartilhado entre o Estado e a família.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, a estrutura curricular foi mais uma vez modificada. O ensino fundamental passou a abranger nove anos letivos, enquanto o ensino médio foi estabelecido como o Ensino Médio, mantendo a duração de três anos. Essas alterações caracterizam o terceiro período, iniciado na segunda metade da década de 1990, com a introdução e divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Os livros didáticos passaram a ser elaborados e avaliados levando em consideração essas novas bases curriculares, seguindo os critérios estabelecidos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), instituído pelo Ministério da Educação.

Nesse fluxo temporal do livro didático, apresentado aqui, podemos fazer outra incisão sobre o pensamento freiriano, mesmo que essa corrente tenha uma influência maior no debate educacional brasileiro a partir dos anos 1990 e 2000, trazendo elementos da obra *Pedagogia do Oprimido*, que teve sua primeira edição em 1968 e já discutia uma educação significativa, uma educação com temas que tenha proximidade com a realidade do educando, conforme é evidente em (Freire, 2019, p.131)

Desta forma, se impõe à ação libertadora, que é histórica, sobre um contexto, também histórico, a exigência de que seja em relação de correspondência, não só com os temas geradores, mas com a percepção que deles estejam tendo os homens. Esta exigência necessariamente se alonga noutra: a investigação da temática significativa. (Freire, 2019).

Temos, então em Paulo Freire, o conceito de temas geradores, que além de relacionarem entre si, promovem uma interação entre o indivíduo e/ou o grupo e o mundo, esses temas serviriam como uma porta de entrada para a leitura do mundo, e com o diálogo em várias escalas possibilitam uma nova visão, uma criticidade sobre a construção do mundo.

Contudo, no que diz respeito aos livros didáticos de Geografia, os anos 1990 não trouxeram ruptura no esquema de análise (Terra-Homem-Economia).

Já em 1995, há um movimento de universalização da distribuição dos livros didáticos no ensino fundamental, inicialmente as disciplinas de matemática e língua portuguesa e nos 2 anos seguintes foram contempladas as disciplinas de geografia e história.

Figura 3 - Capa do livro *Viver e Aprender*



Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

Lembrando que essa distribuição era apenas para o ensino fundamental e o ensino médio só foi contemplado com a distribuição de livros para as disciplinas de matemática, português, biologia, física e geografia, mais reposição e complementação de química e história com ou através do PNLD e Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) 2009, a primeira ação do PNLEM com a distribuição parcial de livros, contemplando apenas as disciplinas de matemática e português, foram estabelecidas no plano de 2005.

Um adendo sobre o período entre os anos de 1995 a 1997, no portal do FNDE, a indicação sobre os livros específicos de história e geografia, contudo os títulos até os anos 90, remetiam ao bloco unificado das humanidades sobre a nomenclatura de Estudos sociais.

Atualmente, nos anos iniciais do ensino fundamental, os alunos interagem com alguns elementos da geografia, em um bloco geralmente denominado de Natureza e Sociedade, nesse grande aglomerado contempla além dos temas de geografia, elementos das demais ciências humanas e ciências da natureza, com um enfoque para questões ambientais.

2.3. HISTÓRICO DO PNLD E O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA

O Decreto nº 9.099 de 18 de julho de 2017 instituiu o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) como uma iniciativa do Ministério da Educação, que tem como objetivo,

além da distribuição, a avaliação de materiais didáticos e literários e a promoção da educação no país.

Contudo, na nossa história, outros marcos foram estabelecidos anteriormente para distribuição de livros didáticos, mesmo que essas ações não tenham tido um grande impacto na popularização desse material.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem sua origem no contexto educacional brasileiro, datado desde 1937, quando o Estado estabeleceu o Instituto Nacional do Livro (INL) para legislar sobre políticas relacionadas aos livros didáticos. Essa iniciativa visava conferir maior legitimidade ao livro didático nacional, o que consequentemente impulsionou sua produção.

Ainda sobre o processo de criação do INL, através do Decreto-lei nº93, de 21 de dezembro de 1937, é relevante salientar o trabalho em conjunto com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado pelo Decreto-lei nº1.915, de 27 de dezembro de 1939, que atuava como editor e financiador de obras favoráveis ao regime varguista. Essa ação de controle e censura fica mais evidente quando analisamos o Decreto-lei nº 1.006, de dezembro de 1938, que estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Sendo bem explícito, no artigo 4º é dito que

Os livros didáticos editados pelos poderes públicos não estarão isentos da prévia autorização do Ministério da Educação, para que sejam adotados no ensino preprimário, primário, normal, profissional e secundário. (Brasil, 1938).

Esse artigo nos parece bem dissonante de outros elementos do mesmo texto como os artigos abaixo, em que é dito que

Art. 1º É livre, no país, a produção ou a importação de livros didáticos.

Art. 6º É livre ao professor a escolha do processo de utilização dos livros adotados, uma vez que seja observada a orientação didática dos programas escolares. (Brasil, 1938).

Regressando sobre o dispositivo de criação do DIP, ele tinha como um dos objetivos

n) proibir a entrada no Brasil de publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros, e interditar, dentro do território nacional, a edição de quaisquer publicações que ofendam ou prejudiquem o crédito do país e suas instituições ou a moral; (Brasil, 1939).

O artigo acima evidencia como tal órgão tinha como propósito ser uma censura prévia, um controle de materiais importados e da produção de conteúdo nacional. O DIP foi revogado em 1945, com a queda do Estado Novo. No entanto, a atuação do departamento é um exemplo de como a liberdade de expressão pode ser violada pelo governo vigente.

Lembrando que, sobre a educação brasileira, há vários grupos que tentam e/ou tentaram estabelecer sua presença ideológica. Horta (2012) nos informa sobre os anseios dos militares em utilizar a educação como um braço da política militar; e os da igreja para introduzir e manter o ensino religioso, além das necessidades do desenvolvimento do capital e a configuração da educação correspondente a divisão social e econômica, uma educação superior elitizada, uma educação secundária e primária e a educação profissional.

Através do histórico do livro didático, verificamos a implosão de mito de uma provável neutralidade nos processos e normativas que conduzem a educação. Confirmando essa linha de pensamento, Farias (2008) nos traz:

[...] é a educação burguesa que domina e tem o papel de conservar a realidade para garantir sua dominação. A educação na sociedade capitalista tem a escola como um dos instrumentos de sua dominação, cujo papel é o de reproduzir a sociedade burguesa, através da inculcação da sua ideologia e do credenciamento, que permite a hierarquia na produção, o que garante maior controle do processo pela classe dominante. (Farias, 2008, p.12).

O marco regulatório do PNLD ganhou forma em 1938 com a criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), através do Decreto-Lei nº 1.006, estabelecendo a primeira política oficial para a produção e circulação de livros didáticos no país. A consolidação legislativa se deu em 1945 com o Decreto-Lei nº 8.460, que restringiu ao professor a escolha do livro a ser utilizado pelos alunos. Isso está disposto quando se diz

Art. 5º Os poderes públicos não poderão determinar a obrigatoriedade de adoção de um só livro ou de certos e determinados livros para cada grau ou ramo de ensino nem estabelecer preferência entre os livros didáticos de uso autorizado, sendo livre aos professores de ensino primário, secundário, normal e profissional a escolha de livros para uso dos alunos, uma vez que constem da relação oficial das obras de uso autorizado. (Brasil, 1945).

Retornando para a nossa linha temporal, vale ressaltar que o Decreto-Lei nº 8.460, de 26/12/45, que consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Tal decreto, nos seus art. 5º e 6º, estabelece que a escolha do livro didático é de competência do professor, considerando, é claro, que sua escolha deveria ser através da lista oficial de obras autorizadas. Já no art. 7º, dispõe que o uso do livro pode acontecer durante anos sucessivos. A não indicação de um prazo determinado nos provoca o questionamento de que não havia uma preocupação em atualizar os conteúdos, além das implicações econômicas da não reposição desses livros. Esse processo difere do atual, no qual o PNLD se estabelece em um ciclo de 4 anos, com atualização dos livros.

Em 1966, um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) resultou na criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (Colted) através do Decreto nº59.355, 4 de outubro de 1966, coordenando a produção, edição e distribuição dos livros. Este acordo garantiu recursos governamentais para a distribuição gratuita de aproximadamente 51 milhões de livros, estabelecendo assim uma base financeira contínua para o programa.

Já nos anos 1970, a Portaria nº 35, de 11/3/1970, do Ministério da Educação implementa o sistema de co-edição de livros com as editoras nacionais, com recursos do Instituto Nacional do Livro (INL). No ano seguinte, o Instituto Nacional do Livro (INL) assume as ações do Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef) através do Decreto nº68.728/71, incorporando as atividades administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros que anteriormente eram de atribuição da Colted. Nesse período, há o encerramento do convênio MEC/USAid, efetivando-se com a implantação do sistema de contribuição financeira das unidades federadas para o Fundo do Livro Didático.

Segundo o Decreto nº 77.107, de 4/2/76, o governo centraliza e incumbe-se da compra de significativa parcela dos livros para distribuí-los à parte das escolas e das unidades federadas. Com a extinção do INL, a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename) pelo Decreto nº62.411/1968, torna-se responsável pela execução do programa do livro didático. Os recursos eram oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), implementados a partir do Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969 e das contribuições das contrapartidas mínimas estabelecidas para participação das Unidades da Federação. Devido à insuficiência de recursos para atender todos os alunos do ensino fundamental da rede pública, a grande maioria das escolas municipais é excluída do programa.

Em 1983, em substituição à Fename, foi criada pelo Decreto nº88.295/1983 a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que incorpora o Plidef. Durante o período em questão, o comitê responsável pela análise das questões relacionadas aos livros didáticos sugere a participação ativa dos professores na seleção desses materiais, bem como a expansão do programa para abranger todas as séries do ensino fundamental.

Após a edição do Decreto nº 91.542, de 19/8/85, o Plidef dá lugar ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), marcando uma série de mudanças importantes, como a indicação do livro pelos professores, a reutilização do material, a ampliação da oferta e o fim da participação financeira dos estados.

Em 1992, a distribuição dos livros foi prejudicada por restrições orçamentárias, resultando em uma diminuição na abrangência do serviço, limitando-o até a 4ª série do ensino fundamental. No ano seguinte, em julho de 1993, a Resolução FNDE nº 6 foi estabelecida, vinculando recursos para a aquisição e distribuição regular de livros didáticos destinados aos alunos das redes públicas de ensino, buscando assegurar um fluxo contínuo de verbas para esse fim.

A partir de 1995, a distribuição do livro didático no ensino fundamental começou a ser gradualmente universalizada. Neste ano, as disciplinas de matemática e língua portuguesa foram contempladas, seguidas pela inclusão das disciplinas de ciências em 1996 e de geografia e história em 1997.

O ano de 1996 marcou o início do processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD 1997, um procedimento que foi continuamente aprimorado e mantido até os dias atuais, com a exclusão de livros que apresentam erros conceituais, desatualização ou preconceito.

Em 1997, com a extinção da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) em fevereiro, a responsabilidade pela execução do PNLD foi transferida para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O programa foi expandido para abranger a aquisição contínua de livros didáticos para todos os alunos do ensino fundamental público, do 1º ao 8º ano, em diversas disciplinas.

No ano 2000, o PNLD incorporou a distribuição de dicionários de língua portuguesa para alunos das séries iniciais, além de iniciar a prática de entregar os livros do programa no ano anterior ao seu uso, o que foi realizado até 31 de dezembro de 2000 para os livros de 2001.

Em 2001, o PNLD ampliou progressivamente o atendimento aos alunos com deficiência visual, fornecendo livros didáticos em braille para aqueles que frequentavam o ensino regular nas escolas públicas. A partir de 2002, o programa continuou a distribuir dicionários para os alunos ingressantes na 1ª série e para os estudantes das 5ª e 6ª séries, com o objetivo de alcançar a meta de fornecer um dicionário de língua portuguesa para cada aluno matriculado no ensino fundamental até 2004.

Nos anos seguintes, o PNLD continuou a expandir sua distribuição de materiais pedagógicos, incluindo dicionários e atlas geográficos, visando atender abrangentemente todos os estudantes do ensino fundamental em suas necessidades educacionais.

Em 2006, o programa de distribuição de materiais educacionais avançou significativamente. Os livros didáticos de todas as disciplinas para a 1ª série foram

distribuídos, marcando um importante passo na promoção do acesso ao conhecimento desde o início da trajetória escolar. Além disso, ocorreu a segunda complementação do PNLD/2004 para os alunos da 2ª a 8ª série, juntamente com a primeira reposição e complementação do PNLD 2005 para os alunos da 5ª a 8ª série. Um destaque importante foi a aquisição de dicionários destinados às bibliotecas das escolas, enriquecendo os recursos disponíveis para consulta e estudo. Uma iniciativa notável foi a distribuição, nas escolas, de dicionários enciclopédicos ilustrados trilíngues - Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa/Língua Inglesa - para alunos surdos que utilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

No ano seguinte, em 2007, o FNDE adquiriu um volume impressionante de 110,2 milhões de livros para reposição e complementação de matrículas do 3º ao 5º ano, bem como a grade completa de 1ª e 5ª a 8ª série, beneficiando um vasto contingente de 31,1 milhões de alunos em 139,8 mil escolas públicas no ano letivo de 2008. A aquisição também incluiu dicionários trilíngues (português, inglês e libras) para alunos surdos, além de cartilhas e livros de língua portuguesa em libras e em formato CD-ROM para alunos surdos do 1º ao 4º ano.

No mesmo ano, para o ensino médio, foram adquiridos 18,2 milhões de livros, visando a meta de universalização do livro didático nesse nível de ensino. O acervo foi ampliado com a inclusão de livros de história e química, e em 2008, a grade foi completada com a compra de livros de física e geografia.

Em 2008, houve a distribuição abrangente de livros didáticos de todos os componentes curriculares, incluindo alfabetização, língua portuguesa, matemática, história, geografia e ciências, cobrindo desde a 1ª até a 8ª série. A reposição e complementação foram garantidas aos alunos da 2ª a 4ª série, consolidando o compromisso contínuo com o acesso equitativo ao material educacional em todas as etapas do ensino fundamental.

Outras ações se desdobraram na seara do livro didático para incorporá-lo ao ambiente virtual, especialmente através do PNLD 2014, quando editores inscreveram objetos educacionais digitais em complemento ao livro físico a ferramentas multimídias atrelando o livro impresso e uma versão digital, entre outras opções educacionais digitais disponibilizadas nos editais.

Quadro 2 - Marcos Históricos do PNLD

Data	Marco Histórico
1937	Criação do Instituto Nacional do Livro (INL)
1938	Instituição da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD)

1945	Consolidação da legislação sobre produção e utilização do livro didático
1966	Criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (Colted) com apoio da Usaid
1966	Criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (Colted) com apoio da Usaid
1971	Implantação do Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef)
1976	Extinção do INL e transferência das responsabilidades para a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename)
1985	Substituição do Plidef pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)
1993	Estabelecimento de critérios para avaliação dos livros didáticos
1997	Transferência integral do PNLD para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
2004	Implantação do Sistema de Controle e Remanejamento de Livros (Siscort)
2007	Criação do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM)
2010	Publicação do Decreto nº. 7.084 sobre procedimentos de execução do PNLD e do PNBE
2011	Distribuição integral de livros para o ensino médio, incluindo Educação de Jovens e Adultos (EJA), com inclusão de língua estrangeira e filosofia/sociologia

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do Histórico do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Disponível em:

<<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/historico>>.

2.3.1. OS OBJETIVOS DO PNLD

Ainda conforme o FNDE (2023), o PNLD visa aprimorar o processo de ensino e aprendizagem (I), promovendo materiais didáticos alinhados com as necessidades pedagógicas e curriculares contemporâneas. Além disso, o programa visa garantir o padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa (II), assegurando que os recursos disponibilizados estejam conforme critérios rigorosos de avaliação e adequação às diretrizes curriculares.

Outro objetivo central do PNLD é democratizar o acesso às fontes de informação e cultura (III), ampliando as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento para todos os alunos, independentemente de sua origem socioeconômica ou geográfica. Ademais, o programa visa fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa (IV), incentivando a

formação de indivíduos críticos e reflexivos. No que tange aos profissionais da educação, o PNLD cogita apoiar a atualização, a autonomia e o desenvolvimento do professor (V), fornecendo recursos e orientações que contribuam para a melhoria de suas práticas pedagógicas. Por fim, o programa busca também apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (VI), fornecendo materiais alinhados com os princípios e objetivos estabelecidos neste documento orientador. Assim, por meio de seus múltiplos objetivos, o PNLD desempenha um papel crucial na promoção da qualidade e da equidade no sistema educacional brasileiro.

2.3.2. O LIVRO DIDÁTICO VALE ALGUMA COISA ECONOMICAMENTE? TALVEZ ALGUNS MILHÕES OU BILHÕES!

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é uma iniciativa do governo brasileiro que desempenha um papel fundamental na distribuição de materiais didáticos para escolas públicas em todo o país. Desde sua criação, o PNLD tem sido um dos principais programas de apoio à educação básica, contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem nas escolas brasileiras.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é executado em diversas etapas, em conformidade com exigências legais e procedimentos específicos. Inicialmente, as escolas interessadas em receber materiais do PNLD devem formalizar sua adesão ao programa, observando prazos e normas estabelecidos. Posteriormente, ocorre a etapa de inscrição, na qual obras, editores e autores são cadastrados, seguindo os critérios do edital. Os editais, que são publicados no Diário Oficial da União e no portal do FNDE, estabelecem as regras para essa inscrição.

Uma fase importante é a análise de atributos físicos, na qual obras aprovadas pedagogicamente são comparadas com os livros impressos, garantindo sua conformidade com as especificações editoriais. A habilitação das empresas participantes é verificada, assegurando conformidade com a legislação. O Guia do PNLD, documento oficial, orienta a escolha dos livros pelas escolas, o qual é feita de forma democrática e autônoma, considerando a proposta pedagógica de cada instituição.

A formalização da escolha é feita via internet, e o FNDE inicia o processo de negociação com as editoras para a aquisição dos livros, realizada por inexigibilidade de licitação. Após a negociação, o FNDE firma contrato e informa quantidades e localidades de entrega para as editoras, iniciando-se o processo de produção, supervisionado pelos técnicos

do FNDE. A análise de qualidade física é realizada pelo IPT (Instituto de Pesquisa Tecnológica - USP), garantindo conformidade com as normas técnicas.

A distribuição dos livros é feita por contrato entre o FNDE e os Correios, com acompanhamento de técnicos do FNDE e das secretarias estaduais de educação. Os livros chegam às escolas antes do início do ano letivo, facilitando o processo educacional. Essas etapas do PNLD, alinhadas com legislações e procedimentos específicos, visam garantir o acesso a materiais didáticos de qualidade, promovendo a educação no Brasil.

Segundo os dados do FNDE, o PNLD 2020, beneficiou 123.342 escolas, contemplando 32.010.093 alunos entre educação infantil, anos iniciais e finais do ensino fundamental e ensino médio, num total de 172.571.931 exemplares ao custo de R\$ 1.390.201.035,55 (um bilhão e trezentos e noventa milhões e duzentos e um mil e trinta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

Para contextualizar essa cifra, recorreremos aos dados da Portal da Transparência, conforme a tabela abaixo:

Tabela 01 - Orçamento do MEC 2020

ORÇAMENTO DO MEC 2020	
ORÇAMENTO ATUALIZADO PARA A ÁREA DE EDUCAÇÃO	R\$110.648.446.765,00
TOTAL DE DESPESAS EXECUTADAS PARA A ÁREA DE ATUAÇÃO EDUCAÇÃO	R\$88.078.892.529,99
TRANSFERÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	R\$14.078.909.743,27
PNLD 2020	R\$1.390.201.035,55

Fonte: Elaborado pelo autor através dos dados do Portal da Transparência e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

<https://portaldatransparencia.gov.br/orgaos/26298-fundo-nacional-de-desenvolvimento-da-educacao>

Ainda nos desdobrando sobre os dados do PNLD 2020, podemos visualizar na tabela abaixo o ranking das editoras com os 10 maiores valores de aquisição de livros didáticos, incluindo a tiragem dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e ensino médio.

Tabela 02 - Valores gastos pelas editoras para o PNLD 2020

Valores gastos pelas editoras para o PNLD 2020		
EDITORAS PARTICIPANTES (RANKING 10 MAIORES CONTRATOS)	VALORES TOTAIS	SEDE/ESTADO
EDITORA MODERNA LTDA	R\$ 367.646.392,27	SÃO PAULO

EDITORA FTD S A	R\$ 240.877.985,62	
EDITORA ÁTICA S.A.	R\$ 226.861.773,82	
EDICOES SM LTDA.	R\$ 126.968.469,31	
SARAIVA EDUCACAO S.A.	R\$ 111.307.799,51	
EDITORA DO BRASIL SA	R\$ 74.606.637,72	
EDITORA SCIPIONE S.A.	R\$ 58.303.265,74	
IBEP - INSTITUTO BRASILEIRO DE EDICOES PEDAGOGICAS LTDA	R\$ 50.573.062,02	
RICHMOND EDUCAÇÃO LTDA.	R\$ 26.972.833,38	
QUINTETO EDITORIAL LTDA	R\$ 21.710.936,84	
VALOR TOTAL	R\$ 1.305.829.156,23	

Fonte: Elaborado pelo autor através dos dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

<https://portaldatransparencia.gov.br/orgaos/26298-fundo-nacional-de-desenvolvimento-da-educacao>

Através da compilação dos dados é evidente que as cifras em torno do livro didático no Brasil atingem proporções astronômicas. As 10 editoras com o maior volume de recursos destinados à aquisição do material didático correspondem a 93,93% de toda a verba do PNLD 2020.

É observável que todas as editoras listadas têm sede no estado de São Paulo, o que nos alerta para a configuração dos temas impressos; ainda que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) oriente o currículo e se desdobre para a construção do livro didático, em sua organização em temas, séries e níveis de ensino, havendo um discurso de contextualização dos conteúdos e de diversificação dos currículos.

Na prática, o livro didático assume um papel de fundamentar toda a estruturação de temas na sala de aula, principalmente se analisarmos as dificuldades na formação de professores, a carência de recursos de várias escolas e a própria lógica de desenvolvimento e incentivo à educação.

Dessa forma, entendemos que determinados questionamentos são válidos: qual a óptica inscrita no livro considerando que sua produção concentra-se no eixo São Paulo? Será que essa concentração limita as outras realidades do território nacional? Ou a Base Comum manteve a homogeneização dos livros didáticos suprimindo as outras nuances do território?

Consideramos também que essa inexistência de livros didáticos regionalizados seja fruto da visão mercadológica. Entendemos que a produção em larga escala para a distribuição em todo o território nacional aumenta as margens de lucro para as editoras e favorece o governo que, por sua vez, barganha o preço em função do alto volume de material padrão adquirido.

2.4. O NOVO ENSINO MÉDIO E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Antes de ser homologada em 2018, vale lembrar que sobre algumas críticas, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), trilhou um longo percurso. Podemos citar que os aspectos fundamentais dessa Base são a Constituição Federal de 1988, através do artigo 210 que prevê o estabelecimento de conteúdos mínimos para o ensino fundamental e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, em seu artigo 26, onde há indicação de uma base comum não só para o ensino fundamental, mas para a educação infantil e o ensino médio. Ainda neste mesmo artigo existe uma orientação sobre a diversidade oriunda das diferenças e peculiaridades regionais. Essa diversificação é reforçada pelos incisos 2º e 4º, que se debruçam sobre o ensino de arte e história, além do inciso 1º que levanta a questão do estudo da realidade social e política brasileira.

Entre os anos de 1997 e 2000, os Parâmetros Curriculares Nacionais foram designados, além da possibilidade de estabelecer um padrão e nortear as seguintes áreas do conhecimento escolar: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física, tais documentos incluíram outro elemento na educação, os Temas Transversais.

Nos documentos, tais temas de relevância social, como ética, pluralidade cultural, orientação sexual, meio ambiente e saúde eram incentivados para a construção de um diálogo com as áreas do conhecimento, reconhecendo tais assuntos como energias plurais e sem fronteiras entre as já citadas áreas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se desdobra em três partes, abarcando as distintas etapas da educação básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, delineando campos de aprendizagem específicos para cada uma dessas fases.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA BNCC	
EDUCAÇÃO INFANTIL	<ul style="list-style-type: none"> - Conviver - Brincar - Participar - Explorar - Expressar - Conhecer-se
ENSINO FUNDAMENTAL	<ul style="list-style-type: none"> - Linguagens - Matemática - Ciências da Natureza - Ciências Humanas - Ensino Religioso
ENSINO MÉDIO	<ul style="list-style-type: none"> - Linguagens e suas tecnologias - Matemática e suas tecnologias - Ciências da Natureza e suas tecnologias - Ciências Humanas e sociais aplicadas

Fonte: BNCC (2018)

Para uma compreensão abrangente da BNCC, é fundamental ressaltar que ela não se configura como um currículo estático e prescritivo, mas sim como um referencial dinâmico para a aprendizagem. Dessa forma, cada sistema de ensino possui a autonomia necessária para adaptar essa referência às suas próprias demandas e realidades locais. Ademais, é importante destacar que a BNCC não se sobrepõe a outras normativas legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), mas sim opera em consonância com elas.

A BNCC transcende as contingências políticas, constituindo-se como uma política de Estado, cuja validade prevalece independentemente das vicissitudes partidárias. Um aspecto crucial é o seu embasamento na promoção de competências e habilidades por parte dos estudantes. As competências, conforme definidas pela BNCC, envolvem a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para enfrentar desafios complexos da vida cotidiana, exercer plenamente a cidadania e se inserir no mundo do trabalho. Por outro lado, as habilidades representam as aprendizagens essenciais que os alunos devem desenvolver em diversos contextos escolares.

A BNCC estabelece 10 competências gerais, nas quais as habilidades se articulam. Por exemplo, na competência de comunicação, espera-se que os alunos desenvolvam a habilidade de expressão e compartilhamento de informações. Já na competência de empatia e cooperação, uma das habilidades propostas é o desenvolvimento da empatia e da capacidade de diálogo.

Dessa forma, a BNCC propõe uma abordagem curricular centrada no desenvolvimento de competências, distanciando-se do paradigma conteudista que historicamente dominou a

educação. Num contexto em que o acesso à informação é vasto e instantâneo, a memorização de conteúdos isolados perde relevância em favor da capacidade de compreensão, análise e tomada de decisão embasada.

Perrenoud (2002, p. 39), ao refletir sobre as novas perspectivas curriculares, salienta que

a mudança nos currículos atuais, longe do enciclopedismo e da memorização de fatos e regras, direcionou-se para o desenvolvimento de competências. Nesse sentido, os saberes são concebidos como ferramentas para compreender, julgar, antecipar, decidir e agir de forma criteriosa.

A BNCC visa incorporar essas novas demandas educacionais, adequando-se às exigências da contemporaneidade. Assim, emerge como um instrumento vital na construção de propostas pedagógicas que promovam uma educação mais significativa e alinhada com as necessidades dos estudantes do século XXI.

Diante desse contexto de transformação e renovação educacional, a BNCC emerge como um norteador fundamental, direcionando a prática educativa para a formação de indivíduos autônomos, críticos e capazes de construir conhecimento de forma independente.

Entre os anos de 2009 e 2010, há um movimento acerca da homologação e lançamento das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs). Diferentemente, dos PCNs que assumiam um caráter de orientação dos procedimentos pedagógicos e das metodologias aplicadas, e pelo fato de serem textos destinados a cada disciplina. As Diretrizes são normas obrigatórias que determinam a organização escolar, na escala do planejamento dos currículos, com a previsão de conteúdos mínimos. Conforme é estipulado no artigo 2º da Resolução CNE/CEB nº 4/2010:

Art. 2º Estas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica têm por objetivos:

I - sistematizar os princípios e as diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola;

II - estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, a execução e a avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica;

III - orientar os cursos de formação inicial e continuada de docentes e demais profissionais da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertençam.

(Brasil, 2010).

Percebemos uma movimentação de escala, que aponta para a construção de uma base comum com a possibilidade de flexionar e contextualizar os conteúdos, em partes para trazer a realidade próxima para a sala de aula.

Voltando para a impressão interdisciplinar que tem seu desenho inicial através dos Temas transversais dos PCNs, e hoje indicada na BNCC (Brasil, 2018, p.16) diz que

decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares para adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem.

Sobre esse movimento de desenvolver esses temas através da interdisciplinaridade retomamos para Japiassu (1976, p.52) frisa que “trata-se de um gigantesco, mas indispensável esforço que muitos pesquisadores realizam para superar o estatuto de fixidez das disciplinas e para fazê-las convergir pelo estabelecimento de elos e de pontes entre os problemas que elas colocam.”

Durante esse percurso histórico, a BNCC assume um papel de ser um documento de referência, universal e homogeneizador, ao mesmo passo que não se define como currículo obrigatório. Em sua redação a Base, expõem seus fundamentos pedagógicos, tendo como foco no desenvolvimento das competências, além de indicar o pacto federativo para sua implementação considerando os pontos de igualdade, diversidade e equidade.

Contudo, entendemos que um documento que visa o desenvolvimento de competências, tendo objetivos predispostos que aspiram alcançar uma e mais habilidades, pode limitar a produção de uma nova forma de dispor os conteúdos, de trabalhar através de saberes, técnicas e elementos locais/regionais.

Sobre a disciplina de Geografia, a BNCC estabelece que a disciplina deve ser

Na análise geográfica, os espaços percebidos, concebidos e vividos não são lineares. Portanto, é necessário romper com essa concepção para possibilitar uma leitura geo-histórica dos fatos e uma análise com abordagens históricas, sociológicas e espaciais (geográficas) simultâneas. Retomar o sentido dos espaços percebidos, concebidos e vividos nos permite reconhecer os objetos, os fenômenos e os lugares distribuídos no território e compreender os diferentes olhares para os arranjos desses objetos nos planos espaciais. (Brasil, 2018, p.353).

A BNCC define que a Geografia deve ser ensinada com o objetivo de desenvolver nos alunos a compreensão do espaço geográfico, das suas dinâmicas e dos seus fenômenos, bem

como de suas relações com as sociedades humanas. Além disso, a BNCC destaca que a Geografia deve ser trabalhada visando formar cidadãos críticos e comprometidos com a construção de um mundo mais justo e equitativo.

Segundo a BNCC, a Geografia deve ser trabalhada para integrar conhecimentos teóricos, práticos e empíricos, visando desenvolver nos alunos habilidades e competências que os preparem para compreender e transformar o mundo em que vivem.

Dessa forma a Geografia é trabalhada na BNCC para formar cidadãos críticos e comprometidos com a construção de um mundo mais justo e equitativo, desenvolvendo nos alunos a compreensão do espaço geográfico e suas dinâmicas, bem como habilidades e competências que os preparem para compreender e transformar o mundo em que vivem.

No que diz respeito à interdisciplinaridade, ela é um conceito central na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e se reflete em muitos aspectos da nova estrutura curricular do ensino básico no Brasil. A BNCC define a interdisciplinaridade como uma abordagem pedagógica que integra conhecimentos e habilidades de diferentes áreas de conhecimento, visando desenvolver nos alunos uma compreensão mais ampla e profunda do mundo que os cerca.

Conforme a BNCC, a interdisciplinaridade é uma estratégia importante para o ensino de Geografia, pois permite que os alunos compreendam a relação entre o espaço geográfico e as sociedades humanas, bem como as interações entre diferentes áreas do conhecimento. A BNCC destaca, ainda, que a interdisciplinaridade é fundamental para o desenvolvimento de habilidades e competências que preparem os alunos para compreender e transformar o mundo em que vivem.

Antes de ser homologada em 2017, ainda sob algumas críticas, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trilhou um longo percurso. Paralelo a isso, devemos lembrar que as pedras fundamentais da BNCC são a Constituição Federal de 1988, através do artigo 210 que prevê o estabelecimento de conteúdos mínimos para o ensino fundamental e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, em seu artigo 26, em que há indicação de uma base comum não só para o ensino fundamental, mas para a educação infantil e o ensino médio. Ainda neste mesmo artigo, existe uma orientação sobre a diversidade oriunda das diferenças e peculiaridades regionais. Essa diversificação é reforçada pelos incisos 2º e 4º, que se debruçam sobre o ensino de arte e história, além do inciso 1º que levanta a questão do estudo da realidade social e política brasileira.

Entre os anos de 1997 e 2000, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram criados, estabelecendo um padrão e norteando as seguintes áreas do conhecimento escolar:

Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física. Estes documentos incluíram um elemento novo na educação, nomeados de Temas Transversais.

Nos documentos, tais temas apresentam relevância social, como ética, pluralidade cultural, orientação sexual, meio ambiente e saúde, incentivados para a construção de um diálogo com as áreas do conhecimento e reconhecendo tais assuntos como eixos plurais e sem fronteiras entre as já citadas áreas.

Entre os anos de 2009 e 2010, há um movimento acerca da homologação e lançamento das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs). Estes últimos se diferem dos PCNs que assumiam um caráter de orientação dos procedimentos pedagógicos e das metodologias aplicadas e pelo fato de serem textos destinados a cada disciplina. As DCNs são normas obrigatórias que determinam a organização escolar, na escala do planejamento dos currículos, com a previsão de conteúdos mínimos. Conforme é estipulado no artigo 2º do documento:

Art. 2º Estas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica têm por objetivos:

I - sistematizar os princípios e as diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola;

II - estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, a execução e a avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica;

III - orientar os cursos de formação inicial e continuada de docentes e demais profissionais da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertençam.

(Brasil, 2010.).

Percebemos uma movimentação de escala que aponta para a construção de uma base comum com a possibilidade de flexionar e contextualizar os conteúdos em partes, trazendo a realidade próxima para a sala de aula.

Voltando para a impressão interdisciplinar que tem seu desenho inicial através dos Temas transversais dos PCNs, e hoje indicada também na Base Nacional Curricular Comum, a BNCC (Brasil, 2017, p.16) diz

decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares para adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem.

Sobre o movimento de desenvolver esses temas através da interdisciplinaridade, retomamos para Japiassu (1976, p. 52) que afirma “trata-se de um gigantesco, mas

indispensável esforço que muitos pesquisadores realizam para superar o estatuto de fixidez das disciplinas e para fazê-las convergir pelo estabelecimento de elos e de pontes entre os problemas que elas colocam.”

Contudo, podemos afirmar que o livro didático se abstém desse exercício interdisciplinar quando a dinâmica das escalas entre o global e o local é negligenciada, não dialogando com a realidade do aluno e impedindo a promoção de um pensamento de superação das linhas engessadas das disciplinas, como geografia, história, matemática entre outras.

Um exemplo no material didático de Geografia é a abordagem conjunta com a História, ao invés do desenvolvimento de uma criticidade e no auxílio na reorganização do saber, tornando os conteúdos mais significativos, aparece apenas como um pano de fundo ilustrativo, sem possibilitar o entendimento dos fatores que incidem sobre a construção do espaço.

CAPÍTULO 3. O CEARÁ NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

Neste capítulo, apresentaremos uma análise detalhada de como as diferentes escolas de pensamento geográfico orientam a organização dos livros didáticos. Nosso objetivo foi investigar a abordagem do ensino de geografia no currículo estadual do Ceará, compreendendo como os conteúdos geográficos são estruturados, e possivelmente dispostos aos alunos ensinados e avaliados. Para isso, conduzimos uma avaliação abrangente e crítica dos livros didáticos utilizados, considerando múltiplos aspectos que englobam conteúdo, abordagem pedagógica, qualidade gráfica e representatividade.

3.1. PERCURSO DA ANÁLISE

A análise dos livros didáticos e do currículo escolar representa uma abordagem fundamental para a compreensão de como determinados conteúdos foram apresentados em diversos períodos e contextos históricos. Ao examinar os materiais didáticos, é possível identificar as mudanças nas metodologias de ensino, as prioridades educacionais e as influências sociopolíticas que moldaram a educação ao longo do tempo. Os livros didáticos, como veículos de disseminação do conhecimento, refletem não apenas o conteúdo curricular prescrito, mas também as ideologias e os valores predominantes de uma determinada época, proporcionando uma janela para a compreensão dos contextos educacionais e culturais em que foram utilizados.

Concordamos com Cassiano (2008, p. 34), quando

Apesar de acreditarmos ser o livro didático um elemento prescritivo chave do currículo, e daí a importância de estudá-lo, vale lembrar que o seu uso, que se concretiza na prática da sala de aula, dá-se com sujeitos específicos, em dadas condições sócio-históricas e ao lado de outros recursos (a lousa e o giz, por exemplo), tendo então esse uso a potência de subverter o prescrito, mas o faz valendo-se do próprio material, isto é, de uma condição objetiva que está dada.

Considerando que o livro didático incorpora um viés e um teor construído na interseção entre o currículo e diversas influências, conforme apontado por Horta (2012), é crucial reconhecer que seus usos e aplicações na sala de aula podem seguir múltiplos caminhos. Esses caminhos são moldados pelo planejamento pedagógico, pela disponibilidade de recursos materiais, pela autonomia docente e por inúmeros outros vetores que impactam a dinâmica educativa. Dessa forma, a prática educativa não se limita às prescrições do livro

didático, mas é enriquecida e diversificada pela interação entre os diferentes elementos presentes no ambiente escolar.

Além disso, a análise do currículo escolar, em conjunto com os livros didáticos, permite uma investigação detalhada sobre as intenções pedagógicas e os objetivos educacionais estabelecidos pelas autoridades educacionais. O currículo define os conteúdos considerados essenciais para a formação dos alunos, e os livros didáticos operacionalizam esses conteúdos, traduzindo-os em estratégias de ensino e atividades pedagógicas. Portanto, ao estudar as modificações curriculares e a correspondente adaptação dos livros didáticos, pode-se identificar padrões e tendências na educação, bem como mudanças nas abordagens pedagógicas e nas expectativas de aprendizagem ao longo do tempo.

A necessidade de pesquisas sobre o livro didático, especialmente aqueles que versam sobre a geografia local e regional, é um tema de crescente importância no campo da educação. Isso acontece, pois o livro didático desempenha um papel importante no processo de ensino-aprendizagem, servindo como principal recurso pedagógico em muitas salas de aula.

Ele não apenas fornece conteúdo, mas também estrutura o currículo e influencia diretamente a metodologia de ensino adotada pelos professores. Dada essa relevância, é fundamental que os livros didáticos sejam objeto de estudos rigorosos e contínuos, visando garantir sua qualidade e adequação ao contexto educacional.

No caso específico da geografia, a necessidade de tais pesquisas torna-se ainda mais premente. A geografia, enquanto disciplina que estuda a relação entre o homem e o espaço, possui uma dimensão local e regional essencial para a compreensão de determinados fenômenos geográficos. Os livros didáticos que abordam a geografia local e regional assumem uma posição-chave ao contextualizar o conhecimento global para a realidade do aluno, tornando o aprendizado mais significativo e aplicável ao seu cotidiano.

Por isso, a análise dos livros didáticos de geografia deve considerar diversos aspectos. Primeiramente, a organização dos conteúdos e a maneira como as escolas de pensamento geográfico orientam essa estrutura são elementos fundamentais ao ser fundamental compreender como os diferentes paradigmas teóricos influenciam a apresentação dos temas geográficos e como isso se reflete na formação do aluno.

Além disso, é importante avaliar a abordagem pedagógica adotada nos livros didáticos. Isso inclui a clareza dos conteúdos, a coerência dos enunciados, e como o livro promove a participação ativa do aluno em sala de aula. A inclusão de atividades dinâmicas e a mobilização dos conhecimentos prévios dos alunos são elementos que podem enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais interativo e eficaz.

Outro ponto crucial é a qualidade gráfica dos livros didáticos. A apresentação visual dos conteúdos pode influenciar significativamente a compreensão e o interesse dos alunos. Imagens, mapas e infográficos de alta qualidade não apenas tornam o material mais atrativo, mas também facilitam a assimilação de informações complexas.

Ainda sobre a disposição de imagens nos livros didáticos, conforme Macêdo (2004, p. 107),

Os livros didáticos, ao apresentarem suas imagens, utilizam, consciente ou inconscientemente, uma estrutura narrativa determinada que localiza o espectador na posição a partir da qual a imagem precisa ser vista. Tanto fisicamente somos instados a assumir um lugar pelo ângulo do desenho como lugares sociais e ideológicos são disponibilizados ao espectador.

Dessa forma, compreendemos que as imagens inseridas nos livros didáticos não são escolhidas e dispostas de forma aleatória, mas através de suas imagens, orientam o espectador a adotar uma perspectiva específica, carregando uma carga simbólica e de poder.

A análise das imagens nos livros didáticos deve ir além da simples avaliação dos conteúdos que visam transmitir. É fundamental considerar também os posicionamentos sociais e ideológicos que essas imagens impõem aos sujeitos envolvidos no processo educacional. As imagens em livros didáticos não são meras ilustrações; têm uma influência na construção de significados e na formação de percepções dos alunos. Elas orientam a maneira como os conteúdos são interpretados e internalizados, moldando as perspectivas.

Os livros didáticos utilizam imagens de maneira a criar uma narrativa visual que posiciona o espectador de acordo com determinadas visões de mundo. Esta narrativa visual é construída não apenas pelo conteúdo explícito das imagens, mas também pelo modo como são compostas, incluindo o ângulo, a perspectiva e o contexto em que são apresentadas. Essa estrutura narrativa tem um impacto significativo na formação das percepções dos alunos, influenciando a maneira como interpretam e se relacionam com os conteúdos apresentados.

Além disso, as imagens carregam uma carga simbólica e de poder que pode reforçar ou desafiar estereótipos e normas sociais. Ao analisar as imagens nos livros didáticos, é crucial identificar os lugares sociais e ideológicos que essas imagens reservam para os alunos. Isso envolve questionar quem é representado, como é representado e quem é excluído das narrativas visuais. Tais representações visuais podem legitimar certas posições de poder e marginalizar outras, desempenhando um papel na reprodução das desigualdades sociais e culturais no ambiente educacional.

A noção de capital cultural de Bourdieu (1989, 1997) é particularmente útil para analisar como as imagens nos livros didáticos privilegiam determinadas visões de mundo. O capital cultural refere-se ao conjunto de conhecimentos, habilidades e competências que são valorizados e reconhecidos por uma sociedade. Na sala de aula, os livros didáticos, com suas imagens e narrativas visuais, transmitem elementos desse capital cultural, promovendo o que é considerado legítimo e excluindo, ou marginalizando, outras formas de conhecimento e representação.

A partir dessa perspectiva, é necessário questionar como as imagens presentes nos livros didáticos participam da construção do habitus dos alunos e que tipos de capital cultural elas privilegiam ou excluem. Por exemplo, quando imagens de certos grupos sociais, étnicos ou culturais são sub-representadas ou representadas de maneira desumanizadora, isso contribui para a marginalização simbólica desses grupos, o que pode ter efeitos profundos na autoestima e na construção identitária dos alunos.

Assim, a teoria de Bourdieu nos alerta para o fato de que as imagens nos livros didáticos não são meros adornos visuais; elas são parte de um complexo sistema de poder simbólico que molda a maneira como os alunos percebem a si mesmos e ao mundo ao seu redor.

Finalmente, a representatividade dos conteúdos é uma dimensão que não pode ser negligenciada. Livros didáticos de geografia devem refletir a diversidade cultural e social da região estudada, promovendo uma visão inclusiva e crítica do espaço geográfico. A ausência ou sub-representação de certos grupos ou temas pode perpetuar estereótipos e desigualdades, comprometendo a formação de uma consciência geográfica, crítica e cidadã.

Portanto, pesquisas sobre livros didáticos, especialmente aqueles relacionados a geografia local e regional, são essenciais para garantir que esses materiais atendam às necessidades educativas contemporâneas. Tais estudos podem fornecer subsídios valiosos para a elaboração de políticas educacionais, o desenvolvimento de novos materiais didáticos e a formação continuada de professores, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação geográfica em todos os níveis de ensino.

Dessa forma, nossa pesquisa parte da seguinte indagação: como e onde fica o Ceará nos livros didáticos? Para responder essa pergunta, nos propomos a realizar uma revisão bibliográfica sobre o currículo escolar, explorando o percurso histórico pelo qual a disciplina de geografia passou e vem passando com as mudanças do novo ensino médio.

O propósito desta análise aprofundada é fornecer uma visão clara e detalhada sobre os materiais educacionais disponíveis, destacando suas forças e identificando áreas que necessitam de melhoria. Diante disso, estabelecemos as seguintes categorias de análise:

- a) Estrutura da obra: verificamos como o conteúdo está organizado e apresentado. Incluindo a disposição dos capítulos, a lógica de progressão dos tópicos e a coerência interna da narrativa, considerando as escolas geográficas.
- b) Avaliação de conteúdo: observamos se o conteúdo dos livros analisados estão relacionados aos objetivos de ensino e aprendizagem e quais escolas geográficas estão mais presentes na sua composição.

A avaliação de conteúdos em livros didáticos é um processo complexo e estruturado, que pode ser abordado a partir das fases delineadas por Bardin (2011). Inicialmente, na fase de pré-análise, é fundamental organizar e preparar o material a ser avaliado. Isso envolve a definição dos objetivos da análise, a seleção das unidades de análise e a escolha dos critérios que serão utilizados para avaliar o conteúdo. Nessa etapa, os pesquisadores devem estabelecer claramente quais aspectos do livro didático serão foco da avaliação, como a precisão das informações, a relevância dos temas abordados, a coerência pedagógica, e a inclusão de conteúdos que promovam a diversidade e a inclusão.

Na fase de exploração do material, os avaliadores examinam detalhadamente o conteúdo dos livros didáticos, aplicando os critérios definidos na pré-análise. Essa exploração pode incluir a análise de textos, imagens, exercícios e atividades propostas, além da avaliação da qualidade gráfica e didática do material.

Os avaliadores buscam identificar padrões, recorrências e lacunas no conteúdo, utilizando técnicas como a análise de categorias e a codificação de dados. Finalmente, na fase de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, os dados coletados são organizados e interpretados para produzir conclusões sobre a qualidade do livro didático.

Essa fase envolve a síntese dos achados, a elaboração de inferências sobre a eficácia pedagógica do material e a formulação de recomendações para possíveis melhorias. Assim, a avaliação de conteúdos em livros didáticos, seguindo as fases propostas por Bardin (2011), permite uma análise criteriosa e sistemática, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem.

- c) Avaliação Pedagógica: identificamos se a abordagem pedagógica adotada, como a sequência de tópicos, atividades propostas e recursos complementares está adequada.

A função pedagógica do livro didático vai além da simples transmissão de conteúdos. Conforme Souza (1995),

[...] a função pedagógica de apoio ao aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem, subsidiando o diagnóstico das dificuldades e problemas que impossibilitam o aluno de apropriar-se do saber proposto e fundamentando as intervenções pedagógicas necessárias à promoção das condições essenciais ao pleno desenvolvimento do educando. (Souza, 1995, p. 192).

Os livros didáticos desempenham um papel essencial no aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem. Eles não apenas fornecem informações e orientações didáticas, mas também atuam como ferramentas de diagnóstico, identificando as dificuldades e os problemas que impedem os alunos de se apropriarem do saber proposto. Dessa forma, o livro didático auxilia os professores na compreensão das barreiras de aprendizado enfrentadas pelos estudantes, permitindo que intervenções pedagógicas sejam planejadas e executadas de maneira mais eficaz e direcionada.

Além disso, o livro didático fundamenta as intervenções pedagógicas necessárias para promover as condições essenciais ao pleno desenvolvimento do educando. Ao identificar os desafios e lacunas no aprendizado, os livros didáticos oferecem subsídios para a implementação de estratégias pedagógicas que visam não apenas à superação dessas dificuldades, mas também ao fortalecimento das habilidades e competências dos alunos. Assim, o material didático se torna um suporte vital para o professor, proporcionando uma base sólida para a construção de um ambiente educacional que favoreça o desenvolvimento integral do aluno, tanto em termos acadêmicos quanto pessoais.

- d) **Análise de Qualidade Gráfica:** exame da qualidade da diagramação, ilustrações e design geral. Considerando que a interpretação e leitura de imagens podem revelar como determinado momento sócio-histórico-político estrutura e organiza padrões estéticos. De acordo com Lins

Sempre houve ilustrações nos livros didáticos. Em certas matérias (Geografia, Botânica e outras) chegam a ser indispensáveis. Tudo, porém, dentro de certa medida. Além disto, outras disciplinas, ao menos a partir de determinado nível, podem prescindir desse recurso; ou devem usá-lo com a máxima parcimônia. (Lins, 1976, p.134).

A importância das ilustrações nos livros didáticos, especialmente na disciplina de Geografia, onde são essenciais para a compreensão visual de conceitos complexos. No entanto, o autor alerta para o uso moderado dessas imagens. Isso reflete uma preocupação com o equilíbrio entre texto e imagem, garantindo que as ilustrações complementem, em vez

de substituir, o conteúdo textual, promovendo assim uma aprendizagem mais robusta e focada.

Na mesma linha Ströher

É evidente que todo o livro pode - e até deve - apresentar imagens com essas características ilustrativas ou comprobatórias, pois auxiliam na compreensão do texto-base, o problema é quando não se vai além e não se aprofunda o potencial das imagens como fontes para o estudo (Stoher, 2012, p.68).

Para maximizar o valor educativo das imagens, é fundamental que os livros didáticos não se limitem a usar imagens de forma decorativa. As imagens devem ser integradas de maneira que enriqueçam o conteúdo textual, promovendo análises críticas e aprofundadas. Elas podem servir como fontes primárias de estudo, oferecendo oportunidades para os alunos interpretarem dados, identificarem padrões e contextos históricos, culturais e sociais, e desenvolverem habilidades de pensamento crítico.

Portanto, a abordagem recomendada por Ströher (2012) sugere que os educadores e autores de livros didáticos precisam ir além do uso ilustrativo das imagens. Devem incorporar estratégias pedagógicas que transformem as imagens em ferramentas de aprendizagem ativa, estimulando os alunos a engajarem-se mais profundamente com o material didático e a desenvolverem uma compreensão mais robusta e crítica dos temas estudados.

- e) Avaliação da Diversidade e Inclusão: verificamos em que medida a representatividade de diferentes grupos étnicos, sociais e culturais estão presentes nessas obras.

A relação entre representatividade e aprendizagem significativa é um aspecto crucial no campo da educação, com profundas implicações na maneira como diferentes grupos étnicos, sociais e culturais percebem e internalizam o conhecimento. A representatividade em materiais educativos e no ambiente escolar desempenha um papel vital na promoção da inclusão e na valorização da diversidade. Ao garantir que esses diferentes grupos estejam adequadamente representados, cria-se um ambiente onde todos os estudantes podem se ver refletidos, contribuindo para uma aprendizagem mais significativa.

Segundo Novak (1981), a aprendizagem significativa é fundamental para uma integração positiva e construtiva, aprimorando o pensar, o sentir e o agir. Essa forma de aprendizagem vai além da simples memorização de fatos; ela envolve a transformação de significados e sentimentos na interação entre o aprendiz e o professor. Portanto, a presença de representatividade nas práticas educativas facilita essa transformação ao proporcionar

experiências que ressoam emocionalmente com os alunos, permitindo uma conexão mais profunda com o conteúdo apresentado.

A avaliação da diversidade e inclusão em materiais educativos é um passo essencial para verificar até que ponto a representatividade de diferentes grupos étnicos, sociais e culturais está presente. A inclusão de diversas perspectivas não só enriquece o conteúdo curricular, mas também promove um ambiente de respeito e compreensão mútua. Quando os estudantes veem suas próprias culturas e experiências refletidas nos materiais de aprendizagem, eles se sentem valorizados e reconhecidos, fortalecendo seu engajamento e motivação para aprender.

Novak (1981, p. 20) argumenta que qualquer evento educativo é uma oportunidade para transformar significados e sentimentos. Esta transformação é mais eficaz quando os estudantes se sentem emocionalmente conectados com o conteúdo, algo que a representatividade facilita. Em um ambiente onde todos os estudantes se sentem representados, a aprendizagem se torna um processo dinâmico e inclusivo, onde o pensar, o sentir e o agir são continuamente desenvolvidos de maneira harmoniosa.

Portanto, a representatividade não é apenas uma questão de justiça social, mas também um componente essencial para uma educação eficaz e significativa. A integração de diversas vozes e experiências no processo educativo promove um aprendizado que é não apenas acadêmico, mas também emocional e social, preparando os alunos para se tornarem cidadãos conscientes e engajados. Ao reconhecer e valorizar a diversidade, a educação pode transformar-se em um meio poderoso para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

Nossa categorização foi balizada pelo PNLD, segundo o PNLD (2024)

A avaliação pedagógica no âmbito do Programa Nacional de Livro e do Material Didático (PNLD) é uma forma de garantir a qualidade de recursos didáticos, como livros didáticos, obras literárias, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros materiais de apoio à prática educativa. Haja vista a importância desses recursos didáticos no processo de ensino e aprendizagem de milhares de crianças, jovens e adultos atendidos no âmbito da educação básica, considera-se como fundamental o desenvolvimento, sistematização e aprimoramento de procedimentos e orientações com vista a garantir que o processo de avaliação pedagógica cumpra seu objetivo principal, que é garantir a qualidade dos recursos didáticos disponibilizados para estudantes e professores da Educação Básica.

Dessa forma, os três primeiros aspectos avaliados, investigam a qualidade e a eficácia do material educacional, assegurando que ele atenda a diversos critérios essenciais para o processo de ensino-aprendizagem. Como a organização das sequências didáticas em uma

estrutura lógica e progressiva facilita a compreensão e a assimilação dos conteúdos pelos alunos.

Além disso, a conexão entre os objetivos educacionais e os conteúdos abordados deve ser clara e consistente, assegurando que cada tópico tratado contribua diretamente para o alcance das metas de aprendizagem estabelecidas. A ordem da sequência didática deve ser cuidadosamente planejada, de modo que os conceitos sejam introduzidos e desenvolvidos de maneira coerente e cumulativa, evitando lacunas ou sobreposições desnecessárias.

Mobilizar os conhecimentos prévios dos alunos é outro ponto crucial, uma vez que relacionar novos conteúdos com o que já é conhecido facilita a aprendizagem e torna o processo mais significativo. A construção de conceitos deve ser gradual e bem fundamentada, permitindo que os alunos compreendam plenamente os temas abordados e consigam aplicá-los em diferentes contextos.

A clareza dos conteúdos e dos enunciados é essencial para evitar ambiguidades e garantir que as informações sejam acessíveis e compreensíveis para todos os alunos. A promoção da participação dos alunos em sala de aula deve ser incentivada, criando oportunidades para discussões, questionamentos e interações que enriqueçam o aprendizado coletivo. Por fim, o dinamismo das atividades propostas nos livros didáticos é vital para manter o interesse e o engajamento dos alunos, proporcionando uma experiência de aprendizagem ativa e envolvente.

Entendemos também que a política do livro didático passou por diversos marcos históricos influenciados pelas Escolas de Pensamento Geográficas, os quais veremos a seguir.

Em 1942, temos a Lei Orgânica do Ensino Secundário (Reforma Gustavo Capanema), Decreto Lei nº4.244/1942, que possui os principais artigos orientadores da disciplina de Geografia

Art. 18. Os programas das disciplinas serão simples, claros e flexíveis, devendo indicar, para cada uma delas, o sumário da matéria e as diretrizes essenciais.

Art. 24 § 1º Para a formação da consciência patriótica, serão utilizados os estudos históricos e geográficos, devendo, no ensino de história geral e de geografia geral, serem posta em evidência as correlações de uma e outra, respectivamente, com a história do Brasil e a geografia do Brasil. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 8.347, de 1945)

Art. 24 § 2º Incluir-se-á nos programas de História do Brasil e de geografia do Brasil dos cursos clássicos e científico o estudo dos problemas vitais do país. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 8.347, de 1945).

O artigo dezoito enfatiza a necessidade de que os programas educacionais sejam acessíveis e adaptáveis, com um foco em clareza e flexibilidade. A simplicidade e clareza são destacadas para garantir que todos os alunos compreendam o conteúdo de maneira eficaz. As diretrizes essenciais mencionadas indicam uma orientação centralizada, provavelmente para assegurar que todos os programas de ensino se alinhem com os objetivos educacionais do governo, que, no contexto da Reforma Gustavo Capanema, incluíam a promoção de valores patrióticos e nacionalistas.

Enquanto o primeiro parágrafo do artigo 24º estabelece que a educação histórica e geográfica deve ser utilizada como uma ferramenta para cultivar a consciência patriótica entre os alunos. Isso implica que os estudos de história e geografia global devem sempre ser relacionados com a história e a geografia do Brasil, destacando a importância do país no contexto global. Essa abordagem é claramente direcionada a fomentar um sentimento de orgulho nacional e a reforçar a identidade brasileira entre os estudantes.

E o segundo parágrafo do artigo 24 indica que, além de aprender sobre a história e geografia do Brasil, os alunos devem estudar questões fundamentais que afetam o país. Isso inclui problemas econômicos, sociais, ambientais e políticos vitais para a compreensão completa da realidade nacional. A inclusão desses estudos nos currículos dos cursos clássicos e científicos visa assegurar que os alunos não apenas adquiram conhecimento sobre o passado e a geografia do Brasil, mas também se tornem conscientes e preparados para enfrentar os desafios contemporâneos do país, sempre com uma perspectiva patriótica.

Essa orientação pode ser vista como uma forma de controle ideológico, utilizando a educação para fortalecer a coesão nacional e garantir a lealdade ao Estado. No entanto, a falta de diversidade de perspectivas e a promoção de um nacionalismo exacerbado também podem limitar a capacidade dos alunos de desenvolver uma visão crítica e pluralista do mundo.

Na década de 1950, a geografia tradicional entrou em um período de turbulência, procedimentos meramente descritivos já não eram suficientes para atender as necessidades oriundas da complexidade moderna, conforme nos traz Moreira (2014, p. 9)

O período entre 1950 a 1970 é marcado por intenso movimento de crítica e renovação do pensamento geográfico no mundo e no Brasil. Orientada no início para o positivismo como fundamento do discurso geográfico existente, paulatinamente a crítica descobre no processo histórico da acumulação primitiva e na abstratividade do valor que vem com ele as origens dos problemas que se busca resolver.

E no contexto da educação brasileira houve uma mudança na conduta educacional do país, evidenciada por indicativos de uma nova base ideológica para a educação, de acordo com Teixeira (1955), quando nos apresenta a uma nova orientação de uma escola voltada para atender as necessidades advindas das mudanças tecnológicas e da ampliação do grupo social atendido pela esfera pública “Com efeito, toda e qualquer educação, sabemo-lo hoje, é, fundamentalmente, técnica, embora tenha e deva ter sempre seus aspectos científicos e literários ou estéticos.” e “E é esta nova civilização que passou a exigir, para todos os indivíduos, não um mínimo de educação escolar, mas uma educação escolar suficientemente desenvolvida para nos permitir viver e compreender as novas complexidades da vida.”,

As décadas de 1980 e 1990 representaram um período de ruptura significativa para a Geografia, marcado pela ascensão das correntes críticas marxistas e humanistas.

Sobre esse período Braga (2015, p. 137) salienta que:

As correntes das Geografias Críticas Marxistas e Humanistas que, nas décadas de 80 e 90 do século passado, impulsionaram o que ficou conhecido como movimento de renovação da Geografia. Em comum, as mesmas possuem o posicionamento teórico permanentemente crítico em relação às correntes Tradicionais, consideradas obsoletas quando se pensa nas necessidades dos novos tempos.

A Geografia Crítica, focava na análise das estruturas econômicas e sociais, enfatizando a exploração, a desigualdade e os conflitos inerentes ao capitalismo. Essa perspectiva buscava entender como o espaço geográfico é moldado pelas relações de poder e pela luta de classes, propondo uma abordagem mais dinâmica e dialética. Ao mesmo tempo, a Geografia Humanista, influenciada por correntes fenomenológicas e existenciais, valorizava a experiência subjetiva e o significado dos lugares para as pessoas, explorando como os indivíduos percebem, interagem e se conectam com seus ambientes.

Ambas as correntes compartilhavam um posicionamento teórico crítico, desafiando a neutralidade e a objetividade pretensamente valorizadas pelas abordagens tradicionais. Elas argumentavam que a geografia não poderia ser neutra, pois os espaços são socialmente construídos e carregam implicações políticas, econômicas e culturais. A crítica às metodologias tradicionais não era apenas uma rejeição das técnicas, mas uma contestação profunda dos fundamentos epistemológicos que sustentavam a geografia clássica.

Este período de renovação representou uma verdadeira revolução no campo da geografia, promovendo uma reorientação significativa das suas práticas e teorias. As novas abordagens críticas não apenas ampliaram o escopo dos estudos geográficos, mas também infundiram o campo com uma consciência social e política mais aguda, tornando a geografia uma disciplina mais relevante e engajada com as questões contemporâneas.

Sobre as implicações legais do período podemos citar a Lei de Diretrizes e Bases (1996), em especial os artigos:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

[...]

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial.

Os artigos citados acima da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 estabelecem princípios fundamentais que orientam a educação brasileira. O Art. 1º enfatiza que a educação abrange um amplo espectro de processos formativos que ocorrem não apenas nas instituições formais de ensino, mas também na vida familiar, no trabalho, nas interações sociais, nos movimentos sociais, e nas manifestações culturais. Essa perspectiva reconhece que a aprendizagem é um processo contínuo e multifacetado que se dá em diversos contextos. O parágrafo 2º deste artigo sublinha a necessidade de vincular a educação escolar ao mundo do trabalho e às práticas sociais, enfatizando a relevância de um currículo que prepare os alunos para a vida prática e para a participação ativa na sociedade.

O Art. 2º da LDB reforça a ideia de que a educação é uma responsabilidade compartilhada entre a família e o Estado, guiada pelos princípios de liberdade e solidariedade humana. A finalidade da educação, conforme este artigo, é promover o pleno desenvolvimento do educando, preparar para o exercício da cidadania e qualificar para o trabalho. Entre os princípios destacados, a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais é crucial, pois assegura que o ensino não seja dissociado das realidades e necessidades do mercado de trabalho e da sociedade. A inclusão da consideração com a diversidade étnico-racial ressalta a importância de um currículo que valorize e respeite a diversidade, promovendo a equidade e a inclusão no ambiente escolar. Esses artigos refletem um compromisso com uma educação integral e inclusiva, preparada para enfrentar os desafios de uma sociedade plural e dinâmica.

Outros dispositivos legais relevantes são as Leis nº10.639/03 e nº11.645/08, juntamente com o Parecer CNE/CP 03/2004 - MEC, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, fundamentais para a construção de uma educação mais equitativa

e plural, particularmente no ensino de Geografia. A implementação dessas normativas promove a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial no contexto educacional brasileiro, contribuindo para a formação de uma sociedade mais inclusiva e consciente das suas múltiplas identidades culturais.

A Lei 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), introduziu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de educação básica. Com a Lei 11.645/08, houve a ampliação dessa perspectiva ao incluir também a história e cultura indígena. Essas leis não apenas representam um avanço na valorização da contribuição histórica de negros e indígenas na formação da sociedade brasileira, como também são essenciais para o combate ao racismo e às desigualdades raciais presentes no país.

Entre 2017 e 2023, o cenário educacional e social foi marcado por significativos marcos e consolidações, refletindo a transição e adaptação a novas realidades tecnológicas, pedagógicas e geracionais. Este período testemunhou a consolidação da Geração Z como um grupo influente, debates intensificados sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e uma crescente adoção de metodologias ativas no ensino.

A Geração Z, composta por indivíduos nascidos entre 1995 e 2010, consolidou-se como a primeira geração de nativos digitais, caracterizados pela familiaridade e fluência com a tecnologia desde a infância. Esta geração, altamente conectada e com habilidades tecnológicas inatas, trouxe novas demandas e expectativas para o campo educacional e profissional. De acordo com Toledo, Albuquerque e Magalhães (2012) a Geração Z valoriza a aprendizagem prática, a flexibilidade e a integração de tecnologias digitais no processo educacional, o que desafiou as instituições a se adaptarem a essas novas exigências. O impacto dessa geração foi sentido tanto nas escolas quanto nas universidades e locais de trabalho, onde a digitalização e a interatividade se tornaram essenciais para engajá-los efetivamente.

Sobre essa demanda tecnológica concordamos com Kenski

As velozes transformações tecnológicas da atualidade impõem novos ritmos e dimensões à tarefa de ensinar e aprender. É preciso estar em permanente estado de aprendizagem e de adaptação ao novo. [...] Velocidade. Esse é o termo-síntese do *status* espaço-temporal do conhecimento na atualidade. Velocidade para aprender e velocidade para esquecer. Velocidade para acessar as informações, interagir com elas e superá-las com outras inovações. (Kenski, 2003, p.30).

Kenski sublinha a influência das rápidas transformações tecnológicas sobre o processo educacional contemporâneo. Ela destaca a necessidade de uma contínua adaptação e aprendizagem, refletindo a dinâmica acelerada do acesso, assimilação e obsolescência do conhecimento. A autora sugere que velocidade é o conceito central que define a experiência espaço-temporal do aprendizado atual, enfatizando que tanto a aquisição quanto a superação do conhecimento ocorrem em um ritmo sem precedentes. Esse cenário exige que educadores e aprendizes mantenham-se constantemente atualizados e flexíveis, capazes de interagir rapidamente com novas informações e de se adaptar às contínuas inovações tecnológicas.

Simultaneamente, o debate sobre a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ganhou destaque. A BNCC, que estabelece diretrizes e objetivos de aprendizagem para todas as etapas da educação básica, as discussões focaram na necessidade de adaptar o currículo às demandas do século XXI, incorporando competências e habilidades essenciais.

Paralelamente, houve um aumento significativo na adoção de metodologias ativas de ensino. Sobre a implementação de metodologias ativas, de acordo com Araújo (2002) quando argumenta que as técnicas de ensino, ao estarem ligadas à tecnologia, promovem o desenvolvimento e a modernização educacional. “[...] técnicas de ensino sugere tecnicismo, e esta tecnologia; por sua vez, esta se constitui associada ao desenvolvimento, e este à modernização. (p.12)”.

As metodologias ativas, que incluem abordagens como a sala de aula invertida, a aprendizagem baseada em projetos (PBL) e a gamificação, ganharam popularidade como estratégias eficazes para engajar a Geração Z e promover uma aprendizagem mais significativa e participativa.

Essas metodologias colocam o aluno no centro do processo educacional, incentivando a autonomia, a resolução de problemas e a aplicação prática do conhecimento. Diversas instituições educacionais adotaram essas abordagens, buscando responder às necessidades de uma geração que valoriza a interatividade e a personalização do aprendizado.

Esse período também foi marcado pela consolidação das tecnologias educacionais (EdTech), ferramentas de aprendizagem *online*, ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) e recursos educacionais digitais tornaram-se indispensáveis, especialmente durante a pandemia de COVID-19, que acelerou a digitalização do ensino.

As obras selecionadas para análise possuem significância histórica, pedagógica e contextual, refletindo diferentes momentos e abordagens no ensino de geografia no Ceará.

Além de dissertarem sobre a geografia do Ceará, tais obras foram produzidas nesse mesmo estado.

Pequena Corografia do Ceará (1942) é relevante devido à sua ampla tiragem e uso em Fortaleza, representando um marco na literatura geográfica regional. *Estudos sobre o Ceará* (1955), produzido pelo MEC, é importante como material complementar, oferecendo uma visão abrangente e institucional sobre o estado. Os *Manuais de Apoio volume 3, 4 e 5 - 8ª série* (1994) destacam-se por serem parte do telensino, um sistema inovador à época, que buscava democratizar o acesso ao conhecimento geográfico.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, não foi possível avaliar os volumes 1 e 2 dos *Manuais de Apoio - 8ª série* (1994). Apesar dessa limitação, os volumes 3, 4 e 5, que foram acessados e analisados, proporcionaram uma base suficientemente sólida para a condução da investigação.

A ausência de análise dos volumes iniciais não comprometeu o desenvolvimento da pesquisa por diversas razões. Primeiramente, os volumes 3, 4 e 5 abordam uma ampla gama de temas essenciais que permitem uma compreensão robusta das metodologias e enfoques pedagógicos utilizados no telensino da época. Esses volumes oferecem uma visão detalhada dos conteúdos e das abordagens didáticas empregadas, o que é crucial para a análise crítica do material.

Além disso, a consistência metodológica e temática ao longo dos diferentes volumes da coleção sugere que os princípios pedagógicos aplicados nos volumes 3, 4 e 5 são representativos de toda a série. Dessa forma, mesmo sem o acesso direto aos volumes 1 e 2, é possível inferir que os métodos e conteúdos abordados nos volumes analisados são indicativos da abordagem geral da coleção.

Outra razão pela qual a falta de acesso aos volumes iniciais não comprometeu a pesquisa é a profundidade da análise qualitativa realizada nos volumes disponíveis. A análise desses volumes permitiu identificar as estruturas temáticas e metodológicas centrais, bem como a inclusão de exemplos regionais, que são aspectos fundamentais da pesquisa.

Construindo o Ceará: ensino fundamental (2017) é significativo devido ao prestígio e histórico da Editora Demócrito Rocha, conhecida por sua dedicação à educação e cultura regional. Finalmente, *Educação e Semiárido: Novos olhares, Novos Caminhos* (2023) é essencial por ser um material produzido pela SEDUC-CE, refletindo as diretrizes do Novo Ensino Médio e a implementação da BNCC, atualizando a abordagem educacional às novas exigências pedagógicas e regionais. Essas obras, juntas, oferecem uma visão rica e

diversificada da evolução do ensino de geografia no Ceará, destacando a importância de uma educação contextualizada e regionalmente pertinente.

Outros títulos foram considerados para a análise *Geografia do Ceará* (1924), autoria de Guilherme Studart, o barão de Studart, *Geografia Dinâmica do Ceará* (1965), de autoria do professor Caio Lússio Botelho, *Geografia Ilustrada - Brasil - Ceará* (1971), *Geografia do Ceará*, uma visão didática para concursos e vestibulares (2007), publicado pela Premium Editora, de autoria do professor de geografia George Wilton e do professor de história Adriano Bezerra, *Ceará Geografia, para a construção da cidadania - 4ª série* (2007), autoria de Marlene Corrêa e o *Atlas Escolar Ceará, Espaço Geo-Histórico e Cultural*, autoria de Jose Borzacchiello da Silva, indisponível e não reeditado.

Contudo, as especificações dos títulos acima aproximam-se com a estrutura das obras selecionadas para o estudo, *Geografia do Ceará* (1924), é uma obra relevante, mas assemelha-se a outras coreografias enciclopédicas. O livro *Geografia Dinâmica do Ceará* (1965), também foi excluído da análise, considerando que ele é destinado ao ensino superior, ordenação, linguagem e outros elementos que o distanciam do uso no ensino básico.

Geografia Ilustrada - Brasil - Ceará (1971), é apenas um material complementar que se iguala a um catálogo de viagens, por mais que seja uma fonte interessante sobre algumas localidades e peculiaridades do estado do Ceará, ele foi considerado incipiente para a composição do estudo.

O material elaborado pelos professores George Wilton e Adriano Bezerra, é voltado para subsidiar aqueles que se preparavam para concursos específicos no estado do Ceará, podemos dividi-lo em quatro blocos, introdução sobre o território, aspectos geofísicos, aspectos socioeconômicos e um banco de questões oriunda dos vestibulares da Universidade Federal do Ceará e da Universidade Estadual do Ceará.

E o título *Geografia, para a construção da cidadania - 4ª série* (2007), têm sua disposição próxima do livro *Construindo o Ceará: ensino fundamental* (2017), escolhido por ser mais atual. O objetivo da avaliação dos livros didáticos é garantir a qualidade e a eficácia do material educacional, assegurando que ele atenda a diversos critérios essenciais para o processo de ensino-aprendizagem.

Entretanto, a pesquisa encontrou limitações significativas devido à ausência de materiais adicionais para análise. Esta lacuna sugere uma produção incipiente desse tipo de material educacional durante determinados períodos. Além disso, outras lacunas temporais observadas no estudo resultam da dificuldade de acesso a materiais didáticos especificamente voltados para a geografia local. Essas dificuldades de acesso e a escassez de materiais indicam

a necessidade de maior investimento na produção e distribuição de recursos educacionais que atendam às demandas regionais,

Cada uma dessas obras foi escolhida considerando a facilidade de acesso ao seu conteúdo. Este critério assegura que as fontes utilizadas estão disponíveis para consulta e análise, o que é essencial para uma pesquisa consistente e detalhada. Ter acesso garantido aos textos completos permite uma compreensão aprofundada dos temas abordados, bem como a verificação de informações e a citação precisa de trechos relevantes.

Além da acessibilidade, a relevância das obras foi um fator crucial na seleção. As obras abrangem diferentes períodos históricos e abordagens educacionais. Partimos da hipótese de que há uma escassez de informações contextualizadas regionalmente destinada ao ambiente escolar, considerando a dificuldade de títulos disponíveis no mercado editorial.

A análise do desenvolvimento dos livros didáticos ao longo dos anos e em consonância com as mudanças nos currículos locais é essencial para compreender como o conteúdo educacional se adapta em resposta às demandas sociais, políticas e culturais. Por meio de uma abordagem histórica e contextualizada, é possível identificar uma série de pontos de análise que refletem as transformações nos livros didáticos e nos currículos, bem como as razões por trás dessas mudanças.

Um dos pontos centrais da análise é a adequação aos objetivos educacionais e às diretrizes curriculares vigentes. Isso envolve examinar se os livros didáticos estão alinhados para aprendizagem estabelecidos pelas autoridades educacionais, bem como se abordam os temas e conteúdos especificados nos currículos locais. A análise dessa adequação é fundamental para garantir que os livros didáticos atendam às necessidades e expectativas dos educadores, dos alunos e da comunidade em geral.

Além disso, a representatividade e inclusão de múltiplas perspectivas são pontos de análise importantes na avaliação do desenvolvimento dos livros didáticos. Isso implica verificar se os materiais didáticos incorporam uma variedade de vozes, experiências e pontos de vista, incluindo aqueles historicamente marginalizados ou sub-representados. A inclusão de múltiplas perspectivas é crucial para promover a diversidade, a equidade e a compreensão intercultural entre os alunos.

Outro ponto-chave de análise é a atualização e relevância do conteúdo. À medida que os currículos e as perspectivas educacionais evoluem ao longo do tempo, os livros didáticos devem ser atualizados para refletir as últimas descobertas, interpretações e debates acadêmicos. A presença de conteúdo atualizado e relevante é fundamental para garantir que

os alunos tenham acesso a informações precisas e contextualizadas, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

A adaptação metodológica e pedagógica dos livros didáticos é outro aspecto importante de análise. Isso envolve examinar se os materiais didáticos incorporam abordagens de ensino inovadoras, recursos interativos e estratégias pedagógicas que promovam a participação ativa dos alunos e estimulem o desenvolvimento de habilidades críticas, criativas e analíticas.

Além disso, a inclusão de recursos multimídia e tecnológicos é um ponto de análise crescente na avaliação dos livros didáticos modernos. Com o avanço da tecnologia digital, os livros didáticos estão cada vez mais integrando recursos multimídia, como vídeos, animações, simulações e aplicativos interativos. A presença e eficácia desses recursos na promoção da aprendizagem e no engajamento dos alunos são aspectos cruciais a serem considerados na análise do desenvolvimento dos livros didáticos.

Por fim, a adequação cultural e linguística dos livros didáticos é outro ponto de análise importante, especialmente em contextos multiculturais e multilíngues. Isso implica verificar se os materiais didáticos respeitam e valorizam a diversidade cultural e linguística dos alunos, evitando estereótipo, preconceitos e exclusões baseadas na identidade cultural ou linguística.

A análise do desenvolvimento dos livros didáticos ao longo dos anos e conforme as mudanças nos currículos locais requer uma abordagem holística e contextualizada, que considere uma variedade de pontos de análise. Ao examinar a adequação aos objetivos educacionais, a representatividade, a atualização do conteúdo, a adaptação metodológica, a inclusão de recursos multimídia e tecnológicos, e a adequação cultural e linguística, é possível compreender como os livros didáticos se adaptaram para atender às necessidades e expectativas em constante mudança da educação contemporânea.

3.2. SIARÁ GRANDE E O LIVRO DIDÁTICO: ALGUMAS INICIATIVAS EM MEIO A INVISIBILIDADE

O estudo do livro didático como documento histórico representa uma abordagem essencial para compreender o pensamento educacional, as práticas pedagógicas e as representações sociais ao longo do tempo.

A análise de livros didáticos como documentos históricos requer uma abordagem multidimensional, considerando não apenas o conteúdo textual, mas também aspectos editoriais, gráficos e iconográficos.

Inicialmente, é imperativo situar o livro didático em seu contexto histórico e cultural, compreendendo as condições sociais, políticas e econômicas que moldaram sua produção. Isso envolve a investigação das políticas educacionais, movimentos intelectuais e influências ideológicas presentes na época de sua publicação.

A dimensão textual do livro didático merece uma análise aprofundada, destacando as escolhas linguísticas, as representações de identidade, as visões de mundo e os valores transmitidos aos leitores. Questões como censura, manipulação ideológica e o papel do autor como mediador cultural são fundamentais para entender as intenções subjacentes à produção do livro.

Além disso, a análise gráfica e iconográfica oferece percepções valiosas sobre a estética e a semântica visual presentes no livro didático. Ilustrações, fotografias, esquemas e diagramas são elementos que podem revelar não apenas estratégias pedagógicas, mas também representações simbólicas e estereótipos culturais presentes na sociedade da época.

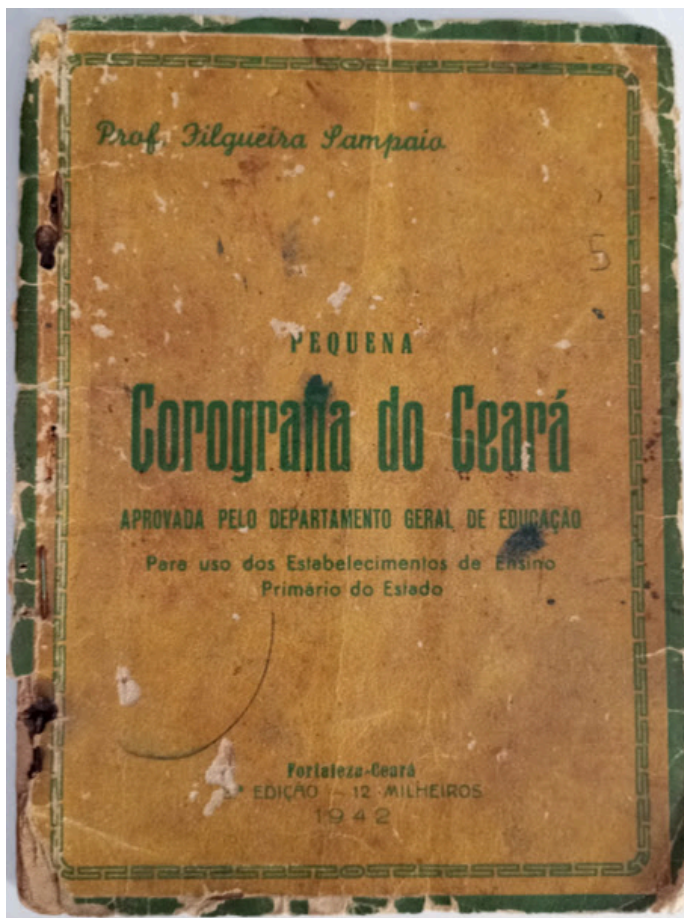
A pesquisa sobre livros didáticos como documentos históricos também implica uma consideração crítica das fontes, reconhecendo os vieses inerentes à seleção e apresentação de informações. Dessa forma, identificam-se as lacunas ou omissões no conteúdo dos livros pode ser tão instrutiva quanto a análise do que está explicitamente abordado.

A abordagem do livro didático como documento histórico proporciona uma visão única e abrangente das mentalidades e práticas educacionais ao longo do tempo. Essa investigação não apenas enriquece nossa compreensão da história da educação, mas também contribui para uma reflexão crítica sobre a influência pedagógica na formação da consciência coletiva e na construção da identidade cultural.

Em meio a homogeneização do livro didático e a centralização das editoras no eixo São Paulo, resgatamos algumas iniciativas que propõem a construção de um livro voltado para os temas específicos da geografia cearense.

3.1.1. PEQUENA COROGRAFIA DO CEARÁ

Figura 4 - Capa do livro *Pequena Corografia do Ceará*



Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

O primeiro título apresentado, *Pequena Corografia do Ceará*, publicado em 1942, é uma obra significativa no contexto da produção educacional cearense do século XX. Escrito pelo educador e escritor Romão Nogueira Filgueiras Sampaio, o livro oferece uma visão abrangente e detalhada das características geográficas do estado do Ceará, situado no Nordeste brasileiro.

A obra contou com a aprovação do Departamento Geral de Educação e tinha como objetivo o uso nos estabelecimentos de ensino primário do Ceará. A versão por nós analisada apresenta-se como a 3ª edição com tiragem de 12 mil cópias, impressas na capital cearense. Por conta desses fatores, consideramos que, no período, o livro foi amplamente distribuído e consumido por alunos e professores do estado.

Ressaltamos que livros do tipo corografia são obras que abordam a descrição e o estudo detalhado de uma região específica, geralmente de uma cidade, estado ou país, incluindo aspectos geográficos, históricos, sociais, culturais e econômicos. Esse tipo de livro

pode incluir informações sobre a geografia física do local, como relevo, clima, recursos naturais, bem como aspectos humanos, como população, economia, cultura, tradições, entre outros.

A corografia difere da geografia tradicional por seu foco mais específico em detalhes locais e regionais, em oposição a uma visão mais ampla e geral. Os livros de corografia têm sido historicamente importantes para o estudo e compreensão de diferentes regiões do mundo, fornecendo informações valiosas sobre sua história, cultura e características distintivas.

Esses livros podem ser utilizados por pesquisadores, historiadores, geógrafos, estudantes e qualquer pessoa interessada em conhecer mais sobre uma determinada região. Eles podem ser uma fonte rica de conhecimento local e podem ajudar a preservar a identidade e as tradições de uma comunidade.

Sobre o autor, Romão Nogueira Filgueiras Sampaio, educador e escritor cearense, nasceu em 18 de novembro de 1915, na cidade do Crato, no Ceará. Sua jornada pela educação começou em uma fazenda em Pernambuco, onde viveu sua infância e fez seus primeiros estudos em Cajazeiras, na Paraíba. Posteriormente, residindo em Barbalha e Assaré, no Ceará, passou cinco anos no Colégio São Francisco, em Canindé, onde teve seu primeiro contato com o magistério e o mundo das letras.

Em 1937, estabeleceu-se em Fortaleza, onde se dedicou ao ensino por três décadas, lecionando em diversos ginásios, colégios e academias. Além de educador, Filgueiras Sampaio também foi um jornalista ativo, membro da Associação Cearense da Imprensa, e colaborou com o corpo editorial do jornal católico *O Nordeste*.

Em 1939, fundou o Instituto Valdemar Falcão, uma instituição educacional de grande destaque na capital cearense, onde procurava inculcar em seus alunos os mais nobres princípios de patriotismo. Além disso, dirigiu um magazine literário chamado *Marajaig*.

Sua contribuição para a educação foi vasta e significativa, tendo publicado 48 livros didáticos que receberam elogios de reconhecidos especialistas em ensino do país. Entre suas obras estão *Minhas Lições*, *Meus Deveres*, *A História do Ceará*, *ABC do Folclore*, *O Ceará é Assim* e muitos outros.

Filgueiras Sampaio foi também um incansável pesquisador, realizando viagens de estudo por todo o Nordeste e participando de congressos culturais em nome do Ceará. Fundador da Associação Cearense do Folclore, teve como primeiro sócio honorário o renomado historiador e folclorista Luís da Câmara Cascudo.

Seu legado perdura como um marco na história da educação e da cultura cearense, sendo lembrado não apenas como um dedicado educador, mas também como um apaixonado defensor da cultura e das tradições de sua terra natal.

No contexto histórico nacional, o ano de 1942 marca um período crucial na história do Brasil, especialmente no que diz respeito à política educacional. Neste período, o país estava sob o governo de Getúlio Vargas, durante o período conhecido como Estado Novo (1937-1945). O regime autoritário de Vargas foi marcado por uma série de intervenções estatais na sociedade, incluindo na área da educação.

Na Era Vargas, houve uma forte centralização do poder, e o Estado exerceu um controle mais rígido sobre as instituições educacionais.

De acordo com Vieira (2007),

no campo da educação, o Estado Novo corresponde a uma retomada da centralização[...] o início dos anos quarenta responde por reformas educacionais desencadeadas pelo poder central, especificamente as chamadas Leis Orgânicas de Ensino, concebidas durante a administração de Gustavo Capanema, frente ao Ministério da Educação. (Vieira, 2007, pág 28)

O governo implementou políticas educacionais que visavam a unificação do sistema de ensino e a disseminação de uma ideologia nacionalista. Além disso, ocorreu uma expansão significativa da educação pública, com a construção de escolas e a implementação de programas de alfabetização em todo o país.

A *Pequena Corografia do Ceará* surge nesse contexto histórico como uma contribuição importante para a compreensão e valorização da identidade regional cearense. A obra de Filgueira Sampaio apresenta uma abordagem cuidadosa e abrangente das características geográficas, econômicas, sociais e culturais do Ceará, fornecendo ao leitor uma visão detalhada da diversidade e riqueza desse estado nordestino.

Com apenas 32 páginas, o livro condensa informações essenciais sobre o Ceará, oferecendo um panorama que abrange desde aspectos físicos, como geografia e clima, até elementos históricos, em especial para celebrar os cearenses ilustres.

O livro de Filgueira Sampaio representa não apenas um importante documento histórico e geográfico, mas também uma obra que contribui para a valorização e o conhecimento da identidade regional cearense. Publicado em um momento de transformações políticas e educacionais no Brasil, a obra destaca-se como um exemplo do papel da literatura na construção e preservação da memória e da cultura de uma região.

Quadro 04 - Estrutura da obra *Pequena Corografia do Ceará*

Pequena Corografia do Ceará	
Capítulo	Subtópicos
O Ceará	Situação Geográfica; Superfície; Limites; Dimensões; População; Clima; Estações; Aspectos Físicos e Geográficos e Salubridade.
Acidentes Geográficos	Principais pontas e enseadas; Ilhas, lagoas e belezas naturais.
Serras	
Cordão Oriental e Serras Esparsas	
Rios	
Rios Secundários	
As Sêcas	
Açudes	
Recursos Naturais	
Recursos Econômicos	
Meios de Transporte	Estradas de Ferro e de rodagem; Principais portos; Campos de aviação.
Administração e organização Eclesiástica	
Capital e cidades principais	
Resumo Histórico	
Cearenses Ilustres	
Nomes Tupís na Geografia do Ceará	

Fonte: *Pequena Corografia do Ceará*, 1942, elaborado pelo próprio autor.

A obra se inicia com um mapa do estado do Ceará, delineando suas principais características geográficas, tais como cidades, rios, estruturas geológicas e fronteiras.

O primeiro capítulo tem por objetivo oferecer uma visão geral da geografia do estado indicando a situação geográfica, superfície, limites, dimensões, características populacionais, clima e estações, em linhas gerais aos aspectos físicos e gerais do Estado do Ceará. É relevante salientar que há um tópico para informar sobre a Salubridade (é o conceito

relacionado a uma situação ou condição (notoriamente ambiental), neste ponto apontasse que o Ceará possui condições ambientais bem adversas.

No segundo capítulo, intitulado Acidente Geográficos, são explorados os principais acidentes geográficos do Ceará, além de um tópico para promoção das belezas naturais da região, como a gruta de Ubajara ou os monólitos dos municípios de Quixadá e Quixeramobim.

Os próximos capítulos têm como propósito elucidar conceitos geomorfológicos relevantes, são eles, Serras e Cordão Oriental e Serras Esparsas, continuam no exercício de explicar alguns conceitos geomorfológicos, resumir e exemplificar e descrever a diversidade física do Ceará.

Na sequência os capítulos Rios e Rios Secundários, mantém a mesma lógica dos capítulos anteriores, de uma breve explicação de alguns termos, descrição e exemplificação.

No capítulo As Sêcas, oferece uma panorâmica sobre a convivência dos habitantes do Ceará com os períodos prolongados de estiagem, destacando como a vegetação, os rios e outros aspectos ambientais são afetados pela escassez de chuvas. Além disso, é ressaltada a resiliência e religiosidade do povo, exemplificada pela espera pelas chuvas até o dia de São José, padroeiro do estado.

No subtópico, Causas das Sêcas, existe uma tentativa de explicar esses longos períodos de estiagem, já que logo no início do trecho o autor nos informa não haver conhecimento total dos motivos, mas algumas causas possíveis citadas são direção dos ventos e a ausência de grandes florestas.

Na ordem, os capítulos Açudes e Recursos Naturais, anunciando que mesmo com a adversidade promovida pelas secas o estado dispõe de vários recursos apresentados em três categorias, reino vegetal, animal e mineral.

Na sequência Recursos Econômicos, inicia-se com uma análise do impacto das secas no crescimento econômico da região, seguido pela descrição das principais atividades agrícolas, industriais e comerciais. Adicionalmente, são citados os principais produtos de exportação.

Os próximos capítulos Meios de Transporte, descreve a infraestrutura de transporte do estado, incluindo ferrovias, rodovias, portos e aeroportos, e o Administração e Organização Eclesiástica, oferece uma visão da estrutura de poder no estado, incluindo a quantidade de municípios e comarcas, bem como a organização eclesiástica. O capítulo Capital e cidades principais, foca nas características gerais da capital e das principais cidades cearenses, destacando sua importância econômica, localização geográfica e população.

Os dois últimos capítulos Resumo Histórico e Cearenses Ilustres narram eventos importantes na esfera estadual, como a ocupação portuguesa, a elevação da região em capitania independente de Pernambuco, as primeiras vilas, participação na Confederação do Equador e a explicação da alcunha de Terra da Luz e os célebres cearenses que participaram dos eventos e marcos históricos.

Por fim, há uma lista de Nomes Tupis na Geografia do Ceará, lista composta do nome e de seu significado.

Avaliação de conteúdo:

É possível classificar o livro como um exemplar que está condicionado ao trinômio Natureza-Homem-Economia. Isso porque a obra aborda aspectos geográficos e naturais do estado do Ceará (Natureza), como suas características físicas, rios, serras, e as adversidades climáticas, como as secas. Além disso, também discute o impacto desses elementos na vida e na cultura dos habitantes locais (Homem), destacando sua resiliência, religiosidade e as estratégias de enfrentamento das condições adversas. Por fim, o livro também aborda questões econômicas (Economia), como os recursos naturais disponíveis, as atividades econômicas predominantes, os meios de transporte e a infraestrutura de desenvolvimento da região.

É importante reconhecer que o trinômio Natureza-Homem-Economia, embora seja uma abordagem útil e amplamente adotada na análise geográfica, apresenta limitações significativas quando se trata de proporcionar uma visão holística e abrangente da interação entre sociedade e ambiente. Embora esse enfoque permita uma compreensão inicial das relações entre esses três elementos fundamentais, ele tende a simplificar a complexidade das interações e interdependências entre diferentes componentes do sistema socioambiental.

Esta abordagem era predominante na geografia da época e se alinha com a influência de pensadores como Paul Vidal de La Blache (1908), que enfatizavam a interação entre o meio físico e a atividade humana.

Mas de outro lado, esta paisagem forma um todo, onde os elementos se encadeiam e se coordenam; sua interpretação exige uma percepção analítica da síntese viva que ela oferece aos nossos olhos (Vidal de la Blache, 1908).

Uma das limitações do trinômio Natureza-Homem-Economia é sua tendência a enfatizar demais os aspectos econômicos em detrimento das dimensões sociais, culturais e ambientais. Ao focar na relação entre atividades econômicas e recursos naturais, essa abordagem pode negligenciar a importância de fatores como identidade cultural, valores sociais, práticas tradicionais e percepções locais sobre o ambiente.

Além disso, a ênfase na dicotomia entre natureza e sociedade pode levar a uma visão simplista e dualista das interações entre humanos e meio ambiente, ignorando as complexidades das relações ecológicas, culturais e históricas que moldam a paisagem geográfica. A abordagem também pode falhar em reconhecer a influência de processos globais, como mudanças climáticas, migrações populacionais e fluxos comerciais, na configuração dos sistemas socioambientais locais.

Para superar essas limitações, é necessário adotar uma abordagem mais integrada e holística, que considere uma gama mais ampla de fatores, incluindo aspectos políticos, institucionais, tecnológicos e ideológicos. Isso requer uma análise mais profunda das relações de poder, desigualdades sociais, dinâmicas de governança e valores culturais que influenciam a maneira como os seres humanos interagem com o ambiente natural e entre si.

Analisando o Decreto nº 22.984, datado de 25 de julho de 1933, instituiu a Diretoria de Estatística da Produção como parte da reforma geral do Ministério da Agricultura. Esta diretoria, que tem como primeira seção a Secção de Estatística Territorial, teve suas atribuições regulamentares estabelecidas pelo Decreto nº 23.979, de 8 de março de 1934, conforme os seguintes termos.

Artigo 111º- Cabe à 1ª seção:

I - reunir documentações sobre o território nacional, mediante coleta, crítica, fichamento e arquivamento dos dados geográficos fornecidos pelas repartições federais, estaduais e municipais e por instituições particulares;

[...] IV - promover, junto às administrações estaduais e municipais, investigações sobre a geografia de regiões mal conhecidas, sistematizando as instruções respectivas;

[...] VI - estudar as características fisiográficas das regiões do país, visando principalmente a produção agrícola.

O livro assume essa atividade, pelo menos, no contexto escolar de fornecer dados geográficos, em um tom quase enciclopédico e trazendo uma abordagem da natureza num contexto de produção econômica.

A obra em questão também segue a orientação dos programas de Geografia Geral e Geografia do Brasil para o curso ginasial, oriunda da Portaria Ministerial, n.º 170, de 11 de julho de 1942

PRIMEIRA SÉRIE
GEOGRAFIA GERAL
I – A TERRA NO ESPAÇO
Idéia do Universo

O sistema solar

A terra e a lua

Círculos e zonas terrestres: coordenadas geográficas

Orientação

Representação

II – ESTRUTURA DA TERRA

A crosta terrestre

Os continentes, os oceanos e mares, os litorais

A atmosfera e os climas

Águas correntes e lagos

III – OS GRUPOS HUMANOS

População; raças

Nações

Cidades

Línguas e religiões; as atividades culturais

A habitação e a alimentação

IV – A CIRCULAÇÃO

Os meios de transportes

Os meios de comunicações

V – A AGRICULTURA

Evolução da vida agrícola

A produção vegetal

A produção animal

VI – A INDÚSTRIA E O COMÉRCIO

Histórico da indústria e do comércio

A produção industrial

O comércio interno e internacional

Os principais centros industriais e comerciais do mundo (BRASIL, 1942)

Considerando as características descritas no texto sobre a *Pequena Corografia do Ceará* e sua estrutura no trinômio Natureza-Homem-Economia, é possível inferir que o livro se insere mais na corrente do determinismo geográfico.

O determinismo geográfico foi uma corrente de pensamento predominante na geografia durante o século XIX e início do século XX, que defendia a ideia de que o ambiente físico (natureza) exerce uma influência determinante sobre as atividades humanas (homem) e seu desenvolvimento econômico (economia). Nessa perspectiva, o meio ambiente seria o

principal fator condicionante das características sociais, culturais e econômicas de uma determinada região.

Embora o trinômio Natureza-Homem-Economia seja um ponto de partida importante na análise geográfica, sua aplicação isolada pode levar a uma compreensão limitada e parcial das complexas interações entre sociedade e ambiente. Uma abordagem mais holística e interdisciplinar é necessária para uma compreensão mais completa e contextualizada dos sistemas socioambientais.

Ainda sobre o contexto da ciência geográfica na década de 1930, de acordo com Hamburger (1996), geógrafos como Pierre Monbeig desempenharam um papel significativo na renovação do ensino da Geografia nas universidades brasileiras, influenciados por Emmanuel De Martone. Durante esse período, duas correntes principais se desenvolveram: uma com base nas ideias de Frédéric Ratzel e outra sob a influência de Paul Vidal de La Blache. Predominou a abordagem lablachiana, que perdurou até 1956, com a realização do XVII Congresso Internacional de Geografia no Brasil, e era caracterizada por uma neutralidade científica positivista, alinhada aos interesses da burguesia liberal que temia extremismos.

Avaliação Pedagógica:

Nos anos 1940, a principal corrente pedagógica no Brasil era o Escolanovismo, influenciado pelas ideias da Escola Nova, marcado por uma abordagem mais ativa e centrada no aluno, em contraste com os métodos tradicionais de ensino que prevaleciam anteriormente.

Essa corrente pedagógica enfatizava a importância da experimentação, da atividade prática, do trabalho em grupo e da valorização das experiências individuais dos alunos. A ideia central era promover uma educação mais democrática, inclusiva e voltada para o desenvolvimento integral do estudante, em oposição ao modelo autoritário e centrado no professor que predominava anteriormente.

Além disso, o Escolanovismo também defendia a integração entre teoria e prática, buscando relacionar os conteúdos escolares com a realidade vivida pelos alunos. A educação passou a ser concebida como um processo dinâmico e contínuo, em que o aprendizado ocorre não apenas na sala de aula, mas também por meio de experiências extracurriculares e interações sociais.

Essa abordagem pedagógica teve um impacto significativo na educação brasileira durante os anos 1940, influenciando tanto a prática pedagógica quanto às políticas educacionais da época.

Diversos autores apoiaram esse movimento, incluindo John Dewey, Maria Montessori, Jean-Ovide Decroly e Freinet. No Brasil, defensores notáveis desse movimento foram Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. A Escola Nova introduziu transformações significativas no processo educacional. Segundo Cambi (1999), esse movimento provocou uma mudança radical na concepção de ensino, enfatizando o respeito à individualidade de cada aluno no processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Aranha (2006), a pedagogia de Dewey se destaca por seus aspectos inovadores, especialmente por se opor à escola tradicional. Essa pedagogia valoriza a relação estreita entre teoria e prática e enfatiza a importância das ciências experimentais, tanto para fundamentar a psicologia infantil quanto como conteúdo cognitivo essencial para as atividades escolares.

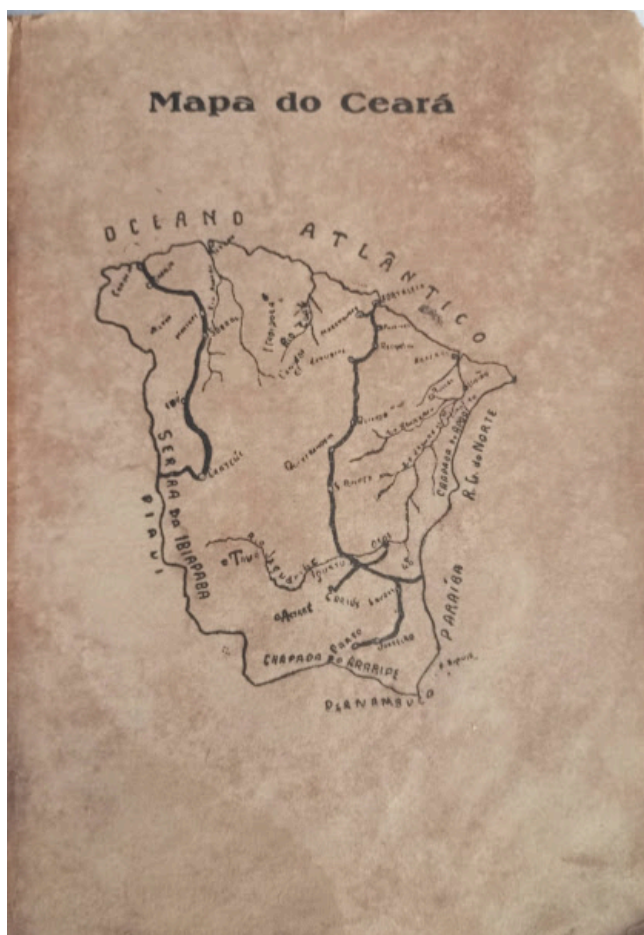
A abordagem pedagógica emergente durante os anos 1940 no Brasil, exemplificada pelo Escolanovismo, refletia um movimento em direção a uma educação mais centrada no aluno e integrada com a realidade vivida pelos estudantes. Essa transição para uma abordagem mais ativa e inclusiva na educação encontrou eco na produção de obras como a *Pequena Corografia do Ceará*.

O livro se estrutura no trinômio Natureza-Homem-Economia, abordando os aspectos geográficos, históricos e econômicos do estado do Ceará. Apesar da descrição rápida dos aspectos abordados, o foco específico na geografia do Estado do Ceará pode estimular a curiosidade dos leitores e incentivá-los a buscar informações mais detalhadas e aprofundadas sobre a região. A obra serve como um ponto de partida para a exploração ativa do ambiente físico e social do Ceará, inspirando os estudantes a investigar mais a fundo os aspectos que despertam seu interesse. É importante reconhecer que o livro pode apresentar desafios em termos de representatividade e inclusão, considerando especialmente as omissões identificadas nas análises anteriores. A falta de representação adequada de grupos étnicos diversos, mulheres e outras comunidades marginalizadas pode limitar a capacidade da obra de fornecer uma visão equitativa e inclusiva da realidade cearense.

A *Pequena Corografia do Ceará* pode ser uma ferramenta pedagógica valiosa quando contextualizada e complementada por abordagens inclusivas e críticas. Se utilizada de maneira adequada, a obra tem o potencial de enriquecer o processo de aprendizagem dos alunos, promovendo uma compreensão mais profunda e significativa do estado do Ceará e suas múltiplas dimensões.

Análise de Qualidade Gráfica:

Figura 5 - Mapa do Ceará no livro *Pequena Corografia do Ceará*



Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

O mapa presente no livro analisado, produzido na década de 1940, exibe algumas características notáveis em termos de sua qualidade gráfica, mesmo considerando suas limitações. No entanto, é importante ressaltar que o livro não dispõe de símbolos, legendas ou escalas cartográficas típicas de mapas convencionais. Isso limita a capacidade do mapa de transmitir informações detalhadas sobre a geografia do Ceará.

Clareza e Legibilidade: Embora o mapa forneça uma visão geral do estado do Ceará, a falta de detalhes cartográficos adicionais, como símbolos e legendas, pode comprometer sua clareza e legibilidade. Sem esses elementos gráficos, a identificação de características específicas, como cidades ou acidentes geográficos, pode ser desafiadora para o leitor.

A escala do mapa pode não estar adequada para expor com clareza a diversidade geográfica do Ceará. Sem uma escala claramente definida, é difícil para o leitor avaliar as distâncias e proporções entre diferentes pontos do estado. Além disso, a orientação do mapa pode não ser explicitamente indicada, o que pode dificultar a compreensão da direção geográfica e a localização dos elementos representados.

O estilo do mapa é típico dos mapas produzidos na época, com linhas simples e poucos detalhes adicionais. No entanto, a ausência de elementos gráficos adicionais pode tornar o mapa visualmente monótono e menos atrativo para o leitor.

É importante observar que o livro analisado não dispõe de mais elementos gráficos além do mapa mencionado. Sua apresentação é limitada ao texto escrito e organizado em capítulos, o que pode restringir a capacidade do livro de transmitir informações geográficas de forma visualmente atraente e compreensível.

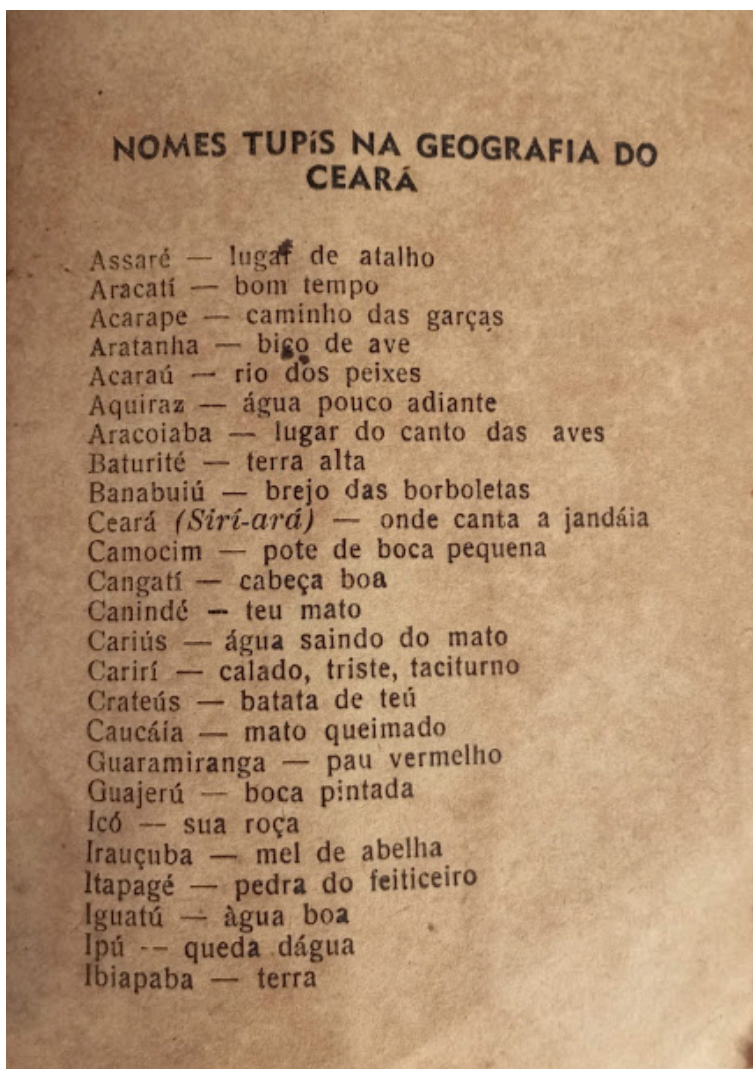
Embora o mapa presente no livro ofereça uma visão geral do estado do Ceará, suas limitações gráficas, como a falta de símbolos, legendas e escalas claras, podem comprometer sua eficácia em transmitir informações detalhadas sobre a geografia da região. A ausência de outros elementos gráficos no livro também pode limitar sua capacidade de engajar visualmente o leitor e tornar a leitura menos acessível e atraente.

Avaliação da Diversidade e Inclusão:

O livro analisado, datado de 1942, apresenta uma abordagem limitada em relação à diversidade étnica e inclusão social, especialmente no que diz respeito aos povos indígenas e à população negra do estado do Ceará. Embora reconheça a presença dos povos tupis na geografia local por meio de uma lista de nomes em tupi, a obra carece de uma análise mais abrangente e inclusiva das diferentes comunidades étnicas que contribuíram para a formação e desenvolvimento da região.

De acordo com Maia (2014) essa ausência recorrente também decorre do chamado decreto da extinção, um relatório elaborado pelo então presidente da província do Ceará, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior (1833-1885) e apresentado em outubro de 1863 onde se afirmava que no Ceará não havia mais indígenas, nem bravios, nem aldeados, o que contribuía para a invisibilização e negação da presença e dos direitos dos povos indígenas na região.

Figura 6 - Nomes tupis na Geografia do Ceará no livro *Pequena Corografia do Ceará*



Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

O livro não oferece uma discussão significativa sobre os povos indígenas que historicamente habitam o território cearense. Não há menção às suas culturas, tradições, modos de vida ou contribuições para a geografia e história da região. Essa omissão é especialmente problemática considerando a rica diversidade étnica e cultural das populações indígenas que habitavam o Ceará antes da colonização europeia.

Da mesma forma, o livro não aborda a presença e a contribuição da população negra para a formação e desenvolvimento do estado do Ceará. Não há discussão sobre a escravidão, a cultura afro-brasileira, as comunidades quilombolas ou a influência da diáspora africana na sociedade cearense. Essa ausência reflete uma lacuna significativa na representação da diversidade étnica e social da região.

A falta de inclusão de diferentes grupos étnicos e sociais na narrativa geográfica e histórica do Ceará compromete a compreensão integral dos processos históricos e das dinâmicas socioespaciais que moldaram a região ao longo do tempo. Ao negligenciar as contribuições e experiências das comunidades indígenas e negras, o livro oferece uma visão parcial e incompleta da diversidade cultural e social do estado.

O livro analisado revela uma lacuna significativa na abordagem da diversidade étnica e inclusão social, destacando a necessidade de uma revisão crítica e uma ampliação do debate sobre essas questões na produção de obras geográficas e históricas.

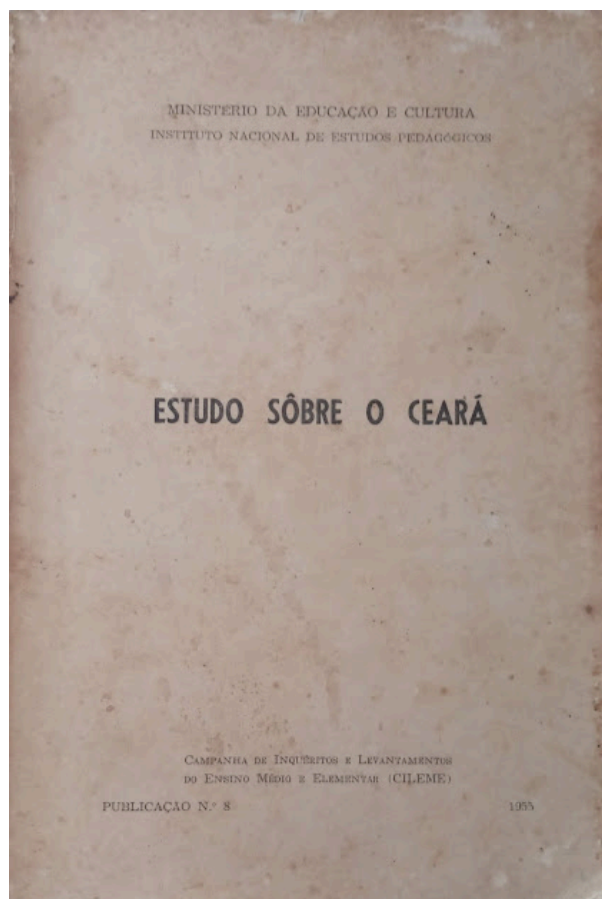
Além das omissões relacionadas à diversidade étnica e inclusão social, é importante observar que a lista de cearenses ilustres presente no livro é composta exclusivamente por homens. Essa ausência de mulheres na representação de figuras proeminentes da história cearense reflete a tendência histórica de centralizar os eventos e conquistas em torno da figura masculina, ignorando as contribuições significativas das mulheres para o desenvolvimento da região.

Ao limitar a lista de cearenses ilustres apenas a homens, o livro perpetua uma narrativa histórica que marginaliza a participação e os feitos das mulheres na construção da identidade e história do estado do Ceará. Isso sugere uma visão seletiva e tendenciosa dos eventos históricos, enfatizando a centralidade da figura masculina e minimizando o papel das mulheres na sociedade cearense.

3.1.2. ESTUDO SÔBRE O CEARÁ

O segundo livro é um resgate histórico do livro didático no Ceará, sob tutela do então Ministério da Educação e Cultura, em 1955, o livro *Estudo sôbre o Ceará*, de autoria do professor Joaquim Moreira de Sousa.

Figura 07 - Capa do livro *Estudos sobre o Ceará*



Fonte: BRASIL. Estudo sobre o Ceará. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro: CILEME, 1955.

Como essa obra foi organizada através da Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME), implantada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) instituída por Portaria Ministerial nº 160, de 26 de março de 1953, e como o objetivo da CILEME era realizar um panorama do ensino médio, há uma mescla de questões sobre a geografia do Nordeste e do Ceará, com elementos da própria organização escolar cearense, além de trazer questionamentos sobre a formação de professores e a relação dessa formação com a comunidade escolar.

Sobre essa atuação da CILEME, recorreremos aos arquivos históricos do INEP (1953), que nos traz

A CILEME para atingir seu objetivo essencial, que é o de medir e avaliar a situação real do ensino médio e do ensino elementar em todo o país, em condições de apurar as modalidades sob as quais se apresentam, as circunstâncias que os originaram e seu papel no quadro geral das instituições sociais - realizou vários inquéritos e levantamentos cujos resultados foram publicados sob a forma de livros. Alguns desses trabalhos, cuja amplitude de interesse por parte de autoridades e estudiosos não se poderia medir, a priori, com precisão, exigem reimpressão, por que estão aparecendo, cada vez mais, pessoas que desejam conhecê-los.

Semelhanemente, a CALDEME que visa a determinar o aparecimento de melhores livros didáticos, mediante a edição de manuais de ensino das diversas matérias dos currículos do ensino médio, bem como dos livros correspondentes para o grau elementar já está com alguns desses manuais em condições de serem editados em breve. (Brasil, 1953).

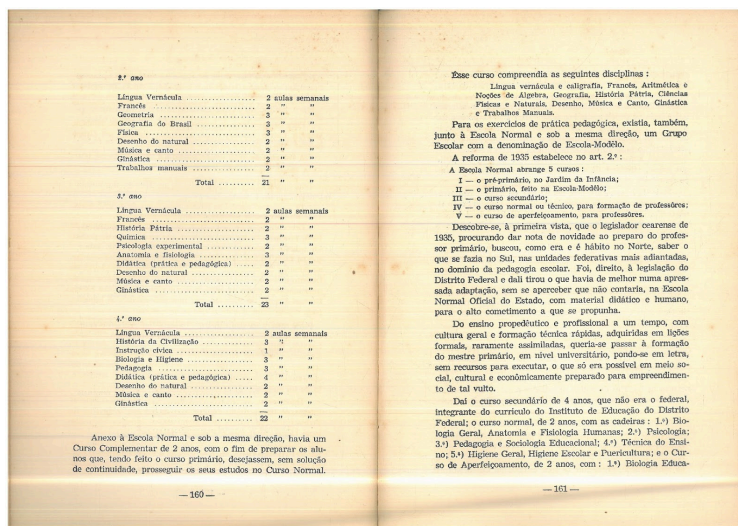
Temos então, um livro que traz informações geográficas sobre o estado do Ceará e que poderiam ser utilizadas a nível escolar ao mesmo tempo que faz um levantamento sobre a história escolar do estado e instiga a discussão sobre a educação quando traz tópicos sobre a Escola Nova, a formatação da Escola Normal e da Escola Normal no cenário rural, aspectos sobre a iniciação profissional.

Naquela época, a ênfase na temática regional refletia os objetivos do Estado Novo, que buscava dividir o território nacional para facilitar o controle e a execução de projetos econômicos pelo governo central. Em linha com essa visão, foi criado o Conselho Brasileiro de Geografia através do Decreto 1.527, em 24 de março de 1937, sendo incorporado ao Instituto Nacional de Estatística e autorizado a se filiar à União Geográfica Internacional.

Art. 1º Fica instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao Instituto Nacional de Estatística e destinado a reunir e coordenar, com a colaboração do Ministério da Educação e Saúde, os estudos sôbre a Geografia do Brasil e a promover a articulação dos Serviços oficiais (federais, estaduais e municipais), instituições particulares e dos profissionais, que se ocupem de Geografia do Brasil no sentido de ativar e sistematizado do território pátrio.

Por mais que sua estrutura seja enciclopédica, é um marco um material que retrata a geografia cearense, e que se desdobra para levantar as discussões sobre a organização escolar.

Figura 08 -Índice do livro *Estudos sobre o Ceará*, de 1955.



Fonte: BRASIL. Estudo sobre o Ceará. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro: CILEME, 1955.

Estrutura da obra:

Composta de 240 páginas, subdivididas em onze capítulos, que se destinam tanto a explicar a geografia local, quanto descrever a estrutura de ensino do estado do Ceará.

Figura 9 - Sumário do livro *Estudos sobre o Ceará* (1955)

SUMÁRIO		Págs.
I — INTRODUÇÃO — Educação, fenômeno eminentemente social. Escola, parte inerente do processo social total. O determinismo geográfico, nas relações humanas. A escola primária, na terra das sêcas, alheia, inteiramente, às causas e conseqüências do flagelo climático. A escola que conviria ao Ceará, por suas condições físicas, sociais e econômicas. A escola que lhe serviria	9- 12	
II — Geografia física do Nordeste Brasileiro. O "Polígono das Sêcas". O Ceará, região característica do Nordeste árido. Aspectos geográficos e antropogeográficos da "Terra do Sol": — o solo, o regime de águas, o clima, a flora, a fauna e a gente cearense. Zonas Fisiográficas. Incidência de fatores climáticos, na determinação de uma ecologia <i>sui generis</i> . A escola que se plantou, na terra, desservindo ao homem. Índices desoladores. Analfabetismo e pauperismo	13- 70	
III — A escola primária, no Ceará, desde os seus primórdios, segundo o estilo da época. O currículo escolar. O mestre da escola primária: recrutamento, seleção, preparo e treinamento. A escola literária, de pura alfabetização — Função desintegradora da escola, que não educa para o ambiente físico e social, onde atua	71- 80	
IV — Segunda fase, na História da Instrução Pública do Estado. O que foi e o que tem sido a escola de ensino médio, no Ceará. História romântica da criação da Escola Normal, onde se vêm preparando os professores do ensino primário cearense. Figuras marcantes do movimento que culminou com a criação do atual Instituto de Educação Justiniano Serpa — Currículo escolar. Relação do preparo do professor com a mentalidade cultural da época	80-118	
V — A instrução pública no Ceará, no Ano da Independência. Eminentemente educador paulista, na Terra das Sêcas. Sentido social de uma Reforma, cuja influência ainda perdura. Aspectos regionais da "Escola Nova". Aderção do povo à Reforma, como satisfação ao anseio geral de modificação, no sistema de vida da comunidade	118-133	Págs.
VI — O espírito renovador da Revolução de outubro de 1930 imprimindo aspectos diferentes à escola tradicional. Revitalização da "Escola Nova", segundo as exigências do meio físico e social. A "Escola Ativa", seus processos e métodos de ação em uma experiência dinamizadora — Ruralização da escola. Impactos da renovação com a rotina — A Primeira Escola Normal Rural do Brasil	133-154	
VII — Vulgarização da escola primária alfabetizante. O ensino nos municípios, segundo moldes ditatoriais. Uma reforma do ensino normal, no papel, com feição universitária. Universalização do diploma de professor primário. A especialização do ensino, na escola primária. Rumos desconcertantes, em obra destituída de filosofia e de planos	154-166	
VIII — Balanço geral da situação do ensino, no Ceará, atualmente. Um belo capítulo de Constituição. Diferenças alarmantes da Lei com as realizações práticas. A Escola Normal e a Escola Primária, sinais de uma época. O professorado, nos quadros "racionalis" da administração; desserviço à educação. Efeitos inesperados da "política" nos setores educacionais	167-212	
IX — Ensaio de uma nova escola, no preparo do professor primário, na terra, onde o povo, doente e sem indústria, precisa de alimento, de vestuário e de habitação. A Escola Normal de Juazeiro do Norte: sua vida, sua obra, sua ação civilizadora — Centros de Iniciação Profissional	213-230	
X — Ligeiras notas estatísticas, sobre o Ensino Superior no Ceará	231-234	
XI — Em decorrência de dados positivos, o que é lícito afirmar e concluir, no tocante à escola do Ceará	235-239	

Fonte: BRASIL. Estudo sobre o Ceará. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro: CILEME, 1955.

Introdução: Educação, fenômeno eminentemente social. Escola, parte inerente do processo social total. O determinismo geográfico, nas relações humanas. A escola primária, na terra das sêcas, alheia, inteiramente, às causas e conseqüências do flagelo climático. A escola que conviria ao Ceará, por suas considerações físicas, sociais e econômicas. A escola que lhe serviria.

É importante situar o capítulo no contexto histórico da década de 1950, marcada por transformações sociais, políticas e econômicas significativas no Brasil. Nessa época, a

educação era vista como um meio de promover o desenvolvimento nacional e combater desigualdades sociais, tornando-se um tema central de debates e políticas públicas.

O reconhecimento da educação como um fenômeno eminentemente social reflete uma compreensão da importância da escola e do processo educacional na formação da sociedade e na promoção do desenvolvimento humano. Isso sugere uma abordagem da educação que vai além do aspecto individual, considerando seu papel na construção do tecido social e na promoção do bem-estar coletivo.

A concepção da escola como parte inerente do processo social total ressalta sua integração com a comunidade e sua responsabilidade em refletir e atender às necessidades e demandas da sociedade em que está inserida. Isso implica em uma visão da escola como um espaço de interação e construção coletiva do conhecimento, em sintonia com os valores e aspirações da comunidade.

A menção ao determinismo geográfico sugere a influência do meio ambiente na determinação das condições sociais, econômicas e culturais de uma região. No contexto educacional, isso pode implicar na consideração dos aspectos físicos, sociais e econômicos do ambiente onde a escola está situada, e como esses fatores podem influenciar o processo educativo e as oportunidades de aprendizagem.

Contudo, ao atribuir um papel preponderante ao meio físico, negligenciam-se outros fatores relevantes, como aspectos políticos, históricos e culturais. A análise no trinômio Natureza-Homem-Economia precisa ser complementada por uma abordagem mais ampla e integrada, considerando a multiplicidade de fatores na construção do espaço geográfico e suas implicações na educação e na sociedade.

A referência à escola primária na terra das secas aponta para os desafios específicos enfrentados por regiões áridas e semiáridas, como o Ceará, no que diz respeito à educação. A escola é retratada como alheia às causas e consequências do flagelo climático, sugerindo uma desconexão entre a realidade local e as práticas educacionais vigentes.

O capítulo introdutório apresenta considerações sobre o tipo de escola que melhor serviria às necessidades físicas, sociais e econômicas do Ceará. Isso implica em uma reflexão sobre as características específicas da região e as demandas de sua população, visando propor alternativas educacionais mais adequadas e eficazes.

Apresenta uma abordagem multifacetada da educação, considerando sua dimensão social, a integração da escola com o contexto mais amplo da sociedade, a influência do meio ambiente nas relações humanas e as particularidades do contexto cearense no que diz respeito à educação.

No segundo capítulo, as subseções são: Geografia física do Nordeste Brasileiro. O Polígono das Sécas. O Ceará, região característica do Nordeste árido. Aspectos geográficos e antropogeográficos da Terra do Sol: o solo, o regime de águas, o clima, a flora, a fauna e a gente cearense. Zonas Fisiográficas. Incidência de fatores climáticos, na determinação de uma ecologia *sui generis*. A escola que se plantou, na terra, desservindo ao homem. Índices desoladores. Analfabetismo e pauperismo.

O terceiro capítulo, se estrutura da seguinte forma: A escola primária, no Ceará, desde os seus primórdios, segundo o estilo da época. O currículo escolar. O mestre da escola primária: recrutamento, seleção, preparo e treinamento. A escola literária, de pura alfabetização Função desintegradora da escola, que não educa para o ambiente físico e social, onde atua.

Na sequência, temos um capítulo que versa sobre a história da educação no estado, organizado da seguinte maneira: Segunda fase, na História da Instrução Pública do Estado. O que foi e o que tem sido a escola de ensino médio, no Ceará. História romântica da criação da Escola Normal, onde se vêm preparando os professores do ensino primário cearense. Figuras marcantes do movimento que culminou com a criação do atual Instituto de Educação Justiniano Serpa Currículo escolar. Relação do preparo do professor com a mentalidade cultural da época.

No quinto capítulo, os subtópicos estão definidos como: A instrução pública do Ceará, no Ano da Independência. Eminentemente educador paulista, na Terra das Secas. Sentido social de uma Reforma, cuja influência ainda perdura. Aspectos regionais da Escola Nova. Adesão do povo à Reforma, como satisfação ao anseio geral de modificação, no sistema de vida da comunidade.

Sexto capítulo: O espírito renovador da Revolução de outubro de 1930 imprimindo aspectos diferentes aos da escola tradicional. Revitalização da Escola Nova, segundo as exigências do meio físico e social. A Escola Ativa, seus processos e métodos de ação em uma experiência dinamizadora Ruralização da escola. Impactos da renovação com a rotina A Primeira Escola Normal Rural do Brasil.

Sétimo capítulo: Vulgarização da escola primária alfabetizante. O ensino nos municípios, segundo moldes ditatoriais. Uma reforma do ensino normal, no papel, com feição universitária. Universalização do diploma de professor primário. A especialização do ensino, na escola primária. Rumos desconcertantes, em obra destituída de filosofia e de planos

A organização do oitavo capítulo: Balanço geral da situação do ensino no Ceará, atualmente. Um belo capítulo de Constituição. Diferenças alarmantes da Lei com as

realizações práticas. A Escola Normal e a Escola Primária, sinais de uma época. O professorado, nos quadros racionais da administração; desserviço à educação. Efeitos inesperados da política nos setores educacionais

No penúltimo capítulo os temas abordados: Ensaio de uma nova escola, no preparo do professor primário, na terra, onde o povo, doente e sem indústria, precisa de alimento, de vestuário e de habitação. A Escola Normal de Juazeiro do Norte: sua vida, sua obra, sua ação civilizadora, Centros de Iniciação Profissional.

E encerrando a obra temos um último tópico, Ligeiras notas estatísticas, sobre o Ensino Superior no Ceará.

Avaliação de conteúdo:

A obra *Estudo sobre o Ceará*, publicada em 1955, apresenta uma análise abrangente e minuciosa da geografia local e da estrutura educacional do estado do Ceará. Composta por 240 páginas subdivididas em onze capítulos, o livro oferece uma visão detalhada das características geográficas, históricas, sociais e econômicas da região, ao mesmo tempo, em que examina criticamente o sistema educacional cearense da época.

A introdução do livro estabelece os fundamentos teóricos e conceituais que norteiam a análise subsequente. Ao destacar a educação como um fenômeno eminentemente social, a obra reconhece a importância da escola como parte integrante do processo social total. Nesse sentido, a escola é vista não apenas como uma instituição de ensino, mas também como um espaço de interação e construção coletiva do conhecimento, em consonância com os valores e aspirações da comunidade em que está inserida. Além disso, a menção ao determinismo geográfico sugere a influência do meio ambiente nas condições sociais, econômicas e culturais da região, ressaltando a importância de considerar os aspectos físicos, sociais e econômicos do ambiente na formulação de políticas educacionais.

Nos capítulos seguintes, o livro explora diversos aspectos da educação no Ceará, fornecendo uma análise detalhada e crítica do sistema educacional da época. O segundo capítulo, por exemplo, aborda a geografia física do Nordeste Brasileiro, destacando o Polígono das Secas e as características geográficas específicas do Ceará como uma região característica do Nordeste árido. São discutidos aspectos como solo, regime de águas, clima, flora, fauna e a população cearense, ressaltando a influência desses fatores na determinação de uma ecologia peculiar. No entanto, o capítulo também aponta para os desafios enfrentados pela escola primária na região, destacando a desconexão entre a realidade local e as práticas educacionais vigentes.

O terceiro capítulo, por sua vez, oferece uma análise da história da educação no estado, desde os primórdios da escola primária até a criação da Escola Normal, responsável pela formação dos professores do ensino primário cearense. Ao examinar o currículo escolar e o perfil do mestre da escola primária, o capítulo revela as limitações e desafios enfrentados pelo sistema educacional na preparação dos professores e na promoção da educação de qualidade. Destaca-se ainda a função desintegradora da escola, que muitas vezes não educa para o ambiente físico e social em que está inserida, evidenciando a necessidade de uma reformulação do sistema educacional para atender às demandas da comunidade.

Em capítulos subsequentes, o livro analisa as reformas educacionais e os desafios enfrentados pelo sistema de ensino cearense. O quinto capítulo, por exemplo, discute a instrução pública do Ceará no contexto da Independência, destacando a influência de educadores paulistas na região e o sentido social de uma reforma educacional. São abordados aspectos regionais da Escola Nova e a adesão do povo à reforma como resposta aos anseios por mudança no sistema de vida da comunidade. O sexto capítulo examina o impacto da Revolução de 1930 na escola tradicional, destacando a revitalização da Escola Nova e a ruralização da escola como parte de uma experiência dinamizadora. No entanto, são apontados os desafios e contradições dessa renovação, especialmente no que diz respeito aos processos e métodos de ensino adotados.

O sétimo e oitavo capítulos oferecem uma avaliação crítica da situação do ensino no Ceará na época, destacando diferenças entre a legislação educacional e sua implementação prática, bem como os efeitos da política nos setores educacionais. São discutidos temas como a vulgarização da escola primária alfabetizante, a especialização do ensino, a universalização do diploma de professor primário e os rumos desconcertantes de uma obra destituída de filosofia e planos. O livro conclui com uma análise estatística do ensino superior no Ceará, oferecendo uma visão abrangente da educação no estado.

Avaliação Pedagógica:

A obra apresenta uma variedade de temas que vão desde a geografia física e humana da região até a história e a situação educacional do estado. No entanto, apesar de suas contribuições, algumas limitações pedagógicas merecem ser consideradas.

Em primeiro lugar, o livro demonstra uma ênfase notável na descrição detalhada dos aspectos geográficos e históricos do Ceará, oferecendo aos leitores uma compreensão abrangente da paisagem física e dos recursos naturais da região. Essa abordagem contribui

para o enriquecimento do conhecimento dos alunos sobre sua própria terra, estimulando o senso de pertencimento.

No entanto, apesar da riqueza de informações apresentadas, o livro apresenta lacunas significativas em relação à inclusão de perspectivas diversas e à discussão de temas relacionados à diversidade étnica, cultural e social do Ceará. A ausência de abordagens inclusivas pode limitar a capacidade da obra de promover uma compreensão mais abrangente da realidade cearense, deixando de fora importantes aspectos da identidade e da experiência da população do estado.

Além disso, embora o livro forneça uma análise detalhada da situação educacional do Ceará, incluindo questões relacionadas à estrutura escolar, ao currículo e à formação de professores, ele parece carecer de uma reflexão crítica mais profunda sobre os desafios e as oportunidades enfrentados pelo sistema educacional da época. Uma análise mais aprofundada das políticas educacionais, das práticas pedagógicas e das necessidades dos alunos poderia enriquecer ainda mais o conteúdo pedagógico da obra.

Enquanto o livro *Estudo sobre o Ceará* oferece uma valiosa contribuição para o entendimento da geografia, história e educação do estado, sua avaliação pedagógica indica a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e crítica, que considere as diversas realidades e desafios enfrentados pela população cearense, especialmente no contexto educacional.

Além das considerações anteriores, é importante destacar que o livro *Estudo sobre o Ceará* se estrutura no trinômio Natureza-Homem-Economia, uma abordagem comum em estudos geográficos e sociais que tem em vista compreender as interações entre o meio ambiente natural, as atividades humanas e os aspectos econômicos de uma determinada região.

O modelo do trinômio pode reforçar uma visão antropocêntrica e utilitarista do meio ambiente, ao colocar a economia humana no centro da análise e relegar a natureza a um papel secundário, muitas vezes considerada apenas como um recurso a ser explorado em benefício humano. Isso pode levar a práticas insustentáveis de exploração dos recursos naturais e a desequilíbrios ambientais, sem considerar as consequências a longo prazo para o meio ambiente e para as comunidades locais.

Análise de Qualidade Gráfica:

Figura 10 - Página 53 do livro *Estudos sobre o Ceará*, de 1955

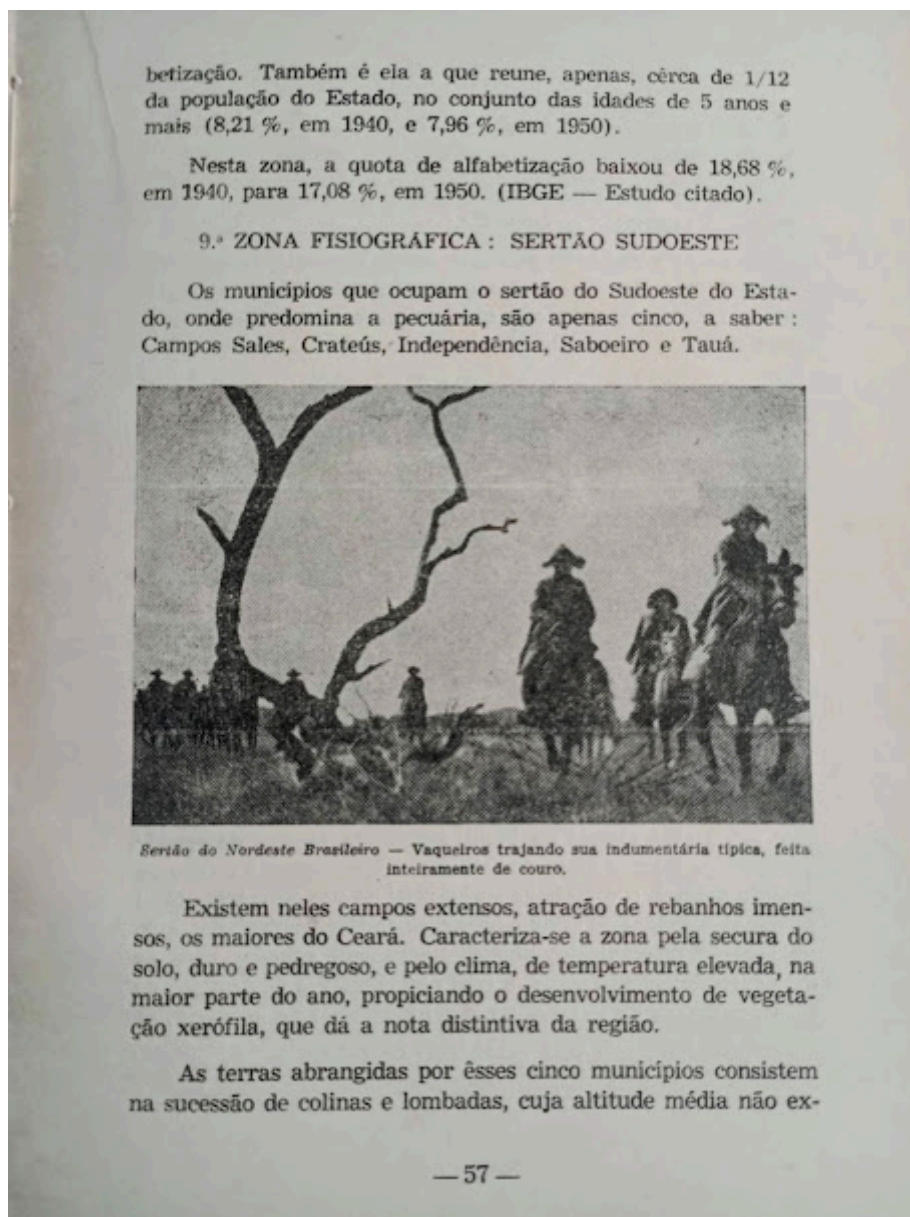


Fonte: BRASIL. Estudo sobre o Ceará. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro: CILEME, 1955, p.53.

A qualidade gráfica do livro *Estudo sobre o Ceará*, datado de 1955, revela uma preocupação com a apresentação visual dos conteúdos, apesar das limitações técnicas da época. As imagens de diferentes paisagens e regiões do estado desempenham um papel importante na ilustração dos aspectos geográficos e naturais discutidos ao longo da obra. A inclusão dessas imagens não apenas enriquece o conteúdo visual do livro, mas também ajuda os leitores a visualizarem as características físicas e geográficas do Ceará.

A combinação de imagens, mapas detalhados e tabelas organizadas contribui para uma apresentação visualmente mais atraente e informativa, destacando-se como um avanço significativo em relação à *Pequena Corografia do Ceará*.

Figura 11 - Página 57 do livro *Estudos sobre o Ceará*, de 1955



Fonte: BRASIL. Estudo sobre o Ceará. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro: CILEME, 1955, p.57.

Os mapas apresentados no livro, embora possam ter algumas limitações, demonstram um bom nível de detalhamento para a época. A presença de escalas e legendas nos mapas facilita a compreensão das informações apresentadas, permitindo que os leitores tenham uma noção clara das dimensões e das características geográficas representadas. Além disso, a

inclusão de legendas ajuda a identificar elementos geográficos importantes, como cidades, rios e estruturas geológicas, contribuindo para uma melhor compreensão do conteúdo cartográfico.

As tabelas dispostas ao longo do livro são simples, porém eficazes. Sua disposição clara e organizada facilita a leitura e a compreensão dos dados apresentados. Embora possam não ser tão elaboradas quanto as tabelas modernas, essas tabelas cumprem seu propósito de fornecer informações de maneira sucinta e acessível aos leitores.

No geral, a qualidade gráfica do livro *Estudo sobre o Ceará* impressiona para a época em que foi publicado. Apesar das limitações técnicas, o livro faz um bom uso de imagens, mapas e tabelas para complementar o texto e enriquecer a experiência de leitura. A disposição cuidadosa desses elementos gráficos contribui para uma apresentação visual atraente e informativa do conteúdo geográfico e educacional abordado na obra.

Avaliação da Diversidade e Inclusão:

A avaliação da diversidade e inclusão no livro *Estudo sobre o Ceará*, revela uma lacuna significativa em relação à representação e discussão de temas relacionados à diversidade étnica, cultural e social. Ao longo da obra, não há abordagem explícita sobre a diversidade da população cearense, incluindo a participação de grupos étnicos diversos, como indígenas, negros e outros segmentos.

A ausência de referências à diversidade étnica e cultural do Ceará sugere uma falta de consideração pelos múltiplos contextos e experiências vividas pela população do estado. Isso pode resultar em uma representação limitada e incompleta da realidade social e histórica da região, deixando de fora importantes aspectos da identidade e da cultura cearense.

Além disso, a falta de abordagem sobre a inclusão social e educacional indica uma possível omissão em relação às políticas e práticas voltadas para a promoção da igualdade de oportunidades no sistema educacional cearense. A obra não discute questões relacionadas à acessibilidade, equidade e inclusão no contexto da educação, deixando de reconhecer e enfrentar as barreiras e desigualdades enfrentadas por grupos historicamente marginalizados.

Portanto, a avaliação da diversidade e inclusão no livro *Estudo sobre o Ceará* aponta para uma lacuna significativa em relação à representação e discussão de temas essenciais para uma compreensão abrangente e inclusiva da realidade cearense. Essa ausência pode limitar a capacidade da obra de oferecer uma visão equitativa e representativa da diversidade étnica, cultural e social do estado, assim como de abordar questões importantes relacionadas à

inclusão e igualdade de oportunidades no sistema educacional e na sociedade cearense na totalidade.

Os dois primeiros livros de geografia do Ceará analisados apresentam uma perspectiva que oscila entre a escola Tradicional/Clássica e a Geografia Quantitativa. Esses livros concentram-se predominantemente na descrição dos elementos que formam a região e na localização dos acidentes geográficos. Ao adotar uma abordagem descritiva, esses textos priorizam o estudo da superfície terrestre e a organização do espaço geográfico isoladamente, sem integrar esses elementos à dinâmica política e social mais ampla.

A escola Tradicional/Clássica, com sua ênfase na descrição detalhada dos aspectos físicos e naturais, é evidente nesses livros, refletindo uma visão geográfica que valoriza a catalogação e a sistematização dos dados espaciais. Paralelamente, a influência da Geografia Quantitativa pode ser observada na tentativa de fornecer uma visão mais estruturada e analítica do espaço geográfico, utilizando técnicas e métodos que buscam uma compreensão objetiva dos fenômenos geográficos.

No entanto, essa abordagem tende a segmentar o estudo do espaço geográfico, limitando-se a identificar e descrever os componentes individuais, como rios, montanhas, e regiões climáticas, sem conectar esses elementos às interações humanas e às questões políticas. Assim, os estudos presentes nesses livros se voltam principalmente para a configuração física do território, deixando de lado a análise crítica sobre como esses elementos se relacionam com processos sociais e políticos.

Essa perspectiva reflete uma visão de geografia que, embora rica em detalhes descritivos e quantitativos, carece de uma abordagem holística que considere as dinâmicas políticas e sociais que influenciam e são influenciadas pela organização do espaço. A análise desses livros permite compreender as limitações e o foco das práticas educacionais da época, evidenciando a necessidade de uma geografia que integre aspectos físicos e humanos para oferecer uma visão mais completa e crítica do espaço geográfico.

Coleção Manual de Apoio 3, 4 e 5 - 8º série (1997/1998) - Seduc CE / TV Ceará

Durante mais de três décadas, o Ceará implementou um sistema de ensino à distância via televisão, chamado de telensino. A ação iniciada em 1974, com a transmissão de aulas pela TV Educativa (atualmente TV Ceará), visava ampliar o alcance educacional das séries finais do ensino fundamental, especialmente em regiões com escassez de professores.

De acordo com Bodião (1999) a ignição dessa ação surgiu após a Lei 5.692/71, que tornou obrigatório o ensino de 1º grau, com duração de oito anos.

No âmbito estadual, a Lei n.º 9.753/1973, indicava que a responsabilidade de produção da TV Educativa era de alçada da Fundação Educacional do Estado do Ceará- FUNEDUCE, posteriormente repassada para a Fundação de Teleducação do Estado do Ceará - FUNTELC, pela Lei n.º 10.264/1979.

As aulas, com duração aproximada de 10 minutos, eram transmitidas ao vivo dos estúdios da TVE. Em sala de aula, um orientador de aprendizagem auxiliava os alunos, tirando dúvidas e mediando o processo de ensino. Os estudantes também tinham materiais impressos, como manuais de apoio e cadernos de atividades, e suas notas eram calculadas com base em avaliações parciais e no desempenho individual em classe.

Em 1993, essa metodologia foi fortemente incentivada, tornando-se obrigatória em toda a rede estadual. Contudo, no início dos anos 2000, a Secretaria Estadual da Educação (Seduc) começou a substituir gradativamente o telensino pelo ensino convencional. Segundo o Projeto Escola do Novo Milênio (PENM), em 2007, a metodologia das aulas televisivas foi descontinuada devido a preocupações com a qualidade do ensino.

É nesse contexto que apresentamos a Coleção Manual de Apoio volumes 3, 4 e 5 - 8º série (1997 - 1998) - Seduc CE / TV Ceará, produzido em parceria com a Cooperativa de Profissionais Educação - ÁGORA, fundada em 1996, esta organização da sociedade civil sem fins lucrativos oferece diversos serviços educacionais.

Figura 12 - Capa do *Manual de Apoio*, unidade 3 para a 8ª série



Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

Estrutura da obra:

Cada um dos volumes abrange as disciplinas de Ciências, Educação Artística, Educação Religiosa, Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática, organizados em subtemas e aulas.

Figura 13 - Sumário do *Manual de Apoio, unidade 3 para a 8ª série*

GEOGRAFIA	
3ª UNIDADE	
SUBTEMA: CONHECENDO E DEFENDENDO A NATUREZA	
AULAS 15 E 16 - A BIOSFERA CORRE PERIGO	85
AULA 17 - A POLUIÇÃO É COISA DOS HOMENS	93
AULA 18 - APRENDENDO A DEFENDER A NATUREZA	100
AULA 19 - O CHÃO QUE PISAMOS: A LITOSFERA	106
AULA 20 - CONHECENDO ALGUNS ELEMENTOS DA LITOSFERA: ROCHAS E FORMAS DE RELEVO	111
AULA 21 - A ÁGUA DOS RIOS, SUA UTILIZAÇÃO E AS AMEAÇAS QUE ENFRENTAM	119

Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

Figura 14 - Sumário do *Manual de Apoio, unidade 4 para a 8ª série*

GEOGRAFIA	
4ª UNIDADE	
SUBTEMA: A POPULAÇÃO NO MUNDO	
AULAS 22 E 23 - COMO CRESCEM AS POPULAÇÕES NO MUNDO. E O QUE DIZEM MALTHUS, MARX E OS NEOMALTHUSIANOS	76
AULA 24 - A MORTALIDADE E NATALIDADE NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS E SUBDESENVOLVIDOS	84
AULA 25 - POR QUE MIGRAM AS POPULAÇÕES	92
AULA 26 - NUM MUNDO DE CONFLITOS E POVOS EM MOVIMENTO	97
AULA 27 - AS POPULAÇÕES E SUAS DIFERENÇAS SEGUNDO AS IDADES, OS SEXOS E AS ATIVIDADES QUE EXERCEM	104
AULA 28 - URBANIZAÇÃO E CIDADANIA	113
GEOGRAFIA	
5ª UNIDADE	
SUBTEMA: A ECONOMIA NO MUNDO	
AULAS 29 E 30 - CONHECENDO OS SETORES DA ECONOMIA.....	296
AULA 31 - A AGRICULTURA E OS SEUS PROBLEMAS.....	302
AULA 32 - A QUESTÃO DA TERRA E A REFORMA AGRÁRIA	310
AULA 33 - A ATIVIDADE INDUSTRIAL E SUAS CARACTERÍSTICAS	317
AULA 34 - AS INDÚSTRIAS ESPALHAM-SE PELO MUNDO	324
AULA 35 - O COMÉRCIO MUNDIAL SE EXPANDE	329

Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

Figura 15 - Sumário do *Manual de Apoio, unidade 5 para a 8ª série*

GEOGRAFIA	
7ª UNIDADE	
SUBTEMA: GLOBALIZAÇÃO E CIDADANIA	
AULAS 43 E 44 - O INDIVÍDUO COMO CIDADÃO DO MUNDO	339
AULA 45 - AS CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO	344
AULA 46 - A GEOGRAFIA DO MUNDO GLOBALIZADO	347
AULA 47 - OS BLOCOS ECONÔMICOS NA NOVA ORDEM MUNDIAL	352
AULA 48 - O NOVO PAPEL DO ESTADO	357
AULA 49 - GLOBALIZAÇÃO E O COTIDIANO	362

Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

Embora os volumes 3, 4 e 5 da série de Geografia ofereçam uma estrutura coerente e abordem uma vasta gama de temas essenciais para a compreensão das dinâmicas ambientais, econômicas e sociais, é importante destacar que, apesar do enfoque geral não ser o Ceará, existem algumas passagens nos livros que utilizam a realidade cearense para exemplificar certos fenômenos. Esta abordagem é extremamente relevante, ao permitir aos estudantes conectar os conceitos geográficos discutidos com a realidade local.

A inserção de exemplos baseados na realidade cearense enriquece o material didático e oferece aos alunos uma perspectiva mais contextualizada dos fenômenos geográficos.

Embora o material produzido pela Secretaria de Educação do Ceará ainda possa ampliar a inclusão de elementos específicos do Ceará e do Nordeste, a presença de exemplos regionais nas passagens que existem já é um passo positivo, mesmo que timidamente. Esta prática deve ser valorizada e incentivada, ao conectar os alunos com a realidade local, promovendo uma educação geográfica, tanto informada quanto pertinente ao contexto em que os estudantes vivem.

O Ceará possui características geográficas, ambientais, econômicas e sociais únicas que poderiam enriquecer a compreensão dos temas abordados. Por exemplo, ao discutir a Biosfera em Perigo, poderiam ser utilizados exemplos de ecossistemas locais, como a Caatinga, e como a desertificação e a degradação do solo afetam essa região. Isso não apenas tornaria o conteúdo mais relevante para os estudantes, mas também promoveria um maior engajamento e compreensão dos problemas ambientais que impactam diretamente suas vidas.

O capítulo denominado A poluição é coisa dos homens, inclui estudos de caso sobre a poluição em rios locais, como o Rio Ceará, e as medidas de conservação empreendidas pela comunidade local, ajudaria os alunos a ver a aplicabilidade prática dos conceitos teóricos. Da mesma forma, ao abordar A água dos rios, sua utilização e as ameaças que enfrentam, poderia haver uma análise das bacias hidrográficas cearenses, discutindo a importância do Rio Jaguaribe e os desafios enfrentados pela gestão hídrica no semiárido.

No Volume 4, que trata da economia, a Agricultura e os seus problemas seria muito mais enriquecedora com uma discussão sobre as práticas agrícolas no Ceará, como a produção de frutas no Vale do Jaguaribe ou os desafios enfrentados pelo agronegócio na região. A inclusão de políticas de reforma agrária específicas do Ceará também proporcionaria um contexto mais tangível para os estudantes, conectando a teoria com a realidade local.

A ausência de conteúdos locais ou regionais é uma oportunidade perdida para fortalecer o vínculo entre o conhecimento acadêmico e a vivência dos alunos. A inclusão de

temas e exemplos locais não só enriqueceria o aprendizado, mas também promoveria um maior senso de pertencimento e responsabilidade entre os estudantes, incentivando-os a se tornarem agentes ativos na transformação de sua própria comunidade.

Avaliação de conteúdo:

O Volume 3 foca na interdependência entre os seres humanos e o meio ambiente, explorando a biosfera e suas ameaças. O capítulo Biosfera corre perigo estabelece a premissa de uma crise ambiental global, situando os estudantes no contexto da vulnerabilidade dos ecossistemas. A poluição é coisa dos homens detalha a origem antropogênica da poluição, sublinhando a responsabilidade humana na degradação ambiental. Aprendendo a defender a natureza fornece estratégias de conservação, empoderando os alunos com conhecimentos práticos e teóricos sobre a proteção ambiental. A seção O chão que pisamos: a litosfera explica a importância geológica da litosfera, enquanto Conhecendo alguns elementos da Litosfera: rochas e formas de relevo oferece uma análise detalhada das características geológicas da Terra. Por fim, A água dos rios, sua utilização e as ameaças que enfrentam discute a gestão sustentável dos recursos hídricos, enfatizando a necessidade de proteção dos rios contra diversas ameaças.

O Volume 4 trata da economia global, dividindo-se em setores e suas problemáticas. Conhecendo os setores da Economia apresenta uma visão geral dos três setores econômicos (primário, secundário e terciário), facilitando a compreensão das estruturas econômicas. A agricultura e os seus problemas aborda as dificuldades enfrentadas pelo setor agrícola, incluindo questões de sustentabilidade e segurança alimentar. A questão da terra e a reforma agrária discute a distribuição de terras e as políticas de reforma agrária, crucial para entender a dinâmica social e econômica em regiões rurais. A atividade industrial e suas características analisa os diversos aspectos da industrialização, enquanto As indústrias espalham-se pelo mundo examina a globalização industrial e suas consequências. Por fim, O comércio mundial se expande explora o crescimento do comércio global, destacando as interdependências econômicas entre nações.

O Volume 5 abrange a complexidade da globalização e suas implicações para a cidadania. O indivíduo como cidadão do mundo discute o conceito de cidadania global, promovendo uma visão de responsabilidade e interconexão global. As contradições do processo de globalização examina as desigualdades e conflitos gerados pela globalização. A geografia do mundo globalizado analisa a reorganização espacial e econômica no contexto

global. Os blocos econômicos na Nova Ordem Mundial explica a formação e impacto dos blocos econômicos, como a União Europeia e NAFTA. O novo papel do Estado discute as transformações nas funções estatais diante da globalização, enquanto Globalização e o cotidiano explora como a globalização afeta a vida diária das pessoas.

Os três volumes oferecem uma cobertura ampla dos principais temas geográficos, desde questões ambientais e econômicas até a complexa teia da globalização e cidadania. Cada capítulo é estruturado para proporcionar uma compreensão estruturada dos assuntos. A integração dos temas ao longo dos volumes reforça a interconectividade das questões geográficas, promovendo uma educação contextualizada.

Avaliação Pedagógica:

O Volume 3 concentra-se na relação entre os seres humanos e o meio ambiente, abordando questões cruciais como a crise ambiental global e a responsabilidade humana na poluição. O capítulo Biosfera corre perigo estabelece uma base para a compreensão dos desafios ambientais, ressaltando a fragilidade dos ecossistemas. Em A poluição é coisa dos homens, a ênfase na origem antropogênica da poluição reforça a importância de comportamentos e políticas sustentáveis. Aprendendo a defender a natureza é fundamental para capacitar os estudantes com estratégias de conservação, promovendo ações práticas de proteção ambiental. A seção O chão que pisamos: a litosfera e Conhecendo alguns elementos da Litosfera: rochas e formas de relevo oferecem uma compreensão detalhada da geologia terrestre, essencial para a compreensão dos processos naturais e suas implicações para a vida humana. A água dos rios, sua utilização e as ameaças que enfrentam destaca a importância dos recursos hídricos e a necessidade urgente de sua gestão sustentável, promovendo a conscientização sobre a proteção dos rios contra diversas ameaças.

O Volume 4 aborda a economia global, estruturando-se em torno dos setores econômicos e suas problemáticas. Conhecendo os setores da Economia proporciona uma visão clara das divisões econômicas, facilitando a compreensão das estruturas produtivas. A agricultura e os seus problemas aborda as dificuldades do setor agrícola, destacando questões de sustentabilidade e segurança alimentar, fundamentais para o entendimento dos desafios rurais.

A questão da terra e a reforma agrária discute políticas de distribuição de terras, oferecendo uma perspectiva crítica sobre as dinâmicas sociais e econômicas em áreas rurais. A atividade industrial e suas características e As indústrias espalham-se pelo mundo examinam a industrialização e a globalização industrial, discutindo suas implicações

econômicas e sociais. O comércio mundial se expande explora a interdependência econômica global, destacando a importância do comércio para o desenvolvimento econômico e social.

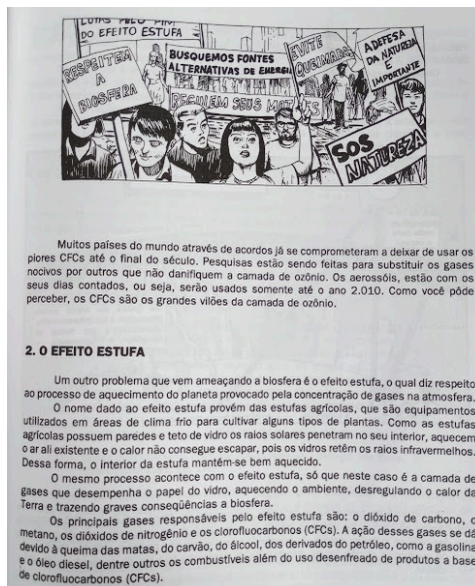
O Volume 5 abrange a complexidade da globalização e suas implicações para a cidadania. O indivíduo como cidadão do mundo discute a cidadania global, promovendo a responsabilidade e a interconexão entre indivíduos globalmente. As contradições do processo de globalização examina as desigualdades e conflitos resultantes da globalização, oferecendo uma visão crítica necessária para a compreensão das dinâmicas globais. A geografia do mundo globalizado analisa a reorganização espacial e econômica em um contexto global, promovendo um olhar sobre as transformações contemporâneas.

Os blocos econômicos na Nova Ordem Mundial explica a formação e o impacto dos blocos econômicos, como a União Europeia e NAFTA, contextualizando-os na geopolítica global. O novo papel do Estado discute as mudanças nas funções estatais diante da globalização, enquanto Globalização e o cotidiano explora as implicações da globalização na vida diária das pessoas, promovendo uma compreensão prática e contextualizada das mudanças globais.

A série de Geografia, através de seus volumes 3, 4 e 5, oferece uma educação geográfica integrada. Cada volume é cuidadosamente estruturado para abordar temas essenciais com profundidade e clareza, promovendo uma compreensão de determinadas questões ambientais, econômicas e sociais.

Análise de Qualidade Gráfica:

Figura 16 - Página 89 do *Manual de Apoio, unidade 3 para a 8ª série*

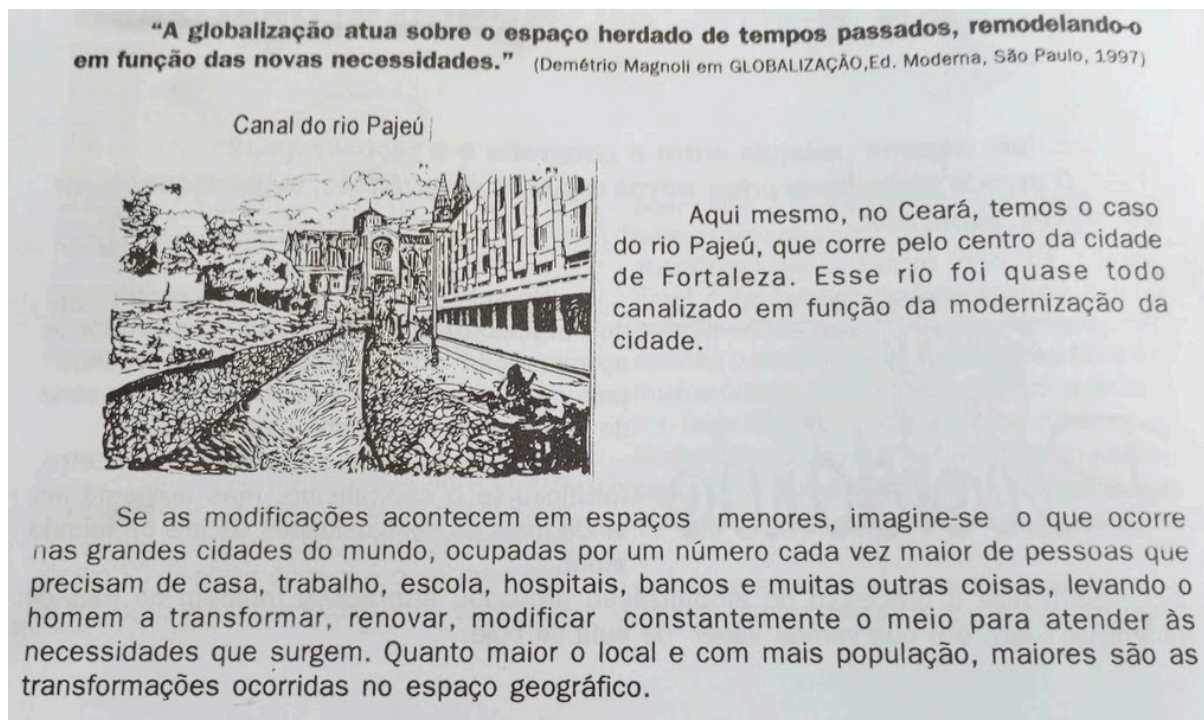


Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

A avaliação da qualidade gráfica do livro dos livros que compõem a Coleção de Manuais de Apoio - Seduc CE / TV Ceará revela um uso integrado de diversos elementos visuais, como tabelas, gráficos, imagens, mapas e enxertos de outros textos. Este uso integrado é particularmente relevante, pois amplifica e enriquece o conteúdo apresentado, oferecendo aos estudantes múltiplas perspectivas e formas de engajamento com o material.

As imagens selecionadas para o livro são especialmente notáveis por apresentarem exemplos da realidade cearense. Esta abordagem proporciona um primeiro exercício de análise de escala dos fenômenos geográficos, permitindo que os estudantes façam conexões concretas entre os conceitos teóricos e suas próprias experiências locais. Além disso, a inclusão de imagens que representam manifestações sociais participativas e combativas reforça a característica da corrente de pensamento da Geografia Crítica, que enfatiza a importância da análise das dinâmicas de poder, desigualdade e resistência dentro dos contextos geográficos.

Imagem 17 - Página do *Manual de Apoio, unidade 5 para a 8ª série*

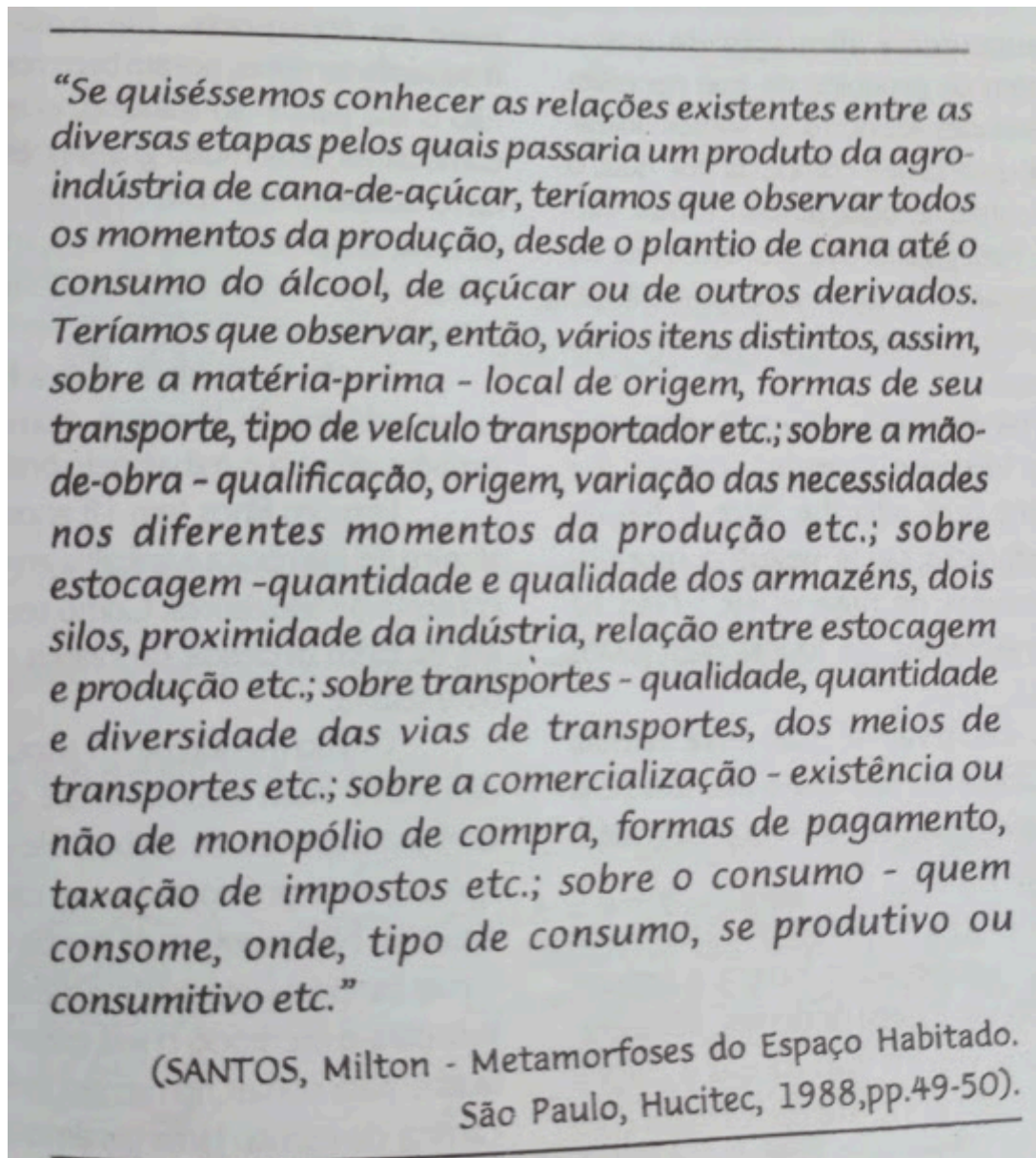


Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

Os gráficos e tabelas são utilizados de maneira a complementar e esclarecer o texto principal, facilitando a compreensão de dados complexos e permitindo uma visualização clara das tendências e padrões discutidos. Os mapas, por sua vez, não apenas ilustram a localização

geográfica de fenômenos específicos, mas também incentivam os alunos a pensar espacialmente e a considerar as interconexões entre diferentes regiões e escalas geográficas.

Figura 18 - Página do *Manual de Apoio, unidade 4 para a 8ª série*



Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

Os enxertos de textos, especialmente os de Milton Santos, são escolhidos com cuidado para adicionar profundidade e contexto ao material didático. Esta inclusão diversifica o conteúdo, introduzindo os alunos a diferentes estilos de escrita e argumentação, e oferecendo uma gama diversificada de vozes e perspectivas. A presença de textos de Santos reforça a

importância de uma geografia crítica e reflexiva, que considera as complexidades e desigualdades do mundo contemporâneo.

A qualidade gráfica do Manual de Apoio - Seduc CE / TV Ceará pode ser considerada eficaz e pedagógica. A utilização integrada de elementos visuais e textuais não só amplia o conteúdo apresentado, mas também engaja os alunos de maneira mais profunda e significativa. Ao incorporar exemplos da realidade cearense e manifestações sociais, o livro promove uma compreensão crítica e contextualizada da geografia, alinhando-se com os princípios da Geografia Crítica e reforçando a relevância do material para os estudantes locais.

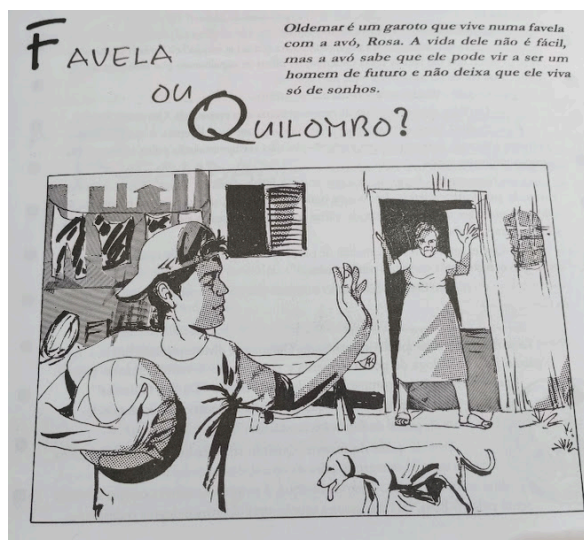
Avaliação da Diversidade e Inclusão:

Embora os volumes 3, 4 e 5 da série de Geografia ofereçam uma estrutura abrangente e abordem temas fundamentais para a compreensão das dinâmicas ambientais, econômicas e sociais, uma análise mais crítica a partir da perspectiva de diversidade e inclusão revela significativas lacunas.

Embora o enfoque geral dos capítulos de Geografia não seja especificamente o Ceará, embora existam alguns exemplos da realidade cearense utilizados para ilustrar fenômenos geográficos em uma dinâmica local-global e global-local, é necessário aprofundar a análise para garantir uma compreensão mais robusta dessas interações complexas.

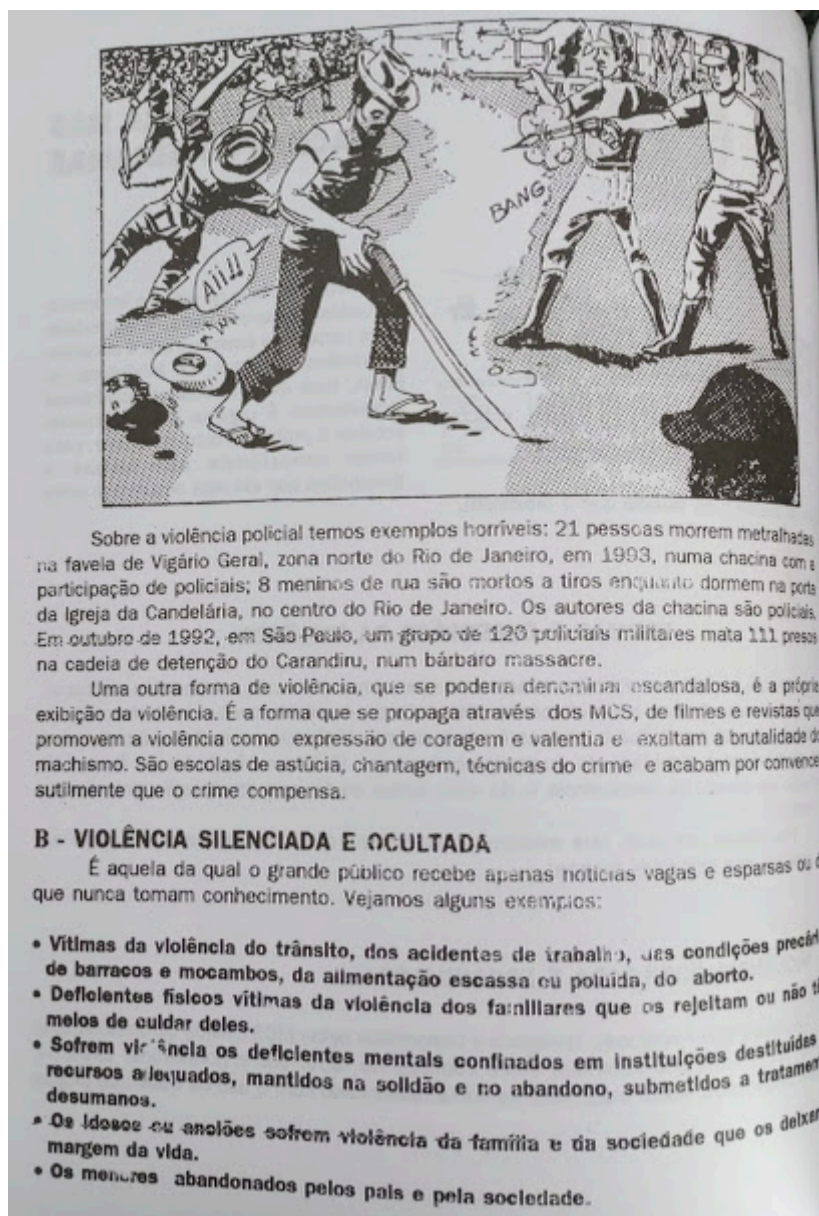
No entanto, é relevante destacar que temas relacionados à diversidade cultural, étnica/racial, violência, e organização de grupos sociais estão presentes nos capítulos de História, Educação Religiosa e Língua Portuguesa.

Figura 19 - Página do *Manual de Apoio*, unidade 5, para a 8ª série



Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

Figura 20 - Página do *Manual de Apoio*, unidade 4, para a 8ª série



Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

Esses capítulos utilizam a realidade cearense para exemplificar fenômenos importantes, como casos de violência, organização social e áreas periféricas. Essa abordagem é crucial, ao permitir que os alunos façam conexões significativas entre o conteúdo acadêmico e suas próprias experiências e contextos locais. Incorporar exemplos locais torna o material didático mais pertinente e envolvente, facilitando uma compreensão mais profunda e contextualizada das questões abordadas. Dessa forma, mesmo que a Geografia tenha suas limitações, a inclusão desses temas em outras disciplinas contribui para uma educação mais inclusiva, alinhada com a realidade dos estudantes.

Construindo o Ceará: ensino fundamental (2017). Fortaleza: Editora Demócrito Dummar.

No contexto educacional brasileiro, o acesso a materiais didáticos de qualidade, especialmente aqueles que abordam temas regionais e locais, desempenha um papel essencial na promoção da diversidade e na construção de uma educação mais contextualizada e inclusiva. Nesse sentido, as Edições Demócrito Rocha surgem como uma importante contribuição para o enriquecimento do cenário educacional, oferecendo materiais didáticos produzidos numa perspectiva local/regional.

As Edições Demócrito Rocha têm suas raízes firmadas na cidade de Fortaleza, Ceará, onde foram fundadas em 14 de abril de 1988. Desde então, a editora desempenha um papel fundamental na produção e distribuição de materiais didáticos voltados para o ensino básico e superior, com um foco especial na abordagem de temas relacionados à cultura, história, geografia, e aspectos sociais e econômicos específicos da região Nordeste, em especial do Estado do Ceará.

4.1.4. Construindo o Ceará

Construindo o Ceará - Geografia foi publicado em 2017 pela Editora Dummar e elaborado pelos professores Tércia Cavalcante, Zenilde Amora, José Borzacchiolo da Silva e Antônia Carlos da Silva. O livro da Editora Dummar é destinado para os alunos do ensino fundamental anos iniciais, estruturado em oito unidades temáticas.

Considerando o público alvo, é proveitoso comentar sobre o design lançado de capa a contracapa, os elementos gráficos assemelham-se às imagens da série de videogames Minecraft, uma divertida forma de aproximação com o público infantil.

Estrutura da obra:

Figura 21 - Sumário do livro *Construindo o Ceará - Geografia*, de 2017

Unidade	Título	Páginas
1	Um olhar sobre o Ceará	7
2	Estudando com mapas	29
3	Elementos naturais da paisagem	47
4	As paisagens do Ceará	73
5	As cidades do Ceará	91
6	O campo cearense	123
7	Construindo o meio ambiente	147
8	O Ceará, o Brasil e o mundo	177

Unidade 1: Um olhar sobre o Ceará

- Viver no Ceará 9
- Observando e descrevendo paisagens 14
- Quantos somos? 22
- Ceará, Fortaleza, Itapipoca... que significam esses nomes? 26

Unidade 2: Estudando com mapas

- Aprendendo a ler mapas 30
- O Ceará no mapa do Brasil 40
- O Brasil no planeta Terra 44

Unidade 3: Elementos naturais da paisagem

- Relevo: as formas da Terra 49
- O tempo e o clima 53
- A água: importante elemento da natureza 56
- O solo 65
- A vegetação 68

Unidade 4: As paisagens do Ceará

- O litoral 73
- O sertão 80
- As serras 84

Unidade 5: As cidades do Ceará

- Caracterizando nossas cidades 91
- As aglomerações urbanas do Ceará 96
- Dos povoados às vilas, das vilas às cidades 104
- As atividades econômicas nas cidades 109
- Problemas urbanos: buscando soluções 116

Unidade 6: O campo cearense

- Trabalho e vida no campo 123
- Agricultura 126
- Pecuária 135
- Pesca 138
- Extrativismo vegetal e mineral 141
- As relações entre a cidade e o campo 144

Unidade 7: Construindo o meio ambiente

- Os cuidados com o meio ambiente 148
- Buscando solução para o lixo 153
- O que está acontecendo com os rios e com as lagoas? 158
- Desmatamento, queimada e desertificação 162
- Os danos provocados pelo extrativismo 169
- A poluição do ar, sonora e visual 173

Unidade 8: O Ceará, o Brasil e o mundo

- Meios de transporte e vias de circulação 182
- Meios de comunicação e redes de informação 189

Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

Imagem 22 - Capa do livro *Construindo o Ceará - Geografia*, de 2017



Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

Retornando a organização do livro, a primeira unidade *Um olhar sobre o Ceará* traz alguns aspectos gerais como a divisão político-administrativa do estado, contudo a abordagem sobre as características do estado é bem diferente das obras anteriores, notamos que o conceito de lugar é trabalhado de forma mais incisiva, o lugar vivido agora está representado no livro didático, há uma aproximação do conteúdo com a vivência dos alunos. Nossa constatação é baseada no tópico Viver no Ceará, cujos autores inseriram a ideia de sentimentos e sensações não só do povo que nasceu no estado, mas daqueles que vivem no território e compartilham do modo cearense de vida.

Avançando na unidade há uma introdução ao conceito de paisagem, baseado nas ações de observar e descrever, lembrando que as paisagens colocadas como exemplos são de várias cidades do Ceará ao longo do tempo, inserindo um exercício de escala temporal, para retratar a composição da paisagem. Além disso, temos alguns conceitos de demografia/população com dados estaduais com o uso de gráficos e tabelas, o que como foi dito anteriormente possibilita a leitura de outras formas de linguagem, tais habilidades estão contempladas na BNCC:

(EF02GE08) Identificar e elaborar diferentes formas de representação (desenhos, mapas mentais, maquetes) para representar componentes da paisagem dos lugares de vivência.

(EF09GE14) Elaborar e interpretar gráficos de barras e de setores, mapas temáticos e esquemáticos (croquis) e anamorfoses geográficas para analisar, sintetizar e apresentar dados e informações sobre diversidade, diferenças e desigualdades sociopolíticas e geopolíticas mundiais.

(EF07GE10) Elaborar e interpretar gráficos de barras, gráficos de setores e histogramas, com base em dados socioeconômicos das regiões brasileiras.

(EF04GE10) Comparar tipos variados de mapas, identificando suas características, elaboradores, finalidades, diferenças e semelhanças. (BRASIL, 2018).

E encerrando a apresentação de elementos de história a partir da explicação dos topônimos.

Na unidade posterior, *Estudando com Mapas*, somos apresentados aos conceitos básicos de cartografia alinhado ao histórico da construção do território do estado além da movimentação de escala ao apresentar as relações Brasil, Ceará e Mundo. Adiante, na unidade 3, Elementos naturais da paisagem onde o foco é a associação dos elementos naturais que compõem a paisagem, trazendo nesse momento uma explanação sobre relevo, clima, solo, vegetação e no ponto sobre hidrografia há uma ênfase nos marcos históricos e construções de canais e açudes para minimizar os efeitos da seca na região.

Na unidade 4, *As paisagens do Ceará*, há um aprofundamento das relações entre a sociedade e a natureza, e a indicação da diversidade de paisagens no litoral, sertão e serras. A quinta unidade, *As cidades do Ceará*, o eixo são os elementos que constituem a paisagem urbana, os exemplos levantados são o da Região Metropolitana de Fortaleza, Região Metropolitana do Cariri e da Aglomeração de Sobral, neste tópico além do histórico das cidades cearenses e a construção da hierarquia regional, há uma inserção de pontos sobre economia, problemas urbanos e movimentos migratórios.

Mais adiante na unidade 6, *O campo cearense*, a atenção é voltada para o setor primário da economia, agricultura, pecuária e extrativismo, a uma exposição sobre os elementos da paisagem rural e a relação campo-cidade, onde há passagens sobre agricultura familiar e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A penúltima unidade *Construindo o meio ambiente* retoma os pontos sobre problemas ambientais do espaço urbano e rural, tema já discutido nas unidades anteriores, passamos pela informação sobre as leis de proteção ambiental, com um desdobramento para as unidades de conservação e turismo ecológico. Essa unidade também se destina às questões mais comuns quando o debate é sobre o meio ambiente, como lixo, poluição, desmatamento e processos que são mais sensíveis aos cearenses tendo em vista a dinâmica climática do estado, como a poluição das águas e a desertificação. O livro aborda os problemas ambientais como resultado da ação humana, com fona atividades econômicas.

Figura 23 - Página 91 e 92 do livro *Construindo o Ceará - Geografia*, de 2017



Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

Na última unidade, *O Ceará, o Brasil e o Mundo*, há o ápice da atividade com escalas, regional-nacional-mundial, trazendo elementos da globalização quando é retratado as redes de comunicação e transportes interligando as três escalas. Um ponto interessante é quando o livro traz manchetes sobre como o Ceará e o cearense tem uma presença fora dos limites estaduais.

Ao final dessa obra, *Construindo o Ceará - Geografia*, podemos indicar que é possível a elaboração de um livro didático, que traga a realidade regionalizada para explicar os mais diversos aspectos e conceitos da geografia. De linguagem simples, apresentação de trechos da literatura cearense, a composição gráfica baseada em elementos de videogames e de imagens de várias paisagens estaduais, sendo uma abordagem visual atrativa e próxima da vivência do estudante, dessa forma inclui-se os conceitos de lugar e paisagem.

Há deslocamentos da escala para estimular a percepção dos alunos de que os processos histórico-geográficos não são isolados, trazendo também os conceitos de região, território e rede. Incorpora-se também o conceito de espaço geográfico, sendo um processo de construção, com influências naturais, socioeconômicas e culturais.

Nesse livro, temos a experiência de que é possível estar alinhado aos temas da geografia tendo como ponto de partida o local/regional, mantendo-se alinhado às habilidades da BNCC, dessa forma com a possibilidade de dialogar melhor com os alunos que percebem que suas experiências estão representadas no livro didático.

Avaliação de conteúdo:

A obra apresenta uma abordagem precisa dos conceitos geográficos, oferecendo definições claras e exemplos pertinentes para os alunos do ensino fundamental. A atenção dada à regionalização e contextualização dos conceitos pode facilitar a compreensão dos estudantes.

O livro alinham-se com os objetivos educacionais do ensino fundamental, especialmente aqueles relacionados aos conceitos básicos de Geografia. Ele aborda temas como paisagem, território, lugar, espaço geográfico e fenômenos naturais e humanos, questões de introdução à cartografia fundamentais para a formação dos alunos nessa disciplina.

A obra ainda aborda os temas aspectos físicos, humanos e sociais do estado do Ceará e, além disso, a inclusão de elementos da cultura local e regional pode enriquecer a experiência de aprendizado dos alunos, tornando os conceitos mais tangíveis e relevantes para

suas vidas, oferecendo um recurso que pode auxiliar os alunos a compreenderem melhor o ambiente em que vivem e a se identificarem com a sua região. A utilização de exemplos locais e regionais pode aumentar o interesse dos estudantes e promover uma aprendizagem mais significativa.

Sua sequência está dividida em oito unidades temáticas, cada uma explorando diferentes aspectos da geografia do Ceará. Essa organização fornece uma progressão lógica de temas, permitindo aos alunos desenvolverem uma compreensão gradual e integrada da região. Com base na análise dos aspectos mencionados, a obra *Construindo o Ceará - Geografia* apresenta-se como um recurso educacional promissor para o ensino de Geografia no ensino fundamental.

Avaliação Pedagógica:

O livro está com os objetivos educacionais da disciplina de Geografia no ensino fundamental, conforme estabelecido pelas diretrizes curriculares nacionais. Ele aborda conceitos fundamentais para promover o entendimento do ambiente geográfico local e regional.

A obra apresenta um conteúdo diversificado e bem-estruturado, organizado em oito unidades temáticas. O sequenciamento dos temas parece ser lógico e progressivo, permitindo aos alunos uma compreensão gradual dos conceitos geográficos, desde aspectos gerais até detalhes mais específicos da região do Ceará.

É essencial indicar a variedade e a qualidade das atividades propostas no livro, as quais abrangem diversos níveis de dificuldade, incluindo algumas de caráter prático. Estas atividades incentivam a participação ativa dos alunos e a experimentação, isso certamente enriquecerá significativamente o processo de aprendizagem. Quando as atividades propostas estimulam a reflexão, promovem a análise crítica e permitem a aplicação prática dos conceitos aprendidos, os alunos são desafiados a pensar de forma mais profunda e a conectar o conteúdo com situações reais. Esse tipo de abordagem não apenas fortalece o desenvolvimento cognitivo dos estudantes, mas também os prepara melhor para enfrentar problemas e desafios em seu ambiente escolar e além.

O livro é direcionado aos alunos do ensino fundamental, anos iniciais, requerendo uma linguagem acessível e recursos visuais atrativos. A inclusão de elementos gráficos que remetem a jogos, como mencionado, pode ser uma estratégia eficaz para engajar os alunos mais jovens.

A contextualização do conteúdo geográfico com a realidade local e regional é um ponto forte do livro. Ao relacionar os conceitos com exemplos e situações próximas aos alunos, torna-se mais fácil para eles compreenderem a importância e a relevância da Geografia em suas vidas.

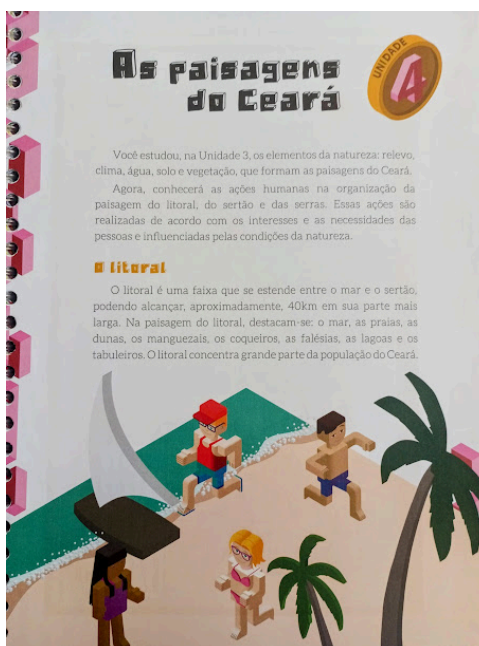
Considerando que o livro foi publicado em 2017, verifica-se que o conteúdo permanece atualizado e se reflete de maneira precisa a realidade geográfica e socioeconômica da região do Ceará. Vale ressaltar que, mesmo sendo direcionado ao ensino fundamental, o texto aborda temas atuais e relevantes, como questões ambientais, convivência com o semiárido, qualidade dos serviços públicos e mobilização social.

Análise de Qualidade Gráfica:

A avaliação da qualidade gráfica da obra *Construindo o Ceará - Geografia* envolve uma análise crítica dos elementos visuais presentes no livro, considerando sua estética, clareza, adequação ao público-alvo e contribuição para a experiência de aprendizagem.

Os elementos gráficos, com uma estética que se assemelha à ludicidade do jogo Minecraft, podem ser atrativos para o público-alvo do livro, especialmente para os alunos do ensino fundamental anos iniciais. A estética lúdica pode estimular o interesse e o engajamento dos alunos, tornando o aprendizado mais envolvente.

Figura 24 - Página 73 do livro *Construindo o Ceará - Geografia*, de 2017



Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

A clareza e a legibilidade dos elementos gráficos são fundamentais para garantir a compreensão do conteúdo pelos alunos. Verifica-se que os mapas, imagens e outros elementos visuais são apresentados claramente e de fácil interpretação, sem excesso de informações que sobrecarreguem os estudantes.

Os elementos gráficos devem estar adequados ao conteúdo abordado no livro, contribuindo para a compreensão dos conceitos geográficos apresentados. Se os mapas, por exemplo, estiverem bem elaborados e contextualizados, podem auxiliar os alunos na visualização e na compreensão de fenômenos geográficos.

Dessa forma, os elementos gráficos da obra contribuem significativamente para a experiência de aprendizagem dos alunos, enriquecendo o texto e facilitando a assimilação dos conteúdos. Se forem utilizados de maneira criativa e eficaz, podem tornar o aprendizado mais dinâmico e memorável.

Além do design dos elementos gráficos, é importante avaliar a qualidade da impressão e o acabamento do livro, aspecto evidente no título em questão, considerando que a impressão é colorida e em um material de qualidade. Assim, uma impressão de alta qualidade e um acabamento cuidadoso podem valorizar a obra e proporcionar uma experiência visual mais agradável para os usuários.

Avaliação da Diversidade e Inclusão:

Um livro didático voltado para a história e geografia de uma região deve necessariamente abordar a diversidade cultural e étnica que caracteriza essa região. No caso do Ceará, essa diversidade inclui a presença significativa de comunidades indígenas, afrodescendentes, influências portuguesas e a cultura sertaneja e litorânea. No entanto, *Construindo o Ceará* quase não desenvolve esses pontos de diversidade. Embora haja momentos em que grupos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), são apresentados, principalmente nos tópicos que versam sobre economia e as diferenças entre a vida rural e urbana, a obra falha em explorar profundamente a diversidade étnica e cultural da região.

Figura 25 - Página 124 do livro *Construindo o Ceará - Geografia*, de 2017

2. Planeje, sob a orientação do professor, uma aula de campo na zona rural do município onde você mora.

- Durante a aula, observe a paisagem e o modo de vida das pessoas. Levante questionamentos e faça anotações e desenhos. Se possível, fotografe o que chamou sua atenção.
- Em sala de aula, solicite ao professor orientações sobre como fazer o relatório da aula de campo. Redija o relatório e ilustre-o.
 - Ao final, reúna-se com seus colegas e seu professor para fazer uma avaliação coletiva desta atividade.





Foto: Roberto Kennedy / Jorge dos Santos

Trabalhador do campo em Nova Olinda



Caminhada de trabalhadores sem-terra

Muitos trabalhadores não têm terra para plantar, por isso trabalham na propriedade de outras pessoas, podendo ser arrendatários (alugam ou arrendam a terra), parceiros (dividem parte da produção com o proprietário) ou assalariados (trabalham em troca de salários).

Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

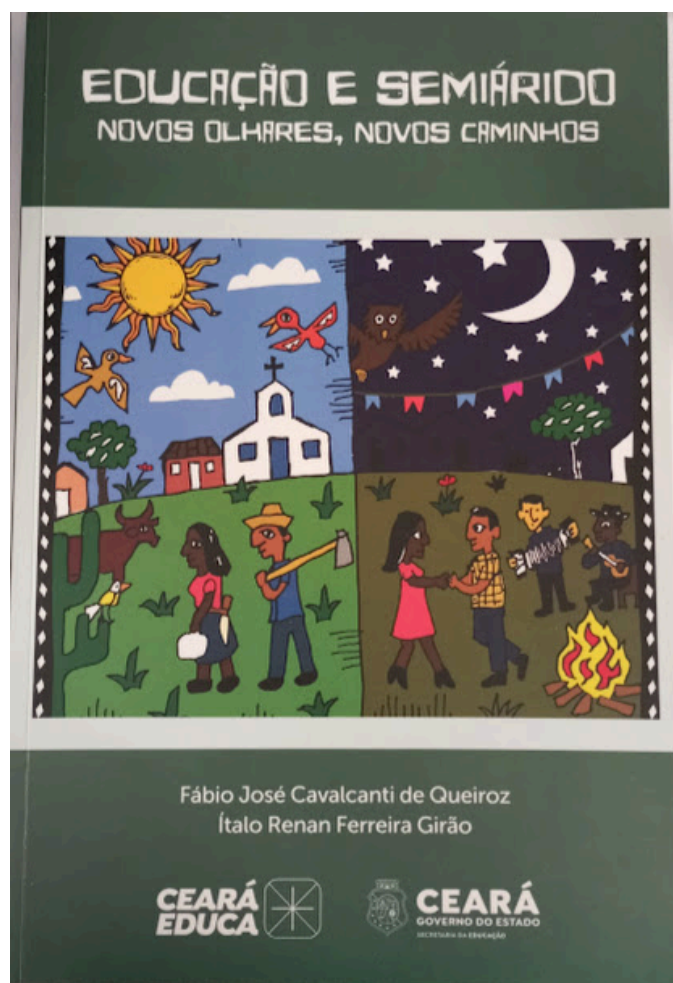
Na unidade 5, intitulada *As cidades do Ceará*, observa-se uma lacuna significativa na referência à cultura dos povos originários, à influência dos povos afrodescendentes e à representação das mulheres, especialmente nos tópicos que apresentam dados sobre a demografia local. A ausência de menções a essas importantes contribuições históricas e culturais limita a compreensão dos alunos sobre a verdadeira riqueza e diversidade do Ceará. A inclusão de histórias e relatos dessas comunidades seria essencial para uma visão mais completa e inclusiva da formação social e cultural do estado.

A diversidade e inclusão no livro *Construindo o Ceará* são aspectos essenciais que deveriam ser mais amplamente abordados para proporcionar uma educação que respeite e valorize todos os estudantes, independentemente de sua origem cultural, étnica, social ou de suas capacidades físicas e intelectuais. A abordagem limitada do livro em relação à diversidade étnica e cultural, bem como a ausência de uma representação significativa das

mulheres, revela uma área crítica para melhoria. Ao expandir esses tópicos, a Editora Demócrito Rocha poderia enriquecer o conhecimento dos alunos sobre o Ceará, promovendo valores de respeito, igualdade e justiça social, e contribuindo significativamente para a formação de uma sociedade mais inclusiva e consciente de sua diversidade.

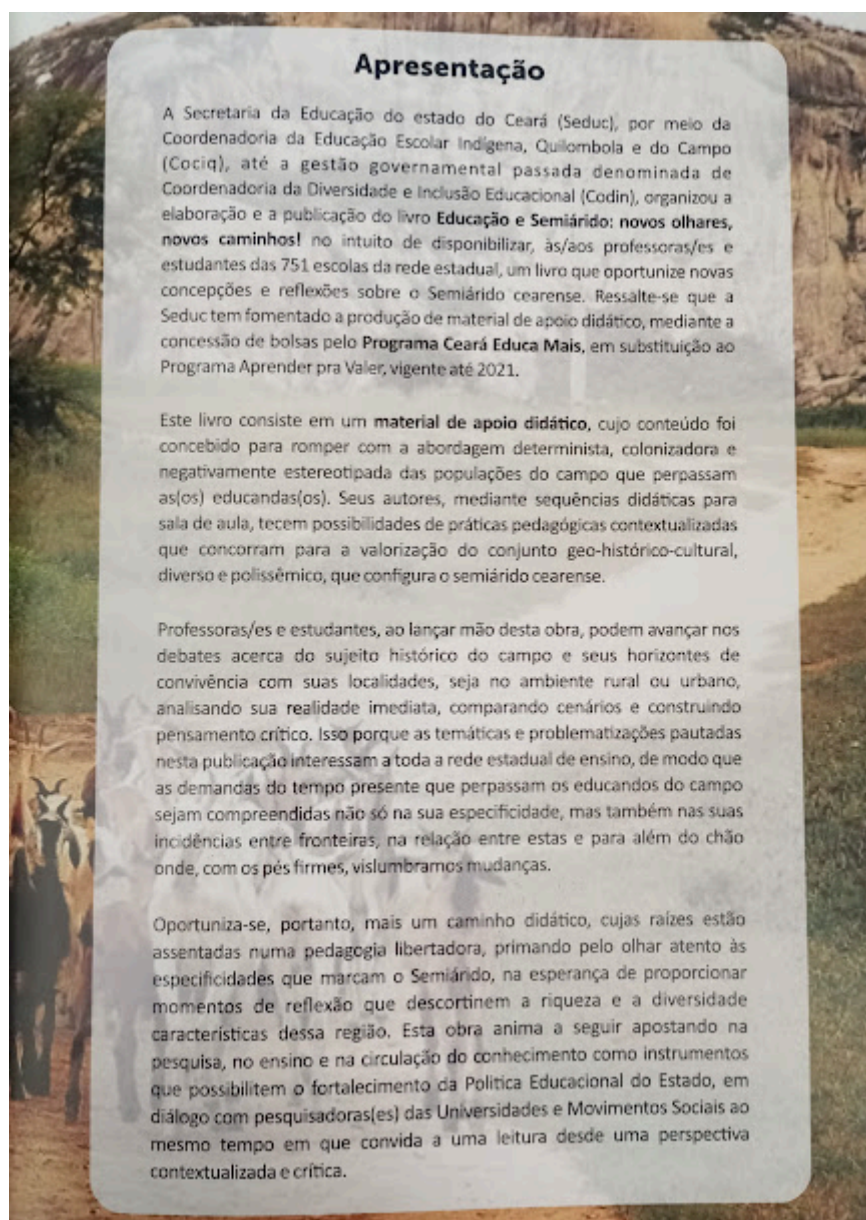
Educação e Semiárido: Novos olhares, Novos Caminhos - Secretaria da Educação - Ceará (2023)

Figura 25 - Capa do livro *Educação e Semiárido: novos olhares, novos caminhos*



Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

Figura 26 - Apresentação do livro *Educação e Semiárido: novos olhares, novos caminhos*



Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

A última obra a ser analisada é um material complementar produzido pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará, com organização do professor Ítalo Renan, coordenador do curso técnico em Meio Ambiente da Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) Salaberga Torquato Gomes de Matos, em Maranguape e do professor Fábio José Cavalcanti, professor associado do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (Urca).

O livro, que será disponibilizado para todas as escolas da rede pública estadual cearense, busca destacar a riqueza cultural, natural e humana do semiárido, e propõe um novo caminho para a convivência sustentável e justa com o meio ambiente. Além de ser fruto de extensa pesquisa, a obra revisita o trajeto histórico e analisa as potencialidades do semiárido,

destacando o protagonismo de diversos grupos sociais, como povos originários, camponeses e mulheres, em busca de soluções para os desafios dos sertões cearenses.

O Semiárido brasileiro, frequentemente retratado como um cenário árido e inóspito, onde a seca impera e a miséria se instala, esconde em sua essência uma realidade muito mais complexa e vibrante. Essa visão simplista, que ignora as riquezas da região, precisa ser superada.

Longe de ser um território homogêneo, o Semiárido é um mosaico de paisagens, culturas e modos de vida, cada recanto pulsa com uma identidade própria. As comunidades que habitam esse território, com suas tradições, saberes e práticas ancestrais, demonstram uma profunda conexão com o ambiente e uma capacidade ímpar de adaptação às suas condições desafiadoras.

A região é um celeiro de conhecimentos ancestrais, transmitidos de geração em geração através da cultura popular, da agricultura familiar e da medicina tradicional. Essa bagagem de saberes, muitas vezes subestimada, guarda soluções valiosas para os desafios da vida na região.

O modelo de coexistência com o Semiárido emerge como uma alternativa à visão tradicional de dominação da natureza. Essa abordagem propõe um relacionamento harmonioso entre o homem e o ambiente, reconhecendo a interdependência entre ambos.

É urgente desconstruir os mitos e preconceitos que cercam o Semiárido e para a construção de um novo olhar que celebre sua riqueza e potencial. Essa mudança de perspectiva exige um compromisso com a educação contextualizada, que reconhece as particularidades de cada região e promove o diálogo entre saberes acadêmicos e populares.

A Educação Contextualizada, fundamentada no paradigma da Convivência com o Semiárido, transforma a forma de ensinar e aprender Geografia. As práticas didático-pedagógicas se baseiam na realidade local, utilizando o próprio Semiárido como sala de aula.

Ao reinterpretamos o Semiárido com base em suas especificidades, reconhecemos a riqueza desse território e abrimos caminho para o desenvolvimento sustentável e a valorização da cultura local. Essa jornada de descoberta exige a participação de todos: comunidades, instituições de ensino, governos e sociedade civil, e de materiais didáticos que possibilitem esse exercício.

O material de 203 páginas, subdividido em quatro módulos e um posfácio.

Estrutura da obra:

Figura 27 - Sumário do livro *Educação e Semiárido: novos olhares, novos caminhos*

SUMÁRIO

12 | LISTA DE ABREVIATURAS

14 | LISTA DE FIGURAS

17 | LISTA DE TABELAS

19 | APRESENTAÇÃO

21 | PRA COMEÇO DE CONVERSA

23 | INTRODUÇÃO

MÓDULO 1 - HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO SEMIÁRIDO | 25

Seção 1

26 | Socioeconomia e a história de ocupação do Semiárido cearense

29 | Baião da Garoa (Luiz Gonzaga e Hervé Cordovil)

Seção 2

30 | A Geografia ambiental do Semiárido

30 | O território Semiárido

32 | O Semiárido cearense pensado a partir dos fatores físico-naturais

33 | Uma ideia ultrapassada: o Semiárido pensado a partir da visão de "combate à seca"

35 | Primeiras impressões: Os Sertões - Euclides da Cunha

37 | Vamos aprofundar

Ilustrações no rodapé: um homem com uma ferramenta, uma árvore, um pássaro, uma igreja, duas casas e um poste.

Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

Quadro 5 - Análise do livro *Educação e Semiárido: Novos olhares, Novos Caminhos*

Módulo	Seções
História e Geografia do Semiárido	Seção 1: Socioeconomia e a história de ocupação do Semiárido cearense Baião da Garoa (Luiz Gonzaga e Hervé Cordovil)

	<p>Seção 2: A Geografia ambiental do Semiárido O território Semiárido O Semiárido cearense pensado a partir dos fatores físico-naturais Uma ideia ultrapassada: o Semiárido pensado a partir da visão de 'combate à seca Primeiras impressões: Os Sertões - Euclides da Cunha Vamos aprofundar</p> <p>Seção 3: A diversidade geoeconômica do Semiárido e as suas formas socio-históricas da produção Box da Informação: Os povos indígenas hoje Box da Informação. Deu no jornal Diário do Nordeste (22-05-2019)</p> <p>Seção 4: Os desafios da gestão do espaço territorial Semiárido Semiárido pensado a partir da visão de convivência Construindo o saber: Técnica ABP (Aprendizagem Baseada em Problema Vivência sobre Cartografia local Referências bibliográficas do Módulo 1</p>
<p>As forças e os desafios que permeiam o Semiárido</p>	<p>Seção 1: Imagens do Semiárido do Século XX Retirantes (Cândido Portinari)</p> <p>Seção 2: Novos elementos basilares para a identificação físico-natural do Semiárido Flora do Semiárido: o domínio da Caatinga Sertão de Aço (Zé Marcolino e Luiz Gonzaga) Vamos aprofundar... Box da informação: Semiárido das nascentes</p> <p>Seção 3: Um debate necessário: a realidade de degradação ambiental do Semiárido A degradação ambiental no Semiárido cearense É possível não degradar o Semiárido? Box da Informação: Desertificação atinge 13% do Semiárido brasileiro e ameaça a conservação da Caatinga Box da Informação: 100% do território cearense corre risco de desertificação, Alerta FUNCEME</p> <p>Seção 4: O Ceará e as políticas públicas de combate e de</p>

	<p>convivência com o Semiárido Box da Informação: Mais de 100 mil famílias já foram atendidas com obras hídricas e mais de 70 mil com atividades educacionais e produtivas Construindo o saber: Técnica Coaching reverso Vivência sobre cobertura do solo e sua relação com a erosão Referências bibliográficas do Módulo 2</p>
<p>Semiárido pela ótica da Sociedade</p>	<p>Seção 1: Um sertão, uma cultura ou muitas culturas e muitos sertões? Explorando o conhecimento - Conhecendo os sertões: uma visita a uma escola do campo</p> <p>Seção 2: O/A sertanejo/a e suas manifestações culturais A cultura sertaneja manifestada pela vivência religiosa A cultura sertaneja manifestada pela literatura A cultura sertaneja manifestada pelos saberes e tradições Ceará, nossa história, nossa gente Box da Informação: Turismo Religioso Box da Informação: Ceará da Cultura Vamos aprofundar..</p> <p>Seção 3: A sociedade dos sertões: A quem interessa contar e a quem não interessa contar essa história? Box da Informação: As marcas visíveis e invisíveis da violência contra a mulher Box da informação: Ceará é o 5º estado do país com maior número de mortes violentas para LGBTs</p> <p>Seção 4: Direito à terra, ao trabalho e ao pão A realidade da terra no Ceará O trabalho e o pão limitados pela falta de políticas públicas de equidade Apontamentos para uma nova política Box da informação: 32 comunidades de descendentes aguardam demarcação no Ceará, alguns processos já de Quilombos duram 14 anos Box da informação: Mais de 14 mil famílias se declaram povos tradicionais no Ceará Construindo o saber: Técnica Diagnóstico Coletivo Vivência sobre Negritude Referências bibliográficas do Módulo 3</p>
<p>Como viver o/no Semiárido</p>	<p>Seção 1: Por que a irregularidade pluvial não é o fim do mundo?</p>

	<p>Explorando o conhecimento</p> <p>Seção 2: O Semiárido e a busca de 'festa, trabalho e pão' Vamos aprofundar...</p> <p>Seção 3: Técnicas e Tecnologias de convivência com o Semiárido Água A terra e o solo Tecnologias sociais no Semiárido Cisternas/Cisternas de placa/Cisternas calçadão/Cisternas de enxurrada Reuso de água Quintais produtivos Palma forrageira Permacultura Exemplos de práticas exitosas na área de Tecnologias Sociais no Semiárido Bioágua da Escola de Ensino Médio Filha da Luta Patativa do Assaré Sistema de energia solar na EFA Dom Fragoso Box da Informação: Produtores aprendem métodos de convivência com a seca no Ceará Explorando o conhecimento Captação de água da chuva in situ: aração e plantio/ Captação de água da chuva in situ: sulcamento pós-plantio/ Captação de água da chuva in situ: pré-plantio/ Captação de água da chuva in situ sulco barrado/ Captação de água da chuva in situ, aração em faixas Barragens sucessivas de contenção de sedimentos/ Barragem subterrânea/ Barragem submersa/ Barragem submersível</p> <p>Seção 4: Novos olhares, novos caminhos O que é agroecologia? Experiências em agroecologia Mandalas Uso de sementes crioulas Composteira e Minhocários Biodigestor Apicultura Caso 1: o Projeto Mandalla coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) do estado do Ceará Caso 2: os campos experimentais das Escolas do Campo do estado do Ceará e a busca por uma agroecologia plena no campo</p>
--	--

	<p>Box da Informação: Adubação Verde Box da Informação: Biofertilizante Box da Informação: A importância da diversificação em propriedades agroecológicas Box da Informação: Cordões de contorno Box da Informação: Rotação de culturas</p> <p>Seção 5: As melhores experiências exitosas de convivência com o Semiárido são sociais e têm rosto humano Construindo o saber: Técnica Sala de Aula Invertida Vivência sobre Sistema Agroflorestal - SAF Referências bibliográficas do Módulo 4</p>
<p>Posfácio - Mundo Social e Epidemias na História do Semiárido Cearense</p>	<p>A colonização portuguesa, o espalhamento de doenças e os povos originários O longo século XIX e a explosão epidêmica: o caso da varíola de 1878 Do século XIX ao XXI a sorte das populações sertanejas e as epidemias Do século XX ao XXI: o que o Semiárido precisa aprender das epidemias Uma última palavra sobre os nexos da Covid-19 e os sertões Referências bibliográficas deste posfácio Glossário Os Autores Coordenadoria da Educação Escolar Indígena, Quilombola e do Campo Cociq</p>

Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

Avaliação de conteúdo:

O Módulo 1 engloba tópicos sobre a história e a geografia do Semiárido cearense, abordando tanto a ocupação socioeconômica quanto os aspectos ambientais. Na seção 1, a discussão sobre a socioeconomia e a história de ocupação do Semiárido cearense é enriquecida pelo uso cultural da música Baião da Garoa de Luiz Gonzaga e Hervé Cordovil, que facilita a contextualização histórica e cultural da região. Contudo, a inclusão de mais dados quantitativos sobre a evolução demográfica e econômica poderia aprofundar a análise.

A seção 2 aprofunda a geografia ambiental do Semiárido, destacando os fatores físico-naturais que definem a região. A crítica à visão ultrapassada de 'combate à seca' e a proposta de uma perspectiva de convivência são pontos fortes, proporcionando um olhar contemporâneo e sustentável sobre a gestão dos recursos naturais. A referência ao clássico *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, contribui significativamente para a compreensão literária e histórica da região.

Na seção 3, a diversidade geoeconômica do Semiárido é discutida, enfatizando as formas socio-históricas da produção. A inclusão de informações atualizadas sobre os povos indígenas e notícias relevantes do *Diário do Nordeste* complementa a análise com uma perspectiva atual. No entanto, exemplos adicionais de casos específicos de sucesso econômico e sustentável seriam benéficos para ilustrar as possibilidades práticas na região.

A seção 4 aborda os desafios da gestão do espaço territorial do Semiárido, com foco na visão de convivência. A introdução da técnica de Aprendizagem Baseada em Problema (ABP) e a vivência sobre cartografia local são métodos educativos valiosos que incentivam o engajamento prático dos alunos.

No Módulo 2 foca nas forças e desafios do Semiárido, destacando imagens e elementos basilares da região. Na seção 1, a obra *Retirantes*, de Cândido Portinari, é utilizada para ilustrar uma das muitas realidades do Semiárido. No entanto, a inclusão de outras representações artísticas e literárias poderia oferecer uma visão mais diversificada.

Na seção 2 a descrição de novos elementos para a identificação físico-natural do Semiárido, com ênfase na flora e na música *Sertão de Aço*. A seção é bem estruturada, mas poderia se beneficiar de estudos recentes sobre mudanças climáticas. Seção 3 versa sobre a degradação ambiental, discutindo a desertificação e propondo soluções. A inclusão de dados atuais sobre desertificação e alertas da FUNCEME são pontos fortes.

Na seção 4, as políticas públicas de combate e convivência com o Semiárido são discutidas, com destaque para iniciativas hídricas e educativas. A técnica de Coaching reverso e a vivência sobre cobertura do solo são abordagens inovadoras que incentivam o aprendizado ativo.

O Módulo 3 explora o Semiárido sob a ótica da sociedade, destacando a diversidade cultural e social. Na seção 1, a discussão sobre as múltiplas culturas do sertão é enriquecida pela visita a uma escola do campo, promovendo uma abordagem prática e educativa. Na seção 2, as manifestações culturais do sertanejo são bem exploradas, abordando vivências religiosas, literárias e tradicionais.

A seção 3 discute a sociedade dos sertões, abordando temas como violência contra a mulher e LGBTs. A inclusão de dados sobre violência e a discussão crítica são pontos fortes. Na seção 4, o direito à terra, ao trabalho e ao pão é discutido, destacando a realidade da terra no Ceará e as limitações impostas pela falta de políticas públicas de equidade. A técnica de Diagnóstico Coletivo e a vivência sobre Negritude são abordagens valiosas para promover a conscientização e o engajamento social. A inclusão de mais exemplos de políticas públicas bem-sucedidas poderia oferecer uma visão mais esperançosa.

O Módulo 4 oferece um olhar prático sobre a convivência com o Semiárido, abordando técnicas e tecnologias sustentáveis. Durante a seção 1, a discussão sobre a irregularidade pluvial promove uma visão positiva e prática. Na seção 2, a busca por 'festa, trabalho e pão' é aprofundada, promovendo uma compreensão holística das necessidades humanas no Semiárido.

Na seção 3 destacam-se as técnicas de convivência, como cisternas, reuso de água, e permacultura, oferecendo exemplos práticos e acessíveis. A inclusão de práticas exitosas e o uso de tecnologias sociais são pontos fortes. Seção 4, novas perspectivas sobre agroecologia são apresentadas, destacando mandalas, sementes crioulas, e biodigestores. A inclusão de casos práticos, como o Projeto Mandalla, enriquece a seção.

Na seção 5, as melhores experiências de convivência com o Semiárido são destacadas, com enfoque nas técnicas de Sala de Aula Invertida e vivência sobre Sistema Agroflorestal. A inclusão de exemplos de sucesso humano e social é inspiradora.

O posfácio aborda as epidemias na história do Semiárido, desde a colonização portuguesa até a Covid-19. A discussão sobre o impacto das epidemias na população sertaneja é crucial para compreender os desafios históricos e atuais.

Avaliação Pedagógica:

O livro *Educação e Semiárido* é estruturado em quatro módulos, cada um deles abordando diferentes aspectos do Semiárido cearense, desde a história e geografia até as técnicas de convivência sustentável. A sequência pedagógica dos módulos é intencionalmente organizada para promover uma compreensão progressiva e integrada da região, começando com uma base histórica e geográfica no Módulo 1, passando pelos desafios e forças atuais no Módulo 2, explorando a sociedade e cultura local no Módulo 3 e culminando em práticas sustentáveis de convivência no Módulo 4.

A estrutura sequencial facilita uma aprendizagem cumulativa, onde os conhecimentos adquiridos em cada módulo servem de alicerce para os módulos subsequentes. Esta abordagem pedagógica é eficaz em promover um entendimento profundo e contextualizado, além de incentivar a aplicação prática dos conhecimentos em contextos reais.

No Módulo 1, que trata da história e geografia do Semiárido, a Seção 4 introduz a técnica de Aprendizagem Baseada em Problema (ABP). A intenção pedagógica desta técnica é incentivar os alunos a enfrentarem problemas reais do Semiárido, promovendo habilidades de resolução de problemas, pensamento crítico e trabalho colaborativo. Esta técnica é essencial para conectar teoria e prática, permitindo que os alunos apliquem o conhecimento

adquirido sobre a geografia e história do Semiárido em situações concretas. Sugestões de atividades incluem estudos de caso para analisar problemas específicos da gestão territorial do Semiárido e projetos colaborativos sobre temas como uso sustentável dos recursos hídricos e combate à desertificação.

No Módulo 2, que aborda as forças e os desafios do Semiárido, a Seção 4 apresenta a técnica de Coaching Reverso. Esta técnica promove o aprendizado mútuo e a reflexão crítica, permitindo que alunos e professores aprendam juntos. A técnica é relevante para a criação de um ambiente de aprendizado dinâmico, onde os alunos são encorajados a questionar, refletir e contribuir ativamente para o processo de aprendizagem. Sugestões de atividades incluem sessões de feedback onde os alunos oferecem feedback construtivo sobre o conteúdo aprendido e a metodologia utilizada, além de debates sobre temas atuais como a degradação ambiental e as políticas públicas no Semiárido.

No Módulo 3, que explora a sociedade do Semiárido, a Seção 4 utiliza a técnica de Diagnóstico Coletivo. Esta técnica envolve os alunos em uma análise profunda e colaborativa das questões sociais e culturais do Semiárido. Ela é fundamental para desenvolver a compreensão crítica e a consciência social dos alunos, permitindo-lhes explorar as desigualdades e desafios enfrentados pela população do Semiárido. Sugestões de atividades incluem mapeamento social para identificar comunidades tradicionais e os desafios que enfrentam, bem como entrevistas e pesquisas com membros da comunidade para entender melhor suas necessidades e perspectivas.

No Módulo 4, focado em como viver no Semiárido, a Seção 5 emprega a técnica da Sala de Aula Invertida. Esta técnica incentiva os alunos a estudarem os materiais de forma independente antes das aulas, utilizando o tempo em sala para discussões aprofundadas e atividades práticas. A técnica promove a autonomia do aluno, o engajamento ativo e a aplicação prática dos conhecimentos, especialmente relevante para temas complexos como técnicas de convivência sustentável. Sugestões de atividades incluem pré-aulas *online* com vídeos e artigos sobre tecnologias sociais no Semiárido, além de workshops práticos em sala de aula para construir e testar tecnologias como cisternas de placa e sistemas de permacultura.

O livro *Educação e Semiárido* utiliza uma sequência pedagógica bem planejada e técnicas de ensino inovadoras que são altamente relevantes para a educação sobre o Semiárido cearense. As seções Construindo o saber em cada módulo são particularmente valiosas, pois introduzem métodos de aprendizagem ativa e participativa, incentivando os alunos a aplicar os conhecimentos teóricos em contextos práticos e a desenvolver habilidades essenciais como pensamento crítico, resolução de problemas e trabalho colaborativo. Estas técnicas não apenas

enriquecem a experiência educacional, mas também capacitam os alunos a contribuir de forma significativa para a sustentabilidade e o desenvolvimento da região do Semiárido.

Avaliação de Inclusão e Diversidade:

Figura 28 - Página 118 do livro *Educação e Semiárido: novos olhares, novos caminhos*

EDUCAÇÃO E SEMIÁRIDO

Refletindo sobre o tema

- 1) O que a constituição brasileira de 1988 nos diz referente aos direitos sociais do povo?
- 2) Observando a tabela 05, que trata da terra no Ceará, quais interpretações você pode construir? A terra no Ceará é bem distribuída ou concentrada? Como você avalia o fato de 95,5% dos donos da terra possuírem apenas uma pequena propriedade para produzir?
- 3) Você considera que a concentração de terra é um fator que gera pobreza no campo? Como você avalia a necessidade de Reforma Agrária?
- 4) Pesquise sobre os 17 ODS e apresente-os. Na sua percepção e a partir da sua realidade, estamos no caminho certo para alcançá-los? Quais desses objetivos você considera como principais para sua realidade de vida?

1) Observe as seguintes imagens:



Fonte: Ceará (2019).

- a) Qual o papel do negro na construção da sociedade cearense e do Semiárido? Qual a participação do negro e dos grupos quilombolas no campo?
- b) Há preconceito com relação a cor da pele, de tal modo que o negro, a mulher ou o pobre se sintam seres excluídos da sociedade?
- c) Você já presenciou alguma forma de preconceito? O que pode ser feito para que, isso não aconteça mais?

Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

Figura 29 - Página 119 do livro *Educação e Semiárido: novos olhares, novos caminhos*



Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

O livro *Educação e Semiárido* se destaca por sua abordagem inclusiva e diversa, tratando de questões fundamentais para a promoção da equidade e justiça social. A inclusão de temas como a comunidade LGBT, os povos tradicionais, a negritude e a violência contra a mulher não apenas enriquece o conteúdo educacional, mas também desempenha um papel na formação de uma sociedade mais consciente, empática e inclusiva. Ao trazer esses assuntos para o debate, o livro cumpre uma função educacional vital, preparando os alunos para se tornarem agentes de mudança em suas comunidades e no mundo.

Incluem-se discussões sobre a violência e discriminação enfrentadas pela comunidade LGBT, destacando dados alarmantes, como o fato de o Ceará ser o 5º estado do país com maior número de mortes violentas para LGBTs. A inclusão deste tema é crucial para conscientizar os estudantes sobre as questões de violência e discriminação, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso. Este enfoque permite que os alunos desenvolvam empatia e compreensão em relação às experiências da comunidade LGBT, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados na luta por direitos iguais.

Os povos tradicionais, incluindo as comunidades indígenas e quilombolas, são abordados significativamente no livro. Com informações sobre a situação atual desses povos, como as 32 comunidades de descendentes que aguardam demarcação no Ceará e as mais de 14 mil famílias que se declaram povos tradicionais, o livro revisita a importância da preservação cultural e dos direitos territoriais. Discutir a realidade desses grupos no contexto educacional é essencial para reconhecer e valorizar a diversidade cultural do Brasil, bem como para sensibilizar os alunos sobre as lutas históricas e contemporâneas desses povos por reconhecimento e direitos.

Sobre os pontos da história da população negra no estado, a abordagem se desenvolve na promoção, reconhecimento e valorização da contribuição dos afrodescendentes à cultura e história brasileira. A inclusão de atividades e vivências sobre negritude no currículo é fundamental para combater o racismo estrutural e promover a equidade racial. Ao explorar a história e as culturas afro-brasileiras, o livro contribui para a formação de uma identidade nacional mais inclusiva e justa, onde a diversidade é vista como uma riqueza.

O livro também aborda a violência contra a mulher, um tema de extrema relevância e urgência. Ao discutir as marcas visíveis e invisíveis dessa violência, o livro não apenas informa, mas também sensibiliza os alunos para um problema que afeta diretamente a sociedade. Incluir este tema no currículo educacional é vital para educar os alunos sobre questões de gênero e violência, promovendo a igualdade e respeito entre os sexos. Além disso, ao conscientizar os estudantes sobre a violência contra a mulher, o livro contribui para a criação de uma sociedade mais segura e equitativa.

A inclusão de temas como a comunidade LGBT, os povos tradicionais, a negritude e a violência contra a mulher em um livro didático é de suma importância por várias razões. Como a conscientização e Empatia, ao expor os estudantes a diversas experiências e realidades, assim os alunos aprendem a valorizar as diferenças e a respeitar todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual, origem étnica ou gênero.

Discutir questões sociais e de direitos humanos no ambiente escolar ajuda a formar cidadãos críticos e conscientes. Os estudantes são encorajados a questionar injustiças e a se engajar em ações que promovam a equidade e a inclusão.

A diversidade é uma característica fundamental da sociedade moderna. Preparar os alunos para viverem e trabalharem em ambientes diversos é essencial para o sucesso pessoal e profissional. A educação é uma ferramenta poderosa para combater preconceitos e discriminações. Ao incluir temas de diversidade e inclusão, o livro contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Para estudantes pertencentes a grupos minorizados, ver suas histórias e experiências representadas nos materiais didáticos fortalece a identidade e a autoestima. Sentir-se representado e valorizado no ambiente escolar é fundamental para o desenvolvimento saudável e positivo.

O livro *Educação e Semiárido* rompe com a lógica tradicional dos livros de geografia que seguem a estrutura Natureza-Economia-Homem ao adotar uma perspectiva fundamentada na Geografia Cultural e Ambiental. Enquanto o trinômio Natureza-Economia-Homem segmenta a análise geográfica em compartimentos relativamente estanques, a obra *Educação e Semiárido* propõe uma abordagem integrada que enfatiza a interconexão dinâmica entre os elementos naturais, culturais e socioeconômicos.

Na Geografia Cultural, o foco desloca-se para as significações, práticas culturais e identidades que permeiam o espaço geográfico. O livro não apenas descreve o ambiente físico do semiárido, mas explora profundamente como as comunidades locais atribuem significados aos seus ambientes, constroem suas identidades e desenvolvem práticas culturais específicas em resposta às condições ambientais. Esta perspectiva reconhece que os espaços geográficos são produtos de processos culturais complexos e que o meio ambiente é percebido e moldado de maneiras diversas por diferentes grupos sociais.

A Geografia Ambiental, por outro lado, enfatiza a interdependência entre os sistemas naturais e as atividades humanas, abordando questões de sustentabilidade, impacto ambiental e gestão de recursos. *Educação e Semiárido* adota essa perspectiva ao discutir como as comunidades do semiárido interagem com seus ambientes de maneira sustentável, enfrentando desafios como a escassez de água e a variabilidade climática. A obra analisa as práticas tradicionais de manejo de recursos e as adaptações inovadoras que emergem da necessidade de sobreviver e prosperar em um ambiente adverso.

Ao romper com a estrutura tradicional, *Educação e Semiárido* adota uma abordagem interdisciplinar que integra conhecimentos de diversas áreas, incluindo ciências ambientais,

sociologia, antropologia e estudos culturais. Essa integração é essencial para uma compreensão dos fenômenos geográficos, reconhecendo que os desafios enfrentados pelas comunidades do semiárido não podem ser compreendidos apenas por meio de uma lente econômica ou física.

Um dos marcos desta ruptura é a Lei nº 9.795/1999, que estabelece a educação ambiental baseada em princípios fundamentais como o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo. A lei visa promover uma compreensão integrada do meio ambiente, considerando suas múltiplas e complexas inter-relações.

Por exemplo, ao invés de simplesmente descrever os recursos naturais e as atividades econômicas, o livro explora como as práticas agrícolas e de gestão de água são culturalmente enraizadas e influenciadas por fatores históricos, sociais e políticos. As estratégias de convivência com o semiárido, como a construção de cisternas e o cultivo de plantas nativas resistentes à seca, são apresentadas não apenas como respostas técnicas, mas como práticas culturais que refletem um profundo conhecimento ecológico acumulado ao longo de gerações.

Educação e Semiárido também destaca a resiliência das comunidades locais, enfatizando suas capacidades de adaptação e inovação diante das adversidades ambientais. Este enfoque é crucial, pois desafia as narrativas dominantes que frequentemente retratam o semiárido apenas como uma região de pobreza e vulnerabilidade. Ao invés disso, o livro mostra como as comunidades do semiárido têm desenvolvido maneiras sustentáveis de viver e utilizar seus recursos, promovendo uma visão mais equilibrada e positiva do semiárido.

O livro *Educação e Semiárido* adota uma abordagem Humanista/Cultural da Geografia ao trabalhar a categoria do espaço geográfico como sinônimo de espaço vivido. Essa perspectiva enfatiza a importância das experiências pessoais e da memória dos lugares, reconhecendo que o espaço não é apenas um cenário físico, mas também um construto social e cultural profundamente ligado às vivências individuais e coletivas.

Ao tratar das experiências e memórias dos lugares, o livro valoriza o conhecimento local e as histórias de vida dos habitantes do semiárido, promovendo uma compreensão mais rica e contextualizada da região. A abordagem humanista/cultural destaca a subjetividade e a percepção dos indivíduos em relação ao seu entorno, reconhecendo que cada pessoa contribui para a construção do significado do espaço através de suas interações e relações cotidianas.

Essa perspectiva é fundamental para a educação geográfica, pois vai além da descrição objetiva e quantitativa do espaço, incorporando as dimensões qualitativas e afetivas que moldam a identidade e o sentido de pertencimento dos indivíduos. *Educação e Semiárido*

propõe, assim, um ensino de geografia que integra a narrativa dos sujeitos, suas histórias e práticas culturais, promovendo um aprendizado que é, ao mesmo tempo, crítico e envolvente.

A abordagem adotada por *Educação e Semiárido* promove um ensino da geografia, mais contextualizado e relevante para os alunos. Ao invés de aprenderem sobre o semiárido de maneira abstrata e descontextualizada, os estudantes são incentivados a explorar suas próprias realidades, compreender as interações complexas entre cultura e meio ambiente e valorizar o conhecimento local.

Análise de Qualidade Gráfica:

O plano gráfico da obra em questão proporciona uma experiência visual imersiva, com algumas imagens ocupando páginas inteiras. Essas imagens retratam diversas paisagens do seminário, destacando a variedade de elementos que compõem a região. Adicionalmente, são utilizados diversos recursos gráficos para enfatizar atividades específicas, como os quadros intitulados Refletindo sobre o tema, além de mapas, gráficos e tabelas, todos ricamente ilustrados e integrados ao texto de referência.

Um elemento recorrente no livro é a identidade visual que remete à cultura regional. Isso é evidenciado pelos desenhos no estilo xilogravura, uma técnica de gravura em relevo que envolve a escultura de imagens em uma matriz de madeira.

Análise geral

No contexto educacional, o uso de materiais complementares é uma prática comum para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. No ensino da geografia, a utilização de livros focados na geografia local permite que os alunos compreendam melhor o espaço em que vivem e suas interações com o ambiente regional, nacional e até internacional. Este texto discute a utilização de livros complementares analisados, destacando seu foco na geografia local e a aplicação do conceito de rugosidade no contexto educacional.

Os livros analisados foram utilizados como material complementar no ensino da geografia, com um enfoque significativo na geografia local. A estrutura pedagógica destes livros permite um exercício de escala, onde a análise geográfica começa em um nível local, expandindo-se para níveis regionais, nacionais e internacionais. Essa abordagem escalonada é fundamental para que os alunos compreendam as complexas relações espaciais e a interdependência entre diferentes regiões e escalas geográficas. Ao iniciar com a geografia local, os alunos podem relacionar o conhecimento adquirido com suas próprias experiências e

observações, criando uma base sólida para a compreensão de conceitos geográficos mais amplos.

Ao longo da história da educação brasileira, diversos modelos didáticos já foram utilizados. Segundo Lana Cavalcanti, em entrevista à Revista Nova Escola, a década de 1970 foi marcada por uma abordagem centrada no trinômio natureza, homem e economia. Cada um desses conceitos era explorado em sala de aula, mas de forma fragmentada, como peças isoladas de um quebra-cabeça gigante.

Essa fragmentação, segundo Cavalcanti, tem suas raízes no Positivismo, corrente de pensamento que dominou a Geografia por um extenso período. As marcas dessa influência ainda se fazem presentes, principalmente no ensino básico, moldando as práticas pedagógicas dos professores.

O trinômio natureza, homem e economia que Lana Cavalcanti menciona como predominante na década de 1970 não é uma novidade exclusiva desse período. Esse enfoque já estava presente em materiais didáticos anteriores, como evidenciado nas obras *Pequena Corografia do Ceará* (1942) e *Estudos sobre o Ceará* (1955). Essas publicações refletiam a mesma abordagem fragmentada e isolada dos componentes naturais, humanos e econômicos, característica da influência positivista na Geografia.

A *Pequena Corografia do Ceará* (1942), por exemplo, apresentava uma descrição detalhada dos aspectos naturais do estado, como sua geologia, hidrografia e clima, separadamente das análises sobre a população e a economia local. Este método de ensino se baseava na crença de que o conhecimento científico deveria ser sistematizado e categorizado rigidamente, sem necessariamente estabelecer as interconexões entre os diferentes elementos do espaço geográfico.

Da mesma forma, *Estudos sobre o Ceará* (1955) seguiu essa tendência ao tratar a geografia do estado em segmentos distintos. A obra dividia suas discussões entre os recursos naturais, as características demográficas e as atividades econômicas, cada uma com sua própria lógica e sem uma integração clara entre os tópicos. Essa estrutura de ensino refletia a forte influência do Positivismo, que priorizava uma visão descritiva e compartimentalizada da realidade geográfica.

Essas abordagens, apesar de fornecerem uma base sólida de informações, falhavam em demonstrar as inter-relações complexas e dinâmicas entre a natureza, as atividades humanas e a economia. O trinômio natureza, homem e economia era abordado de maneira que cada elemento era visto em isolamento, o que limitava a compreensão integral do espaço geográfico.

A perpetuação desse modelo educacional nas décadas subsequentes, incluindo os anos 1970, revela uma continuidade na prática pedagógica que ainda não havia superado completamente as limitações impostas pelo Positivismo. Mesmo com a evolução dos métodos e teorias geográficas, a influência dessa visão fragmentada ainda era evidente, especialmente no ensino básico.

A manutenção da estrutura natureza-homem-economia em livros didáticos de diferentes períodos, indica que essa organização pode ser caracterizada como uma rugosidade. No contexto geográfico, o conceito de rugosidade refere-se a elementos ou características que persistem ao longo do tempo, ainda que assumam novas funções e significados em contextos diversos.

Portanto, as obras *Pequena Corografia do Ceará* e *Estudos sobre o Ceará* não apenas exemplificam a presença do trinômio natureza, homem e economia nos materiais didáticos anteriores, mas também ilustram a persistência de um modelo educacional que precisou de várias décadas para ser criticado e, eventualmente, transformado pela Geografia Crítica e outras correntes renovadoras.

A *Coleção Manual de Apoio 3, 4 e 5 - 8ª série* (1994) e o livro *Construindo o Ceará: ensino fundamental* (2017), apesar de serem produzidos em períodos distantes, continuam a adotar a estrutura temática baseada no trinômio natureza-homem-economia na apresentação de seus conteúdos. Essa persistência do modelo reflete uma continuidade histórica na abordagem didática da Geografia no ensino fundamental.

No entanto, essas obras também representam avanços significativos ao introduzir novas perspectivas e discussões que começam a desafiar e romper com a fragmentação tradicional das categorias de análise geográfica. A *Coleção Manual de Apoio 3, 4 e 5* (1994) começa a integrar aspectos como a interdependência entre os elementos naturais e humanos, reconhecendo a complexidade das interações ecológicas e socioeconômicas.

De maneira semelhante, *Construindo o Ceará: ensino fundamental* (2017) não apenas aborda os temas de natureza, homem e economia integradamente, mas também incorpora debates contemporâneos sobre sustentabilidade, urbanização e globalização. Esse livro propõe uma visão mais integrada da geografia, estimulando os alunos a entenderem as interconexões e dinâmicas entre os diversos componentes do espaço geográfico. Além disso, insere discussões sobre cidadania, diversidade cultural e tecnológica, refletindo uma evolução pedagógica que vai além da simples descrição dos fenômenos.

Ambas as obras, portanto, apesar de seguirem a estrutura tradicional de natureza-homem-economia, demonstram uma progressão em direção a uma abordagem mais

integrada e crítica, promovendo uma compreensão mais profunda e contextualizada dos temas geográficos. Elas representam um movimento gradual, mas importante, rumo a uma educação geográfica que reconhece e valoriza as complexas inter-relações entre os diferentes elementos que compõem o espaço geográfico.

Essa estrutura temática tem raízes profundas na tradição pedagógica e na ciência geográfica, refletindo a influência duradoura do Positivismo, que enfatizava a descrição e categorização dos fenômenos naturais, humanos e econômicos de maneira compartimentalizada. No entanto, à medida que as abordagens educacionais e teóricas evoluem, essa estrutura não permanece estática. Em vez disso, ela se adapta e incorpora novos conceitos e métodos, refletindo mudanças na sociedade, na ciência e na pedagogia.

Portanto, a persistência da estrutura natureza-homem-economia em livros didáticos ao longo do tempo pode ser vista como uma rugosidade, que se mantém devido à sua familiaridade e funcionalidade, mas que também se transforma para incorporar novas perspectivas e atender às demandas educativas contemporâneas. Essa continuidade e adaptação permitem que os educadores utilizem uma base reconhecível e estruturada, enquanto simultaneamente evoluem para abordar questões mais complexas e interligadas, refletindo os avanços na compreensão geográfica e nas metodologias de ensino.

O conceito de rugosidade, introduzido por Milton Santos, refere-se às marcas e vestígios deixados pelas diferentes ações humanas ao longo do tempo no espaço geográfico. Em um contexto educacional, a rugosidade pode ser utilizada para explicar a persistência de certos elementos e estruturas na paisagem geográfica, apesar das mudanças ocorridas ao longo do tempo. Nos livros de geografia analisados, observamos que a ordem dos tópicos e a estrutura de abordagem – frequentemente organizada em torno dos temas Natureza, Economia e Homem – se mantêm consistentes em diversos títulos ao longo dos anos. Essa repetição estrutural pode ser vista como uma forma de rugosidade pedagógica, onde as metodologias e os conteúdos consolidados continuam a influenciar a maneira como a geografia é ensinada e aprendida.

A questão sobre a presença do Ceará nos livros didáticos levanta importantes reflexões acerca da representação geográfica regional e sua integração no currículo escolar. A pesquisa em questão revelou que os livros didáticos regionais, frequentemente, categorizam o material relativo ao Ceará como complementar, relegando-o a uma posição secundária no escopo do ensino formal. Essa abordagem, embora não elimine a presença do estado nos conteúdos educativos, limita a profundidade e a centralidade com que esses temas são tratados, impactando a formação geográfica dos estudantes.

No entanto, é crucial reconhecer que o Ceará pode transcender esses materiais complementares por meio do exercício de escalas de análise dos fenômenos geográficos. Esse exercício permite que se considerem as interações locais, regionais e globais, colocando o Ceará em um contexto mais amplo e relacionando suas particularidades com processos globais. Através dessa abordagem, é possível oferecer aos estudantes uma compreensão mais robusta e integrada das dinâmicas geográficas, posicionando o estado não apenas como um objeto de estudo isolado, mas como parte de um sistema interconectado de fenômenos geográficos.

Apesar disso, é inegável a importância de incentivar a produção, pesquisa e aplicação de livros didáticos focados na geografia local e regional. Esses materiais fornecem o primeiro contato dos estudantes com conteúdos que são diretamente relacionados ao seu entorno, promovendo uma aprendizagem mais contextualizada e relevante. A produção e o uso de livros didáticos regionais permitem uma análise histórica e crítica das transformações socioespaciais locais, fornecendo aos alunos uma base sólida para compreender as especificidades do Ceará.

A presença do Ceará nos livros didáticos requer uma abordagem multifacetada que vá além da mera inclusão como material complementar. É necessário promover o uso de escalas de análise para situar o estado em contextos mais amplos e interconectados, ao mesmo tempo em que se incentiva a produção e utilização de livros didáticos regionais.

O exercício de escala de análise na geografia é uma prática que vai além da mera compreensão dos espaços locais, regionais, nacionais e internacionais. Este método de ensino e pesquisa traz à tona uma perspectiva de interdisciplinaridade, proporcionando aos alunos e pesquisadores uma visão mais holística e integrada do mundo.

Ao estudar um fenômeno geográfico local, os alunos podem explorar a história da região, as dinâmicas econômicas locais, as interações sociais, e os processos ambientais que moldam o espaço. Essa abordagem interdisciplinar é enriquecida à medida que a análise se expande para escalas regionais e nacionais, onde entram em jogo questões de política pública, desenvolvimento econômico e impacto ambiental em larga escala. A interdisciplinaridade, portanto, emerge do exercício de escala, integrando conhecimentos e metodologias de diversas áreas para uma compreensão mais completa e complexa dos fenômenos geográficos.

O movimento de análise através de diferentes níveis escalares proporciona aos alunos a capacidade de ver além do imediato e local. Quando os estudantes começam a analisar questões geográficas em escala local e progressivamente expandem sua visão para incluir escalas regionais, nacionais e internacionais, eles desenvolvem uma nova visão de mundo.

Essa perspectiva mais ampla permite que compreendam as interconexões e interdependências globais, reconhecendo como eventos e processos em uma parte do mundo podem influenciar e ser influenciados por eventos e processos em outra. Essa visão globalizada é essencial no mundo contemporâneo, onde desafios como a mudança climática, migrações, crises econômicas e pandemias requerem soluções que transcendem fronteiras e disciplinas.

Por exemplo, ao analisar o impacto das mudanças climáticas em uma comunidade costeira local, os alunos podem começar estudando os dados meteorológicos e oceanográficos (ciências ambientais), a história da ocupação humana na região (história), as práticas econômicas predominantes como a pesca ou o turismo (economia), e as políticas públicas de mitigação e adaptação (ciências políticas). À medida que ampliam a análise para a escala regional, podem investigar como as políticas estaduais de gestão costeira se articulam com as estratégias nacionais e internacionais para combater a elevação do nível do mar. Essa abordagem multiescalar, portanto, não só enriquece o aprendizado dos alunos como também promove uma mentalidade interdisciplinar.

Os livros didáticos que destacam a geografia local não apenas fornecem uma base sólida para os alunos entenderem melhor o espaço em que vivem, mas também ajudam a legitimar e valorizar os conhecimentos produzidos fora do eixo eurocêntrico. Ao integrar conteúdos que refletem a realidade e as experiências dos alunos, esses livros demonstram que o conhecimento local é relevante e digno de estudo, o que contrasta com a visão abissal que marginaliza tais saberes. Isso se alinha com a ideia das epistemologias do Sul de eliminar o dualismo hierárquico entre o Norte e o Sul, promovendo uma abordagem pós-abissal que reconhece a importância das diferenças e da diversidade de conhecimentos.

Considerando que as epistemologias do Sul utilizam de alguns dispositivos conforme descrito por Santos (2019). Um dos principais é a linha abissal, que Santos define como a separação criada pelas epistemologias do Norte para distinguir o pensamento eurocêntrico dominante, considerado superior, dos demais conhecimentos, tidos como inferiores. Nessa perspectiva, o Norte é visto como a solução, enquanto o Sul é percebido como o problema, estabelecendo a compreensão ocidental como a única válida do mundo (SANTOS, 2019, p. 25).

Além disso, ao incorporar a análise de escala e a rugosidade, esses livros didáticos oferecem uma visão holística e interdisciplinar da geografia. A análise de escala permite que os alunos relacionem fenômenos locais com contextos regionais, nacionais e internacionais, promovendo uma compreensão integrada e complexa das interações espaciais.

O exercício de escala de análise na geografia é uma ferramenta poderosa para promover a interdisciplinaridade e desenvolver uma nova visão de mundo entre os alunos. Ao integrar conhecimentos de diversas disciplinas e expandir a análise de fenômenos locais para globais, os alunos ganham uma compreensão mais rica e complexa do mundo ao seu redor. Essa abordagem não só enriquece o currículo educacional, mas também prepara os alunos para enfrentar os desafios interconectados e multifacetados do século XXI, equipando-os com as habilidades e perspectivas necessárias para atuar em um mundo cada vez mais globalizado e interdependente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o desenvolvimento de nossa pesquisa, podemos indicar que na história recente da educação escolar brasileira, o livro didático sempre esteve presente, assumindo papel fundamental na dinâmica de sala de aula, principalmente quando consideramos a ineficiente estrutura e a escassez de outros materiais de cunho pedagógico nas escolas. O papel do livro extrapola sua função de ser um complemento e se define como um norteador dos currículos e temas ministrados diariamente.

Por isso, é salutar o debate acerca das políticas públicas que regem a formatação, escolha, aquisição e distribuição desse material. Assim, acreditamos que é um tema que não se esgota, tendo em vista as possibilidades dessa ferramenta, desde os antigos manuais escolares enciclopédicos até sua versão virtualizada e integrada às novas tecnologias e tendências.

O livro didático não é apenas educacional e apresenta um valor de mercado, em uma lógica capitalista de lucro e acumulação, conforme nos traz MUNAKATA (2012)

No caso do livro didático, essa mercadoria, pelo fato de sê-la, já aparece estigmatizada, carregando consigo todos os vícios da sociedade capitalista. A finalidade de obtenção do lucro e o caráter fragmentário e parcelar, que maculam as atividades da indústria cultural, conferem, por definição, a desqualificação *in totum* de seus produtos – desqualificação que, portanto, transcende a todas as particularidades de cada objeto. (Munakata, 2012, p. 63)

Nesse tom, o livro é um material com elementos e informações que podem ser consumidos de forma homogênea em todo o território nacional sem levar em consideração a diversidade regional. Tal abordagem aponta para desconexão do conceito de lugar e do que o lugar vivido pode, ao passo que alunos e professores não se identificam com aqueles elementos e exemplos.

Essa identificação em uma disciplina como a Geografia pode favorecer o encantamento pelos conteúdos, o debate, o exercício com escalas, o rompendo com a imagem de uma ciência que descreve processos que acontecem em um lugar longínquo, descritiva e relegada à memorização. Entendemos que o livro didático, como um dos muitos recursos que podem ser utilizados no ambiente educacional, não conseguirá abraçar a totalidade de assuntos, temas e elementos de um país tão vasto e plural e também não conseguirá condensar a mesma miscelânea do estado do Ceará. Contudo, acreditamos ser de suma importância a discussão sobre os elementos locais/regionais em um exercício que se difere dos movimentos regionalistas que flertam com a xenofobia. Entendemos que o fortalecimento da identidade

regional é potencial para a preservação de elementos culturais, uma certa resistência frente a homogeneização tão exacerbada do mundo globalizado.

Esta dissertação teve como objetivo analisar como as diferentes correntes do pensamento geográfico influenciam os conteúdos dos livros didáticos, focando especialmente nos materiais voltados para a geografia do Ceará. Para isso, analisamos as obras *Pequena Corografia do Ceará* (1942), *Estudo sobre o Ceará* (1955), *Coleção Manual de Apoio 3, 4 e 5 - 8ª série* (1997-1998), *Construindo o Ceará: ensino fundamental* (2017) e *Educação e Semiárido: Novos olhares, Novos Caminhos* (2023).

Avaliar de forma crítica os referidos livros didáticos, abordando múltiplos aspectos que englobam conteúdo, abordagem pedagógica, qualidade gráfica e representatividade, com o propósito de fornecer uma análise aprofundada desses materiais educacionais.

Portanto, percebemos que as correntes de pensamento geográfico influenciaram significativamente a construção dos livros didáticos de geografia, moldando a maneira como o espaço geográfico cearense é compreendido e representado.

Como observamos, entre essas correntes, a escola Tradicional/Clássica e a Geografia Quantitativa tiveram uma influência predominante nos estágios iniciais da construção dos livros didáticos de geografia. Elas moldaram a base da representação do espaço geográfico cearense, focando na descrição física e na análise quantitativa dos dados espaciais. No entanto, as abordagens Crítica e Humanista/Cultural, trouxeram uma transformação significativa ao incorporar a vivência e a cultura local, oferecendo uma compreensão mais holística e integrada do espaço geográfico, uma perspectiva de trabalho encontrada nas obras *Coleção Manual de Apoio 3, 4 e 5 - 8ª série* (1997-1998), *Construindo o Ceará: ensino fundamental* (2017) e *Educação e Semiárido: Novos olhares, Novos Caminhos* (2023).

A escola Tradicional/clássica foi uma das primeiras a influenciar os livros didáticos de geografia, caracterizava-se por uma abordagem descritiva da paisagem, limitando-se à catalogação de suas características físicas e naturais sem propor uma análise aprofundada dos elementos que a constituem. Esta abordagem enfatizava a descrição dos aspectos visíveis e tangíveis da geografia, como relevo, clima, vegetação e hidrografia, negligenciando o contexto político, social e histórico que molda e é moldado por essas paisagens. Ao focar apenas na superfície dos fenômenos geográficos, os livros didáticos da Geografia clássica não incentivavam a compreensão crítica e reflexiva das interações complexas entre o meio físico e as dinâmicas humanas, deixando de abordar questões fundamentais sobre a influência recíproca entre sociedade e natureza.

O livro *Pequena Corografia do Ceará* (1942) exemplifica a abordagem descritiva e compartimentada típica dos livros didáticos da Geografia clássica. Este material didático organiza o conteúdo de maneira segmentada, dividindo-o em seções distintas de natureza, economia e sociedade, sem integrar uma análise mais profunda das interações entre esses elementos. Ao adotar uma estrutura que compartimentaliza a paisagem cearense, o livro limita-se a descrever suas características físicas e econômicas isoladamente, negligenciando o contexto político, social e histórico que interliga esses aspectos. Esta abordagem enfatiza a descrição detalhada dos elementos físicos e naturais, como relevo, clima, hidrografia e vegetação. Nos livros didáticos cearenses, essa corrente focava na catalogação dos acidentes geográficos e na descrição minuciosa dos aspectos naturais da região. Essa perspectiva ajudou a criar um entendimento básico e descritivo do espaço cearense, sem necessariamente conectá-lo a contextos sociais ou políticos.

O livro *Pequena Corografia do Ceará* (1942), nas categorias analisadas, revela limitações gráficas significativas e uma estrutura linear e compartimentada que se concentra na descrição superficial dos agentes geográficos. A avaliação de conteúdo aponta para uma abordagem descritiva, enquanto a avaliação pedagógica identifica uma ausência de questões sobre diversidade cultural. Embora o livro ofereça uma orientação geográfica básica, carece de elementos que promovam um entendimento mais profundo e crítico dos contextos sociais e culturais da região.

A Geografia Quantitativa, que ganhou força a partir da metade do século XX, também teve um impacto considerável, tendo como exemplo o livro didático destinado ao ensino primário *Geografia das Crianças* (1947), editado pela Companhia Editora Nacional-SP e de autoria de Aroldo de Azevedo e nessa pesquisa exemplificado pelas obras *Pequena Corografia do Ceará* (1942), *Estudo sobre o Ceará* (1955). Esta corrente buscava aplicar métodos estatísticos e matemáticos à geografia para criar modelos e teorias gerais. Nos livros didáticos, isso se traduziu em uma abordagem mais analítica e estruturada, utilizando gráficos, tabelas e mapas para representar dados geográficos do Ceará, presente nos livros didáticos com seu viés neopositivista, caracterizava-se por uma abordagem catalográfica e enciclopédica, utilizando uma linguagem matemática-estatística para transmitir conhecimentos geográficos. Este método privilegiava a coleta, organização e análise de dados numéricos, com o objetivo de descrever padrões e regularidades espaciais de maneira aparentemente objetiva e neutra.

Os livros didáticos que adotavam esta perspectiva enfatizavam a utilização de técnicas estatísticas e modelos matemáticos para explicar fenômenos geográficos,

apresentando a Geografia como uma ciência desprovida de subjetividades. No entanto, ao se concentrar exclusivamente em aspectos quantificáveis e mensuráveis, essa abordagem frequentemente negligenciava as dimensões qualitativas e contextuais do espaço geográfico, como as influências sociais, culturais e políticas. A pretensa neutralidade científica, característica da Geografia quantitativa, obscurecia as complexas interações entre os fatores humanos e naturais. Embora esta abordagem trouxesse um rigor científico e uma tentativa de objetividade, ainda frequentemente se distanciava das dinâmicas humanas e políticas do espaço.

O livro *Estudos sobre o Ceará* (1955) exemplifica a abordagem da Geografia Quantitativa, caracterizada por esforços concentrados na quantificação e na listagem de processos e eventos geográficos. Este material didático adota uma lógica neopositivista, priorizando a coleta e organização de dados numéricos e estatísticos para descrever o espaço geográfico do Ceará. A ênfase na quantificação dos fenômenos, como a distribuição populacional, os índices econômicos e os eventos naturais, reflete a tentativa de apresentar a Geografia como uma ciência objetiva e neutra. No entanto, ao focar predominantemente em aspectos mensuráveis, o livro limita-se a uma descrição superficial e compartimentada do espaço, mantendo a negligência sobre as complexas interações sociais, culturais e políticas que influenciam a dinâmica geográfica.

Nas categorias analisadas, o livro *Estudos sobre o Ceará* (1955) apresenta um estilo gráfico mais elaborado e uma estrutura com foco na descrição e enumeração dos aspectos geográficos. Apesar de suas qualidades gráficas superiores, o livro carece de abordagens pedagógicas diversificadas e não aborda questões de diversidade cultural.

A Geografia Crítica, emergente a partir das décadas de 1960 e 1970, representa uma ruptura com as abordagens tradicionais e quantitativas da disciplina, propondo uma análise que integra as dimensões sociais, políticas e econômicas do espaço geográfico. Fundamentada em teorias marxistas e influenciada por correntes de pensamento como o estruturalismo e o pós-estruturalismo, a Geografia Crítica propõe compreender as relações de poder, desigualdade e injustiça que moldam a organização espacial. Diferentemente das abordagens descritivas e neopositivistas, a Geografia Crítica enfatiza a necessidade de questionar as estruturas e processos que produzem e reproduzem o espaço, reconhecendo a geografia como um campo intrinsecamente político. Este paradigma não apenas descreve, mas também interpreta e critica a realidade socioespacial, promovendo uma visão dialética que liga as escalas local e global, e destaca a agência dos atores sociais na produção do espaço.

A Coleção *Manual de Apoio 3, 4 e 5 - 8º série* (1997/1998) - Seduc CE / TV Ceará exemplifica a corrente crítica da Geografia ao incorporar uma abordagem que transcende a simples descrição dos fenômenos geográficos, promovendo uma análise profunda das relações sociais, econômicas e políticas que moldam o espaço.

Os livros que fazem parte da Coleção *Manual de Apoio 3, 4 e 5 - 8º série* (1997/1998), nas categorias analisadas, apresenta uma robusta qualidade gráfica e utiliza exemplos locais em um exercício, ainda que tímido, de trabalhar a dinâmica global-local. Aborda questões de diversidade étnica e cultural nos capítulos de História e Educação Religiosa, destacando-se na avaliação de conteúdo e pedagógica pela inclusão dessas temáticas.

Este material didático, utilizado no ensino da oitava série, integra teorias e métodos da Geografia Crítica, destacando a importância de compreender as dinâmicas de poder e desigualdade na organização espacial. Através de conteúdos que abordam questões como a distribuição desigual dos recursos, as condições de vida nas diferentes regiões e os impactos das políticas públicas, a coleção incentiva os alunos a desenvolverem uma consciência crítica e reflexiva. Assim, os livros não apenas transmitem conhecimentos geográficos, mas também estimulam a análise crítica e a participação ativa dos estudantes na busca por justiça social e transformação socioespacial.

Outro exemplo de material produzido em consonância a essa corrente *Construindo o Ceará* (2017) com um foco particular na escala local, enfatizando as especificidades regionais e as dinâmicas socioespaciais do estado do Ceará. Este material didático adota uma perspectiva crítica ao analisar como as relações de poder, as desigualdades socioeconômicas e as políticas públicas influenciam a organização espacial e o desenvolvimento regional. Diferentemente de abordagens que priorizam a descrição ou quantificação dos fenômenos geográficos, *Construindo o Ceará* propõe uma análise integrada que considera os contextos históricos, culturais e sociais que moldam o espaço local. O livro destaca a importância de compreender as interações entre os atores sociais locais e os processos globais, incentivando os alunos a questionarem as estruturas de poder que perpetuam as desigualdades regionais.

O livro *Construindo o Ceará* (2017), dentro das categorias analisadas, destaca-se pela sua apresentação gráfica lúdica, incorporando elementos de jogos *online* para tornar o conteúdo mais atrativo visualmente. Embora mantenha uma estrutura próxima do trinômio natureza-economia-sociedade, aborda temas relevantes como as tensões no campo e as resistências, exemplificadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Assim, ao focar na realidade local do Ceará, o material promove uma educação geográfica crítica que capacita os estudantes a se tornarem agentes de transformação social em suas comunidades.

Mais recentemente, a abordagem Humanista/Cultural começou a influenciar a produção de livros didáticos de geografia. Esta corrente enfatiza o espaço vivido, as experiências pessoais e a memória dos lugares, destacando a relação entre os indivíduos e seu ambiente. Em relação ao Ceará, os livros didáticos passaram a incluir narrativas sobre a cultura local, histórias de vida dos habitantes e a maneira como as comunidades interagem com seu espaço. Isso trouxe uma dimensão mais rica e contextualizada, integrando aspectos sociais e culturais à compreensão geográfica.

Ao enfatizarem a importância das percepções, experiências e significados atribuídos pelos indivíduos aos espaços que habitam. Essas abordagens destacam o papel da subjetividade e das práticas culturais na constituição do espaço geográfico, movendo-se além das análises quantitativas e objetivas que tradicionalmente dominam a disciplina. Nos livros didáticos, a Geografia Humanista/Cultural se manifesta por meio de conteúdos que exploram as relações simbólicas entre os seres humanos e seus ambientes, o impacto das práticas culturais na organização espacial e a diversidade de experiências espaciais entre diferentes grupos sociais. Ao incorporar estudos de caso que ilustram a influência da identidade, memória e cultura na configuração do espaço, esses materiais educativos promovem uma compreensão mais holística e empática do mundo geográfico.

O livro *Educação e Semiárido: Novos Olhares, Novos Caminhos* (2023) exemplifica a perspectiva Humanista/Cultural ao abordar as especificidades regionais do semiárido brasileiro com um enfoque nas experiências, percepções e práticas culturais das comunidades locais.

Educação e Semiárido: Novos Olhares, Novos Caminhos (2023) adota uma perspectiva cultural e regional, promovendo questões de diversidade com centralidade. Este material se destaca por tratar temas físicos e ambientais integrados às questões sociais, econômicas e históricas, rompendo com a estrutura tradicional. A qualidade gráfica é bem integrada aos textos, facilitando a compreensão e enriquecendo a experiência de aprendizado. A avaliação de conteúdo e pedagógica revela uma abordagem inovadora e inclusiva, refletindo as complexidades e particularidades do semiárido brasileiro.

Este material didático destaca a importância de considerar os contextos socioambientais e culturais únicos do semiárido, promovendo uma compreensão mais profunda e sensível das realidades vividas pelos habitantes dessa região. Ao explorar temas

como as práticas sustentáveis de convivência com o semiárido e a valorização dos saberes tradicionais, o livro integra a subjetividade e a cultura no ensino geográfico, rompendo com abordagens meramente descritivas e objetivas. A produção deste material com foco em questões regionais é relevante, pois atende à necessidade de um currículo que reflita e respeite as particularidades locais, incentivando a construção de uma identidade regional positiva e fortalecendo o vínculo dos alunos com seu próprio ambiente. Dessa forma, *Educação e Semiárido* não só enriquece o conhecimento geográfico dos estudantes, mas também promove uma educação inclusiva e crítica, que valoriza a diversidade cultural e contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados socialmente.

Essas influências mostram uma mudança na forma como os livros didáticos de geografia abordam o espaço cearense, passando de uma visão puramente descritiva e analítica para uma compreensão mais abrangente que integra a vivência humana e cultural.

A pesquisa revelou a necessidade de um trabalho mais aprofundado sobre os livros didáticos de Geografia do Ceará ao longo dos anos, uma vez que a dificuldade de encontrar esses materiais pode evidenciar tanto uma ausência na produção quanto o possível apagamento histórico desses recursos educativos.

Justifica-se a avaliação de um longo período temporal considerando que o livro didático é um instrumento pedagógico presente no ambiente escolar brasileiro desde o período imperial. Sua formatação, apresentação, organização, temas e conteúdos passam por mudanças ao longo dos anos, refletindo a construção histórica e social dessa ferramenta essencial para a educação. Portanto, investigar a trajetória dos livros didáticos de Geografia do Ceará é crucial para compreender as mudanças e continuidades nas práticas educativas da região, além de garantir a preservação da memória e da identidade cultural cearense no contexto escolar.

A produção de livros didáticos focados na geografia local representa uma importante estratégia para cruzar a linha abissal descrita por Santos (2019). A linha abissal é entendida como a barreira criada pelas epistemologias do Norte que estabelece uma separação entre o pensamento eurocêntrico, considerado superior, e os demais conhecimentos, vistos como inferiores. Nesse contexto, a produção de livros didáticos que abordam o conhecimento local desafia essa hierarquia ao valorizar saberes regionais e não ocidentais, promovendo uma compreensão mais inclusiva e diversa do mundo.

Portanto, a elaboração/uso/análise de livros didáticos que enfocam o conhecimento local não só enriquece o ensino da geografia, mas também desafia a lógica abissal,

promovendo uma educação mais inclusiva e equitativa que valoriza os saberes do Sul e contribui para uma visão de mundo mais globalizada e interdependente.

O conceito de rugosidade de Milton Santos pode ser aplicado ao currículo escolar e aos livros didáticos de geografia de maneira bastante interessante. As "rugosidades" no contexto educacional podem ser vistas como estruturas, temas e sequências didáticas que persistem ao longo do tempo, apesar das mudanças no currículo e na legislação educacional. Por exemplo, muitos livros didáticos de geografia, como os da Coleção Araribá - Geografia, coletânea que abrange do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, elaborado pela Editora Moderna, ou os livros da Coleção Teláris Geografia (6º ao 9º ano do ensino fundamental), elaborado pela Editora Ática ainda mantêm uma estrutura tradicional, focada em tópicos como geografia física (clima, relevo, hidrografia), geografia humana (população, urbanização, migração) e geografia econômica (atividades econômicas, comércio, indústria). Esses temas, que foram estabelecidos e, continuam a moldar a maneira como a geografia é ensinada e aprendida, impondo suas possibilidades enquanto construções espaciais, esses livros foram inseridos no PNLD no ciclo 2020/2021.

Além disso, os mesmos livros didáticos ainda seguem uma sequência didática linear e progressiva, começando com conceitos e habilidades básicas e avançando para tópicos mais complexos. Essa sequência didática, que também é uma "rugosidade", pode limitar a flexibilidade e a adaptabilidade do ensino de geografia, especialmente em um mundo cada vez mais interconectado e dinâmico.

No entanto, assim como as rugosidades geográficas, essas estruturas, temas e sequências didáticas não são imutáveis. Eles podem ser desafiados, reinterpretados e transformados mediante práticas educacionais inovadoras e abordagens pedagógicas críticas. Por exemplo, a abordagem interdisciplinar sugerida pelo conceito de rugosidade pode nos encorajar a integrar diferentes disciplinas e perspectivas no ensino de geografia, promovendo uma compreensão contextualizada do mundo.

A perspectiva da rugosidade nos lembra da importância da diversidade e da inclusão no currículo escolar. Isso pode nos levar a questionar e desafiar as normas e práticas educacionais dominantes, e a buscar formas de tornar o currículo e os livros didáticos mais inclusivos e representativos da diversidade geográfica, cultural e social.

Dessa forma, apresentamos uma análise de livros didáticos produzidos no Ceará, para o Ceará, e sobre o Ceará em diferentes períodos históricos. Esses exemplos ilustram como as correntes geográficas, bem como os contextos históricos e educacionais, moldam e transformam os livros didáticos ao longo do tempo. Ao realizar um resgate histórico desses

materiais, visamos compreender as variadas abordagens, conceitos-chave e paradigmas que influenciam a produção e a utilização dos livros didáticos na educação geográfica.

Com esta análise, é possível observar como as mudanças nas correntes de pensamento geográfico e nos contextos sociopolíticos refletem-se nas práticas educacionais e nos recursos pedagógicos disponibilizados aos estudantes, evidenciando a dinâmica do ensino de Geografia no Ceará.

A partir desta dissertação, diversas possibilidades de estudos futuros podem ser exploradas para aprofundar a compreensão sobre o desenvolvimento e impacto dos livros didáticos de geografia no Ceará. Investigações comparativas entre diferentes estados brasileiros poderiam revelar variações regionais na abordagem pedagógica e na incorporação das correntes geográficas. Além disso, estudos focados na recepção dos alunos e professores, através de entrevistas e questionários, poderiam fornecer dados sobre o impacto dos materiais didáticos e as percepções dos usuários finais. Análises longitudinais que acompanhem as mudanças nas edições dos livros ao longo do tempo também seriam valiosas para entender a evolução das práticas educacionais. Por fim, pesquisas sobre a influência das políticas públicas e dos processos de seleção e produção dos livros didáticos poderiam esclarecer como decisões administrativas impactam a qualidade e relevância dos conteúdos ensinados.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Curso dinâmico de geografia geral: primeiro grau**. 6ª edição. São Paulo: Editora do Brasil, 1973.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia - Geral e Brasil**. São Paulo - SP: Editora Moderna, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. São Paulo, 1993. 369 p. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 1993.

BOURDIEU, Pierre, **O poder do simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

BOURDIEU, Pierre; PASSERION, Jean Claude. **A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio do Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1997.

BRAGA, M. C. B. O ensino de geografia nas séries iniciais do ensino fundamental: uma análise dos descompassos entre a formação docente e as orientações das políticas públicas. *Terra Livre*, v. 1, n. 28, p. 129-148, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/226>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Portal da Transparência - Educação**. Disponível em: <<https://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/12-educacao?ano=2020>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em 19. jul. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 ago. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei nº 8.659 de 5 de abril de 1911**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 19. jul. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº19.890 de 18 de abril de 1931**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em 19. jul. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº1006 de 30 de dezembro de 1938**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 19. jul. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº1915 de 27 de dezembro de 1939.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 19. jul. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº8529 de 02 de janeiro de 1946.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Lei%20Org%C3%A2nica%20do%20Ensino%20Prim%C3%A1rio.&text=elevar%20o%20n%C3%ADvel%20dos%20conhecimentos,e%20%C3%A0%20inicia%C3%A7%C3%A3o%20no%20trabalho.&text=o%20ensino%20prim%C3%A1rio%20supletivo%2C%20destinado%20aos%20adolescentes%20e%20adultos>. Acesso em 19. jul. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 869 de 12 de setembro de 1969.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 19. jul. 2023.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.** Resolução nº4, de 13 de julho de 2010. Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BRASIL. **Estudo sobre o Ceará.** Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro: CILEME, 1955.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Orçamentário - CALDEME, 1955.** Disponível em: <http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cileme-m06p01-planoorcamentario-caldeme1955>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BRASIL, **Lei de 15 de outubro de 1827.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm#:~:text=LEI%20DE%2015%20DE%20OUTUBRO,lugares%20mais%20populosos%20do%20Imp%C3%A9rio.>. Acesso em: 14 set. 2022.

BRASIL. **Lei de 17 de fevereiro de 1854.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-59146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em 30 out 2023.

BRASIL. **LEI nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** LDB 1961. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=7%C2%BA%20Ser%C3%A1%20obrigat%C3%B3ria%20a%20incluir%C3%A3o,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico>. Acesso em 19. jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, de 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 24 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf> Acesso 28 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Dados estatísticos.** Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Histórico.** Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518-historico>>. Acesso em 22 ago. 2022.

BRASIL. Portaria Ministerial nº 170 de 11 de julho de 1942. (Diário Oficial de 11 de julho de 1942). Expede os programas das disciplinas do Curso Ginásial do Ensino Secundário. In: **Ensino secundário no Brasil: organização, legislação vigente, programas.** Rio de Janeiro, RJ: INEP, 1942.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais.** Trad. Rui Nazaré. Editorial Presença, Lisboa, 1990.

CASSIANO, C. C. de F. Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de História e suas implicações curriculares. *História*, São Paulo, v. 23, n. 1-2, p. 33-48, 2004.

CAMBI, F. **História da pedagogia.** São Paulo: UNESP, 1999.

CARNEY, George O. Música e lugar. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Literatura, música e espaço.** Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2007.

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia brasílica.** Rio de Janeiro, RJ: Imp. Nacional, 1945. xl, 420, [4]. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg27882/drg27882.pdf> Acesso em: 15 out. 2022.

CAVALCANTE, Tércia *et al.* **Construindo o Ceará: ensino fundamental.** Fortaleza: Editora Demócrito Dummar, 2017.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos.** Campinas: Papirus, 2011.

CHOPPIN, A. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte .** Educação e Pesquisa, [S. l.], v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004. DOI:

10.1590/S1517-97022004000300012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27957>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

DELEUZE, G.; GUATTARI. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000. v.1, 2ª reimpressão.

FARIAS, Ana Lúcia G. de Lima. **Ideologia no livro didático**. São Paulo: Editora Cortez, 16 ed. 2008.

FONTELLES, Mauro José et al. **Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa**. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-588477>>. Acesso em: 25 set 2023.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 71 edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREISLEBEN, Paulo; KAERCHER, André. **O PNLD E O MERCADO DE LIVROS DIDÁTICOS NO BRASIL**. Revista Ciência Geográfica, [S. l.], v. 26, n. 01, p. 391–404, 2022. DOI: 10.18817/26755122.26.01.2022.2894. Disponível em: <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/cienciageografica/article/view/2894>. Acesso em: 27 jun. 2024.

FRIGOTTO, Glauêncio; CIAVATTA, Maria (orgs.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GODOY, Paulo R. Teixeira (org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi; KLAUS, Viviane; PEREIRA, Ana Paula Marques. **Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos**. Pro. Posições, n°33, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/GJCbBcY4rdVdvQY56T9qLRQ/?lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2023.

GUEDES, M. S.; SILVA, S. C.; SOUZA, M. C. **A Geografia escolar: um olhar sobre a prática e o ensino na sala de aula**. In: III CONEDU - Congresso Nacional de Educação, 2016, Natal -RN. Anais III CONEDU. Campina Grande -PB: Editora Realize, 2016. v. V.1. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/19845>>. Acesso em: 14 set. 2022.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HAMBURGER, Amélia I....(et al.). **A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 1996. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/hamburgerbrasilfranca.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)**. Campinas - SP: Autores Associados, 2012.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)**. Campinas - SP: Autores Associados, 2012.
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Memória IBGE**. Disponível em: <<https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/censos-demograficos.html>>. Acesso em: 14 set. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (INEP). **A educação secundária no Brasil**. 1954. Disponível em: <http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/4/d/1/4d1c3d0d9ac3df1d92509ef997cae3e45e8861901ded97da17fb2f1e47b8c4b5/CILEME_m06p01_PlanoOrcamentario_CALDEME1955.PDF>. Acesso em: 16 set. 2022.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1976.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer guerra**. Tradução Maria Cecília França – Campinas, SP: Papyrus, 1988.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** 2ª edi., São Paulo: Editora 34, 2011.

LIMA, T.C.S. de; MIOTO, R.C.T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Revista Katálysis [Internet]. 2007; p.37–45. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>>. Acesso em: 25 set. 2023.

LINS, Osman. **Do Ideal e da glória: Problemas inculturais brasileiros**. São Paulo: Summus, 1977.

LUCCI, Elian Alabi. **Viver e aprender estudos sociais, 3.** - 3. ed. - São Paulo: Saraiva, 1995.

MACÊDO, E. **A imagem da ciência: folheando um livro didático**. Educação e Sociedade, v. 25, n. 86, p. 103- 129, 2004.

MAIA, Lígio de Oliveira. **Povos indígenas no crepúsculo setecentista na Capitania do Ceará: “invisibilidade”, agência indígena e reelaboração cultural**. Revista MNEME – Revista de Humanidades, Caicó, v. 15, n. 35, p. 111-136, jul./dez. 2014. Dossiê Histórias Indígenas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional do Livro Didático (PNLD): Apresentação, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=66&id=12391option=com_contentview=article>. Acesso: 11 fev. 2024.

MORAES, A C R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1990.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículos e programas no Brasil**. Campinas: Papyrus Editora, 2011.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. (Orgs.) **Currículo, cultura e sociedade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MOREIRA, R. O pensamento geográfico brasileiro 2: As matrizes da renovação. 2ª ed, 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

MUNAKATA, Kazumi. **O livro didático como mercadoria**. Pro-Posições, v. 23, n. 3, p. 51–66, set. 2012.

NOVAK, J. D. **Uma teoria de educação**. São Paulo: Pioneira, 1981.

OLIVEIRA, Roberta Lúcia Santos de. **A educação pelas antenas da TV: a narrativa histórica da implantação do telensino no Ceará (1973-1979)**. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2014.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2023.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib, et al. **Para ensinar e aprender geografia**. 1. ed, Cortez, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 4. ed. 2 reimpr, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. São Paulo: Edusp, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Educação Escolar, Currículo e Sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular**. Movimento-revista de educação, n. 4, 9 ago. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575>>. Acesso em: 24 fev. 2023.

SILVA, Marco Antônio. **A fetichização do livro didático**. Educação e Realidade, v. 37, n. 3, set./dez. de 2012, p. 803-821.

SOUSA, Angélica Silva de et al. **A Pesquisa Bibliográfica: Princípios e Fundamentos**. Cadernos da Fucamp, v. 20, n. 43, p.64-83, 2021. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>>. Acesso em: 30 set. 2023.

SOUZA, Nadia A. **A concepção de avaliação do professor alfabetizador do Ciclo Básico paranaense**. 1995. 215f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1995.

STRÖHER, C. E. **Aprendendo com imagens: a função das fontes visuais nos livros didáticos de História**. Revista Aedos, [S. l.], v. 4, n. 11, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/30634>. Acesso em: 23 fev. 2024.

TEIXEIRA, Anísio. 1955. **A escola secundária em transformação**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, vol. 23, janeiro-março, nº57, p.p 03-20. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/fran/artigos/escola.html>>. Acesso em: 23 fev. 2024

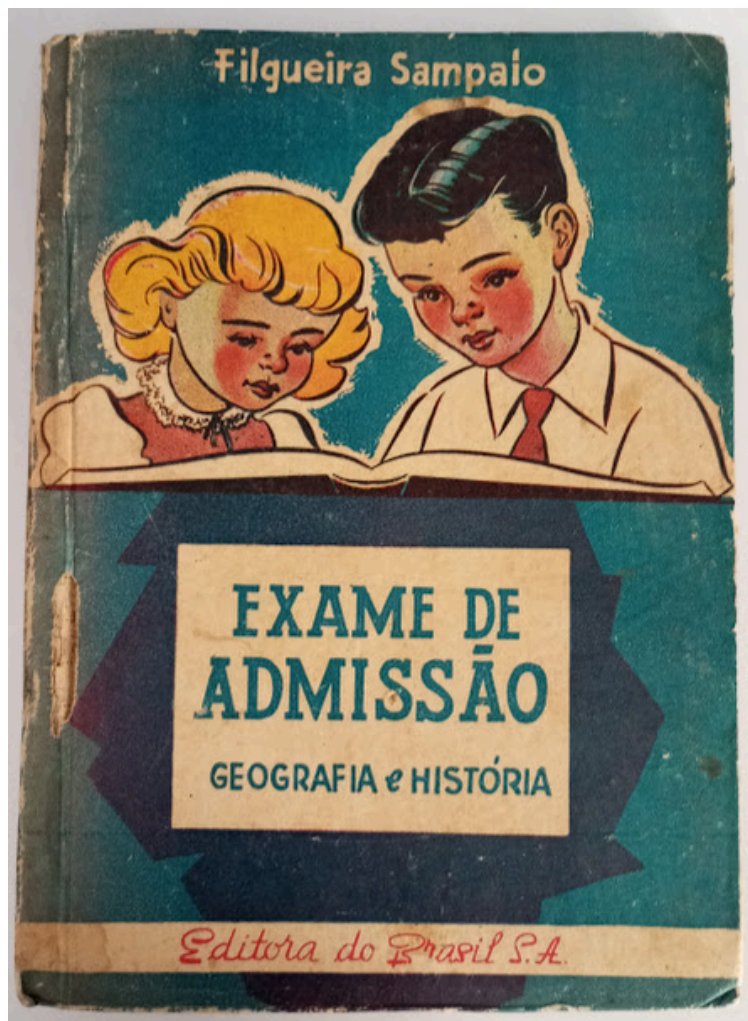
TOLEDO, P. B. F.; ALBUQUERQUE, R. A. F.; MAGALHÃES, À. D. **O Comportamento da Geração Z e a Influência nas Atitudes dos Professores**. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 9., 2012, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Faculdade Dom Bosco, 2012.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **Da interpretação geográfica das paisagens**. In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S.N.; RIBEIRO, G. (Orgs.) Vidal, Vidais. Textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012a [1908]

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **O Princípio da Geografia Geral**. In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. (orgs.). . Vidal ,Vidais. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 464.

APÊNDICE

Figura 30 - *Exame de Admissão Geografia e História*, 1951 - Editora do Brasil



Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

No espaço de tempo, com os dois títulos iniciais apresentados, é relevante salientar outro título *Exame de Admissão Geografia e História*, elaborado por Filgueira Sampaio e publicado pela Editora do Brasil S/A em 1951, representa uma contribuição significativa para o cenário educacional brasileiro da época. Destinado aos alunos do 5º grau primário, o livro tinha como objetivo oferecer uma preparação para os exames de admissão, abordando os principais conceitos e temas de Geografia e História.

O título em questão desempenhou um papel importante na preparação dos alunos para os exames de admissão, fornecendo-lhes os conhecimentos e habilidades necessários para obter sucesso nessa etapa crucial de suas jornadas educacionais. O contexto em que o livro foi produzido é fundamental para compreender sua relevância e impacto. A década de 1950 foi

marcada por importantes transformações no Brasil, tanto no âmbito político quanto no educacional. Sob o governo Vargas, o país experimentava um período de industrialização e urbanização, acompanhado por mudanças significativas no sistema educacional, incluindo a expansão do acesso à educação básica.

Figura 31 - Índice do livro *Exame de Admissão Geografia e História*, 1951 - Editora do Brasil

INDICE	
GEOGRAFIA	
1.ª Lição — O Ceu e os Astros	13
2.ª Lição — Estrélas e planetas — O Cruzeiro do Sul	15
3.ª Lição — O Sol e a Lua	18
4.ª Lição — A terra	20
5.ª Lição — Eixo — Equador — Zonas da terra — Coordenadas geográficas	22
6.ª Lição — Caracterização dos principais acidentes geográficos	25
7.ª Lição — Os oceanos — Denominações dadas às águas	27
8.ª Lição — Horizonte — Pontos cardeais e colaterais — Orientação	29
9.ª Lição — Os continentes — As partes do mundo	32
10.ª Lição — País, Governo e Raças	33
11.ª Lição — O Brasil	34
12.ª Lição — Unidades da Federação	36

Fonte: Silva, Ailton George de Almeida e (2024).

O livro *Exame de Admissão Geografia e História* apresenta uma estrutura que abrange os principais tópicos dessas disciplinas, adaptados às necessidades e ao nível de compreensão dos alunos do 5º grau primário, incluindo uma revisão dos conceitos básicos de geografia física e humana, bem como uma análise dos principais eventos históricos, tanto do Brasil quanto do mundo.